

FLÁVIO MARCELO BUSNELLO

**UMA NOVA ESQUERDA? A TENSÃO ENTRE CAPITAL E
TRABALHO NAS CANDIDATURAS DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (BRASIL, 2002) E DE
TABARÉ VÁZQUEZ (URUGUAI, 2004)**

BRASÍLIA

JULHO DE 2006

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Sociais – ICS
Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas – CEPPAC

FLÁVIO MARCELO BUSNELLO

**UMA NOVA ESQUERDA? A TENSÃO ENTRE CAPITAL E
TRABALHO NAS CANDIDATURAS DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (BRASIL, 2002) E DE
TABARÉ VÁZQUEZ (URUGUAI, 2004)**

Dissertação de mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, especialista em estudos comparados sobre as Américas. Universidade de Brasília – UnB.

Orientador: Prof. Henrique Carlos de Oliveira de Castro
Brasília, julho de 2006

RESUMO

A presente dissertação discutiu o conteúdo das candidaturas de esquerda que foram vitoriosas em eleições presidenciais na América do Sul. Trata-se, mais especificamente, de um recorte temático sobre a abordagem da relação entre o capital e o trabalho nos programas eleitorais, visando à compreensão de porque tais programas abordaram essa relação de maneira distinta da tradição da esquerda. Para tanto, foi realizado um estudo comparativo das candidaturas de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil em 2002 e de Tabaré Ramón Rosas Vázquez no Uruguai em 2004.

A definição de esquerda utilizada nesta dissertação construída a partir de Bobbio (2001), que associa a esquerda ao igualitarismo e considera a direita inigualitária. No decorrer do trabalho, houve uma problematização do conceito, com vistas a operacionalizá-lo ao tema da dissertação. O objeto empírico analisado foi à relação capital/trabalho, objetivando conhecer a identidade política das candidaturas.

A principal conclusão da dissertação é que ambas as candidaturas abordam de forma semelhante a relação capital/trabalho e propõem a necessidade de um amplo pacto social com vistas à superação dos conflitos. A partir dessa conclusão, foi utilizada a noção de incontrolabilidade do capital de Mészáros (2002) como explicação teórica para os achados.

Palavras-Chave: Esquerda, Capital, Trabalho, Luís Inácio Lula da Silva, Tabaré Vázquez.

ABSTRACT

The present thesis discusses the content of the Left Wing candidacy victorious in Presidential elections in South America. More specifically, it analyzes the Capital and Labor relationship found at the electoral programs, trying to explain why it is different from the Left Wing traditional view. To accomplish that, it was done a comparative study of the candidacies of Luis Inácio Lula da Silva in Brazil in 2002 and of Tabaré Ramon Rosas Vázquez in Uruguay in 2004.

The definition of Left used was based on Bobbio (2001), which associates left to egalitarianism and right to inequity. Throughout the analyzes, the Left concept was redefined in order to fit on the purpose of this thesis. The empirical object analyzed was the relation Capital/Labor, used as an indicator of the political identity of the candidacies.

The main conclusion of the thesis is that both candidacies consider the relation Capital/Labor in a very close way, and suggest the necessity of a wide social pact towards the overcome the conflicts. Once this conclusion was established, the idea of uncontrollability of the capital of Mézaros (2002) was used as a theoretical explanation to the findings.

Key-Words: Left, Capital, Labor, Luis Inácio Lula da Silva, Tabaré Vázquez

Este trabalho é dedicado aos meus pais, Breno Augusto Busnello e Zulmira Tereza Busnello e à minha esposa Ana Alice da Silva Busnello.

AGRADECIMENTOS

Sou profundamente grato a todos que, direta ou indiretamente, tornaram possível a elaboração dessa dissertação, auxiliando-me nessa trajetória. Dentre os agradecidos destaco Henrique e Sônia por tudo que representaram e representam para mim (e que não caberia aqui detalhar). Camilo, Eliane e Ana Rosa, que, com sua inestimável amizade e inesgotável paciência, me ajudaram a segurar as barras mais pesadas. Ivete, pela força e pela confiança. E às demais pessoas que, cada qual ao seu modo, foram especiais.

Agradeço ainda a algumas instituições que me oportunizaram a elaboração desta dissertação. São elas, a CAPES, que tornou possível minha permanência em Brasília por intermédio da bolsa de mestrado; a UnB, ao disponibilizar o auxílio moradia e alimentação, além de toda estrutura acadêmica; o CEPPAC, por colaborar decisivamente na minha formação, seja por intermédio de seus professores, seja pelo financiamento a saídas de campo; ao DATAUnB, por tudo que representou no meu aprendizado, não só em termos de pesquisa.

SUMÁRIO

Introdução	9
Capítulo 1: Contexto da Disputa e História dos Vencedores nas Eleições Presidenciais em 2002 no Brasil e em 2004 no Uruguai.....	16
I. As forças políticas.....	16
II. Um breve histórico do PT	17
III. A conjuntura do Brasil no período das eleições de 2002	19
IV. Um breve histórico do FA.....	23
V. A conjuntura do Uruguai no período das eleições de 2004	28
VI. Algumas semelhanças e diferenças entre os casos estudados	31
Capítulo 2: A Relação Capital/Trabalho e a Esquerda	33
I. Alguns comentários sobre a origem da díade esquerda/direita	33
II. A relação capital/trabalho na tradição marxista	35
III. Em busca de uma definição do termo esquerda.....	38
IV. Outras discussões sobre os termos direita/esquerda.....	41
Capítulo 3: A Relação Capital/Trabalho nas Candidaturas Lula e Tabaré Vázquez	46
I. A construção dos dados	46

II. As prioridades dos programas.....	51
III. O modelo <i>alternativo</i> de desenvolvimento.....	57
IV. O pacto social nas propostas eleitorais de Lula e Tabaré Vázquez... 62	
V. O papel do estado na economia.....	67
Conclusão	72
Bibliografia.....	80
Lista de Quadros	
Quadro 1: Manifestações das principais dificuldades enfrentadas pelo Uruguai no momento da eleição de 2004	29
Quadro 2: Categorias analíticas e seus objetivos para a análise	46
Quadro 3: Distribuição das categorias analíticas nos sub-capítulos.....	47
Quadro 4: Documentos e fontes utilizados	50
Quadro 5: Principais estratégias das candidaturas Lula e Tabaré Vázquez para combater o desemprego.....	56
Anexo.....	83

INTRODUÇÃO

As condições para a ascensão da esquerda a governos nacionais, na América Latina, foram historicamente desfavoráveis. O processo de desestruturação organizacional, acompanhado da perseguição política, da censura, da tortura e do assassinato de militantes foi uma maneira encontrada por alguns setores da direita para impedir a consolidação de modelos alternativos de organização social.

A repressão contra a atuação da esquerda tem seu auge no período da Guerra Fria, quando são elaborados mecanismos, instrumentos e políticas de cerceamento global. A ação repressiva que ocorre nesse período tem diversas expressões, como no caso da Doutrina Truman, do Plano Marshal e da luta anticomunista que ocorre no território dos Estados Unidos da América comandada pelo senador Joseph McCarthy¹. Nesse momento a limitação de espaços institucionais para a expressão política faz com que certos movimentos e partidos políticos entrem na clandestinidade, ou sejam lançados nela.

Esse contexto influenciou parte da esquerda latina em suas concepções e práticas políticas. Michael Löwy (1999), tendo em vista essas mudanças, define esquematicamente que a Revolução Cubana significou um marco que separa dois períodos na história da esquerda latino-americana. O primeiro período vai de meados de 1930 até 1959, durante o qual a teoria da revolução por etapas era hegemônica e a etapa presente na América Latina era definida como “nacional-democrática”. Já o segundo período inicia a partir da revolução cubana, estendendo-se até o final dos anos 70 (Löwy, 1999). Este segundo momento é marcado pela utilização que diversos segmentos de esquerda latino-americana fazem da estratégia da luta armada enquanto uma continuação legítima, e geralmente única, das lutas políticas.

¹ A Doutrina Truman e o Plano Marshal podem ser entendidos como os dois pilares fundantes da Guerra Fria e, por conseguinte, de estratégias para a contenção do sistema soviético. A Doutrina Truman é anunciada em março de 1947 e previa que as Forças Armadas norte-americanas estariam disponíveis para intervir em escala mundial, sob o pretexto de evitar agressões a países aliados ou subversões insufladas pelo movimento comunista internacional. Surgia a idéia de uma polícia planetária, cujo objetivo era conter qualquer eventual avanço soviético. Com o Plano Marshal, também de 1947, seriam disponibilizados mais de 13 bilhões de dólares para que a Europa pudesse voltar as condições políticas e sociais nas quais as instituições consideradas livres pelos EUA pudessem existir. O intuito era evitar os partidos comunistas. O plano foi adotado pela Europa, com exceção da URSS, que proibiu os países sob sua influência de o utilizarem. Já a política do macarthismo se tratava de um movimento conservador surgido nos Estados Unidos nos anos 50, criado pelo senador Joseph McCarthy. Este movimento desencadeou uma feroz campanha anticomunista, que serviu de modelo a muitos outros países (Hobsbawm, 2004).

Desta forma, a estratégia da luta armada acabou representando, até bem pouco tempo atrás, o meio mais eficaz para a chegada da esquerda ao controle do Estado. Essa via não institucional permitiu que forças políticas de esquerda chegassem ao governo em países como Cuba em 1959 e Nicarágua em 1979. Salvo a exceção de Salvador Allende, que em 1970 é eleito Presidente do Chile iniciando um processo chamado de “*vía chilena al socialismo*”, que instituiu uma série mudanças estruturais que aqui não vem ao caso. Entretanto, o clima de mudanças agride os interesses de setores reacionários da direita, que articulados com setores civis e militares, criam o clima para o Golpe de Estado em 1973 que põem fim, de forma sangrenta, ao governo popular e a própria vida de Salvador Allende.

Entretanto, um fenômeno recente na América Latina, que necessita ser melhor estudado, aparentemente indica que forças identificadas com a esquerda estariam ampliando substantivamente sua conquista de espaço político institucional. Tal fato seria supostamente comprovado pelos resultados das urnas nas eleições presidenciais em diversos países da América do Sul, como: Venezuela (1998), Brasil (2002), Argentina (2003), Uruguai (2004), Bolívia (2005) e Chile (2006).

Assim, para este trabalho de dissertação é dada relevância ao fato de que algumas das campanhas mencionadas, mesmo que identificadas com a esquerda, podem não estar associadas claramente a nenhum dos referenciais da vertente política de esquerda. Dito em outras palavras, para ser identificado como de esquerda o programa deveria permanecer vinculado a tradições do socialismo, do comunismo ou mesmo da social-democracia.

O entendimento de esquerda presente nesta dissertação está influenciado pela idéia de uma esquerda revolucionária, comprometida com a execução de mudanças estruturais. A adoção dessa concepção de esquerda é útil como contraste às forças políticas identificadas com a esquerda e vencedoras nas eleições presidenciais. Além disso, auxilia na problematização do próprio conceito de esquerda.

O objetivo dessa dissertação é o de compreender e explicar como a temática da relação capital/trabalho vem sendo abordada em algumas propostas eleitorais vitoriosas ditas de esquerda. Com isso, pretende-se contribuir com discussão que envolve a esquerda e a relação capital trabalho.

Vale salientar ainda que foi feita a opção para este estudo uma pela relação *capital/trabalho* como foco central de análise. É sabido que dentro do tradicional referencial marxista, que influenciou a esquerda latino-americana principalmente a partir do século XX, a luta de classes assume uma importância fundamental no que se refere à definição das identidades políticas. Porém, tratando-se de documentos que compõem uma candidatura a relação capital/trabalho possui maior visibilidade. O destaque conferido a

essa relação se justifica porque, mesmo sendo menos significativa do que luta de classes, possivelmente representa um dos elementos que melhor define a identidade política de um partido como de esquerda. Isto pelo fato de que, ao se falar dessa relação, está se falando do momento em que a classe trabalhadora e a classe detentora dos meios de produção interagem na produção, distribuição e acumulação do capital. Karl Marx deixou uma obra de fundamental importância no que se refere à compreensão e explicação desta relação, entendida por ele como central no capitalismo.

De acordo com Marx, o operário se encontra no papel de um permanente vendedor e o capitalista, de um privilegiado comprador. A esquerda originária do marxismo entende que há uma clara tensão presente na relação capital/trabalho, e essa compreensão é influenciada pela constatação de Marx sobre uma contradição fundamental expressa pela produção social do capital e da acumulação privada do mesmo. Haveria então, segundo Marx, uma permanente disputa entre o capital e o trabalho. Nas suas palavras, essa relação é inevitavelmente marcada por

uma luta incessante entre o capital e o trabalho; o capitalista, tentando constantemente reduzir os salários ao seu mínimo físico e a prolongar a jornada de trabalho ao seu máximo físico, enquanto o operário exerce constantemente uma pressão no sentido contrário. (MARX, 1974, p.25).

Em linhas gerais, Marx está referindo-se ao fato de que ao comprar a força de trabalho do operário (entendido como a personificação do trabalho) o capitalista (entendido como a personificação do capital) acumula para si um valor que advém do *sobretabalho* não pago ao operário. Essa acumulação leva o nome de *mais-valia*. Este tipo de intercâmbio entre o *capital* e o *trabalho*, conforme Marx (1968a), vem servir de base da produção capitalista, e acaba conduzindo à constante reprodução do operário como operário e do capitalista como capitalista. Tal legado de Marx, no que se refere à compreensão de uma lógica conflituosa da infra-estrutura do sistema capitalista, tornou-se recorrente em parte da esquerda, o que por sua vez não significa que haja uma interpretação única da obra de Marx.

Todavia, uma mudança de entendimento dos fundamentos da relação capital/trabalho foi observada em propostas, consideradas de esquerda, vencedoras nas disputas eleitorais à presidência.

Nesse sentido, as candidaturas presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 no Brasil e de Tabaré Ramón Vázquez Rosas em 2004 no Uruguai² representam dois exemplos em que não foi mantida uma coerência com um referencial específico de esquerda. Ambos programas abordam a relação capital/trabalho, subtraindo dessa a idéia de contradição, e mesmo de conflito. Assim, o recorte feito para esta dissertação contempla exclusivamente documentos de campanha que abordam direta ou indiretamente essa relação³.

Ambas candidaturas admitem a importância da relação capital/trabalho, principalmente, no momento em que discutem os caminhos que levarão ao modelo de desenvolvimento que estão propondo. Tais caminhos, tanto no caso uruguaio como no brasileiro, passam pela constituição de um pacto nacional que envolve empresários e trabalhadores unidos por interesses mais amplos e em comum. Contudo, as candidaturas fazem menção a essência conflituosa presente. Para isso basta observar o que está escrito no Programa de Luiz Inácio Lula da Silva: “Os desafios colocados hoje para o mundo do trabalho requerem soluções cada vez mais duradouras, que somente serão alcançadas com o reconhecimento de que os conflitos são parte constitutiva das relações entre capital e trabalho (...)” (PROGRAMA DE GOVERNO, 2002, p.23). Este elemento em comum, nas propostas das candidaturas de Lula e Tabaré Vázquez, indica que a construção de um “novo modelo de relações de trabalho” deverá ter como pressuposto o reconhecimento das instituições representativas dos empregadores e dos trabalhadores, livremente constituídas com a função de promover o diálogo e o entendimento sobre as contradições inerentes às relações de trabalho.

Foi possível observar igualmente que ambas candidaturas procuraram construir, ao longo da eleição, uma idéia de novidade política junto às figuras de Lula e de Tabaré Vázquez e fizeram isto ora resgatando elementos do passado dos candidatos, ora frisando posturas do presente.

No processo de elaboração da imagem de Lula foi resgatado seu passado marcado por uma série de sofrimentos. Sua equipe de *marketing* apostou na construção de um candidato com o qual as pessoas desafortunadas, afligidas por toda uma série de sofrimentos, possam se identificar. Assim, Lula durante a campanha de 2002, entre outras coisas, representou o estereótipo do “homem do povo”, do retirante que fugiu com sua

² Quando se fala destas candidaturas, é bom lembrar que ambas são compostas por diversos partidos. No caso brasileiro, a candidatura de Lula foi composta pelos seguintes partidos: Partido dos Trabalhadores – PT (partido do candidato Lula), Partido Liberal – PL, Partido Comunista Brasileiro – PCB; Partido Comunista do Brasil – PC do B e o Partido da Mobilização Nacional – PMN. Já, no caso uruguaio, foram o *Frente Amplio* – FA (partido do candidato Vázquez), o Encontro Progressista e a Nova Maioria – NM.

³ Deve-se ter claro que programas eleitorais visam a ajudar na eleição de candidatos, não cumprindo assim o papel de manifesto político ou declaração de princípios. No entanto, a sua análise permite verificar a compreensão das candidaturas em relação a questões de fundo.

família da pobreza do sertão pernambucano, do filho de analfabetos, do trabalhador e do sindicalista.

A candidatura *Lula Presidente*, porém, não esteve comprometida exclusivamente com os interesses do “povo” ou dos trabalhadores. Ela sustentou fortemente o ideal de desenvolvimento do país. Com um estilo batizado de “lulinha paz e amor”, a candidatura de Lula evita ataques direto aos outros candidatos, recurso amplamente utilizado na eleição de 2002. Da mesma forma, evita os temas polêmicos. Suas propostas estão relacionadas a possível construção de um novo pacto social, definido como necessário para que o Brasil possa superar seus significativos problemas sociais. Este pacto envolvendo empresários, trabalhadores e Estado haveria de favorecer toda a sociedade como um todo. Entretanto, suas propostas mantinham, ainda, certos compromissos visando a interesses específicos de distintos segmentos sociais. E, de fato, a alegada experiência sindical de Lula em negociar interesses conflituosos agradou tanto representantes do grande capital nacional e internacional, como também significou uma esperança àqueles que se reconheciam no passado do candidato. Lula contou igualmente com a experiência: esta eleição de 2002 foi a sua quarta tentativa de chegar à presidência do Brasil.

Já no caso uruguaio, a imagem de Tabaré Vázquez durante a campanha não estava associada tanto a eventuais dificuldades econômicas enfrentadas no passado, até porque estas não seriam significativas: ele é médico oncologista e ex-dirigente do clube de futebol. No entanto da mesma forma que Lula, surge como um candidato de discursos moderados que evitam abordar certos temas. Tabaré Vázquez ganha visibilidade quando em 1989 é eleito governador de Montevideu entrando, com isto, na história de seu país como o primeiro governante socialista (FERNÁNDEZ, 2004).

A incontestável inovação que representa Tabaré Vázquez nas eleições de 2004 está no fato de ser ele o primeiro candidato com fortes chances de vencer que não saía das filas do bipartidarismo composto pelo Partido Colorado – PC e pelo Partido Nacional – PN, também chamado de *Blanco*, partidos se revezaram no governo por aproximadamente 170 anos.

É mais importante ressaltar, para esta dissertação, que estes dois casos analisados, ainda no que se refere à pretensa novidade política que as candidaturas representaram, é que ambas se autoproclamaram de esquerda. Contudo, seus documentos de campanha não chegam a detalhar o tipo de identidade política a qual estariam filiadas, e esta imprecisão está presente em todo o conjunto de suas propostas.

Foi possível perceber que tanto candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva quanto à de Tabaré Vázquez não abordaram em seus programas eleitorais a relação entre o capital e o trabalho no sentido usualmente tratado pela esquerda.

A opção pela comparação está determinada pelo objetivo central desta dissertação, que é, como já foi mencionado anteriormente, compreender e explicar como a temática da relação capital/trabalho vem sendo abordada em algumas propostas eleitorais vitoriosas ditas de esquerda. Com isso, pretende-se contribuir com a discussão que envolve a esquerda e a relação capital trabalho.

A comparação pode indicar se estaríamos diante de um fenômeno isolado ou de uma possível tendência, no que se refere à abordagem que as candidaturas identificadas com a esquerda fazem da relação capital/trabalho. Portanto, representa a possibilidade de ampliar as considerações finais. Mas é justamente a formulação do problema de pesquisa que indicou a validade da opção pela comparação. Ou seja, foi o modo como foram construídos a pergunta e o objetivo desta pesquisa que tornou adequada a utilização da comparação. Assim, acredita-se aqui que alguns tipos de perguntas são mais apropriados para um estudo comparativo. A respeito disso, Morlino vai argumentar que seriam as “as más generales que afectan a instituciones, grupos sociales, normas, vistas también em sus relaciones y em el contexto que se forman y permanecem” (MORLINO, 1994, p.16).

O motivo da escolha por estudar os casos brasileiro e uruguaio se deu após leituras preliminares dos documentos das duas campanhas em questão, que indicam tratem-se de casos com um elevado nível de semelhanças. Sendo assim, optou-se por desenvolver a comparação priorizando a similaridade e não a diversidade dos casos.

O processo de elaboração desta dissertação encontrará questões mais amplas que devem ser entendidas heurísticamente. A tentativa de conferir-lhes respostas, assumidamente provisórias, não pode ser entendida como objetivo final deste estudo, o qual é significativamente mais modesto, mas sim como um complexo caminho a ser percorrido. Seguem abaixo as tais questões:

- a) Ainda faz sentido pensar a política a partir da clássica divisão esquerda/direita?
- b) Estaríamos vivenciando um momento em que os interesses entre o capital e o trabalho coincidem?

Destas questões gerais, é que deriva a motivação direta para a elaboração do objetivo específico de compreender e explicar como foi tratada a temática da relação capital/trabalho nas propostas das campanhas ditas de esquerda de Luiz Inácio Lula da Silva e Tabaré Vázquez. A pergunta de pesquisa desenvolvida para esse objetivo é: por que as propostas eleitorais vitoriosas nas campanhas presidenciais no Brasil 2002 e no

Uruguai 2004, identificadas com a esquerda, não priorizam a tensão na relação capital/trabalho?

Para responder essa pergunta de pesquisa a presente dissertação está estruturada em quatro capítulos, os contextos sociais, políticos e econômicos que envolvem o momento das eleições no Brasil em 2002 e no Uruguai em 2004 serão detalhados no primeiro capítulo da dissertação. Nesse capítulo, de cunho histórico, será esboçado um panorama geral visando a auxiliar o entendimento do recorte a ser efetuado nessa pesquisa referente ao momento que envolveu a disputa eleitoral.

No segundo capítulo, será apresentado o marco teórico de referência para a pesquisa, bem como será definido o que se entende por relação capital/trabalho e qual a importância que historicamente esta relação tem para a esquerda. Igualmente faz parte deste capítulo uma breve revisão bibliográfica no sentido de indicar algumas das principais discussões sobre possíveis transformações ocorridas na própria concepção de esquerda.

Já no terceiro capítulo, por intermédio da aplicação do instrumental teórico adotado, será realizada a comparação e a análise dos dados construídos no decorrer da pesquisa, com o objetivo de compreender como foi apresentada a relação capital/trabalho nas propostas presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva e de Tabaré Vázquez. No quarto e último capítulo serão apresentadas às reflexões finais construídas a partir da comparação de ambos os casos.

CONTEXTO DA DISPUTA E HISTÓRIA DOS VENCEDORES NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS EM 2002 NO BRASIL E EM 2004 NO URUGUAI

I. As forças políticas

Neste capítulo, primeiramente, será apresentada a origem das principais forças políticas vencedoras nas eleições presidenciais no Brasil em 2002 e no Uruguai em 2004. Mais especificamente, será feita uma abordagem histórica dos principais partidos que compuseram as candidaturas de Luiz Inácio Lula da Silva e de Tabaré Ramon Vázquez, com o objetivo de indicar, o que há de novidade em suas posturas político-ideológicas e o que lhes é próprio desde sua fundação. Em seguida, será desenvolvida uma breve análise conjuntural do Brasil e do Uruguai no momento das eleições presidenciais, para, então, trazer outros elementos à discussão das propostas eleitorais apresentadas pelas respectivas campanhas estudadas.

Cabe salientar que as candidaturas vencedoras nas eleições presidenciais no Brasil em 2002 e no Uruguai em 2004 foram compostas por mais de uma força política. No Brasil, o PT, além de ser o maior partido da coligação Lula Presidente, foi a força política que teve maior visibilidade nesta candidatura. Entretanto, esta Coligação contou também com outros partidos: o Partido Liberal – PL, ao qual estava filiado o candidato à vice-presidência José Alencar; o Partido Comunista Brasileiro – PCB; Partido Comunista do Brasil – PC do B e o Partido da Mobilização Nacional – PMN. No Uruguai, a Frente Ampla – FA deve ser entendida aqui como o lema⁴ original. A candidatura de Tabaré Vázquez, contudo, foi apoiada também pelo Encontro Progressista – um grupo cindido do Partido Nacional que em 1994 coliga-se à FA – e pela Nova Maioria – NM.

⁴ No sistema eleitoral uruguaio, cada partido ou coalizão de partidos é considerado um lema. Cada lema pode ter vários sub-lemas com ênfases políticas diferentes do lema a que está vinculado e pode ainda assumir listas de candidatos agrupados entorno do lema. O Encontro Progressista, o Frente Amplo e a Nova Maioria são três lemas distintos, em que cada um destes é composto por diversos sub-lemas, e a coalizão deles forma o lema EP-FA-NM.

II. Um breve histórico do PT

O PT se oficializa como partido em 1980, já no final da ditadura militar, originando-se de um processo de ruptura de um setor do movimento sindical (o *novo sindicalismo* do ABC paulista) com a antiga estrutura sindical do Estado Novo. Ele aglutina também setores das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica, na cidade e no campo. Logo passou a atrair setores da classe média urbana, como funcionários públicos, professores e alunos universitários, profissionais liberais, setores chamados de *novos movimentos sociais* (ambientalistas, feministas, minorias sexuais e raciais)⁵. Foram também importantes, na formação do PT, remanescentes das organizações políticas da esquerda brasileira dos anos 60, em sua maioria originárias das dissidências do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em função da crise do chamado *socialismo real* (MOURA, 2001). Logo após a sua fundação, este partido era a única legenda cujas lideranças mais expressivas não se encontravam na esfera política institucional. Dessa forma, o PT, tal como o PCB décadas antes, foi um caso raro de agremiação partidária brasileira que surge de baixo para cima, isto é, fora das instituições parlamentares (SILVA, 2003).

Porém, mesmo respaldado por reconhecidos pensadores sociais⁶, o PT apresenta, desde sua fundação, uma abordagem ambígua no que se refere às suas definições ideológicas e programáticas. Ao mesmo tempo em que reclama para si uma identidade de partido de esquerda, procura se esquivar de identificações explícitas com os modelos tradicionais de esquerda. O socialismo petista, aparentemente, é processual em virtude da recusa a uma filiação doutrinária e de uma associação com as correntes históricas da esquerda ligadas ao *socialismo real*. Essa característica ideológica do PT pode ser visualizada com maior nitidez quando se observa, como o fez Garcia (2000), que o PT “define seu conteúdo a partir da própria dinâmica das lutas dos trabalhadores e da consciência que eles ganham em suas experiências cotidianas” (GARCIA, 2000, p.171). Tratam de alusões imprecisas ao socialismo, como pode ser visto, por exemplo, no discurso do então presidente do partido, Luiz Inácio Lula da Silva, na Primeira Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores em 1998:

Sabemos que caminhamos para o socialismo, para o tipo de socialismo que nos convém. (...) o socialismo que nós

⁵ Nesse sentido, o PT não foi uma exceção no cenário político mundial. Como observa o historiador Eric Hobsbawm, “desde a década de 1970 vários seguidores (sobretudo jovens e/ou classe média) abandonavam os principais partidos da esquerda por movimentos de mobilização mais especializados – notadamente os de defesa do ‘meio ambiente’, feministas e outros chamados ‘novos movimentos sociais’ –, assim enfraquecendo-os” (HOBSBAWM, 2004, p.406)

⁶ Cabe indicar que nomes como Paulo Freire, Francisco A. Mendes (Chico Mendes), Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes, dentre outros expoentes da intelectualidade brasileira compuseram os quadros do Partido dos Trabalhadores ou auxiliaram a sua sustentação.

queremos se definirá por todo o povo, como exigência concreta das lutas populares, como resposta política econômica global (...). O socialismo que nós queremos irá se definindo nas lutas do dia-a-dia, do mesmo modo como estamos construindo o PT. O socialismo que nós queremos terá que ser a emancipação dos trabalhadores. E a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores. (1º CONVENÇÃO, 1998, p.114).

Essa certa simpatia pelo socialismo não chega se materializar em propostas concretas e precisas. O que de fato há é um autoproclamado compromisso com a democracia, ou melhor, a defesa de um *socialismo radicalmente democrático* (7º ENCONTRO, 1998). Isso levou o PT a criticar e se afastar das experiências do *socialismo real*, reservando uma maior ênfase na crítica à URSS e aos países e partidos influenciados pelo modelo soviético. Desse modo, a sua oposição ao modelo soviético de socialismo e a sua proposta de que o socialismo deveria ser uma construção popular não colaboram suficientemente com o conhecimento dos planos para a concretização daquilo que seria o *socialismo petista*.

O PT, nesse intuito de desenvolver um modelo original de socialismo, define-se anticapitalista no documento originado do seu 7º Encontro Nacional em 1990 e, partindo dessa posição política, conclui que deve estender as suas críticas à social-democracia. Fazem parte deste documento afirmações sugerindo que as correntes social-democratas não apresentariam nenhuma perspectiva real de superação histórica do capitalismo. O documento segue, em tom de denúncia, afirmando que a social-democracia acredita, equivocadamente, que “a partir dos governos e instituições do Estado, sobretudo o Parlamento, sem a mobilização das massas pela base, seria possível chegar ao socialismo” (7º ENCONTRO, 1998, p.431). O PT chega a afirmar um compromisso para tornar os trabalhadores donos dos meios de produção e dos frutos de seu trabalho. As resoluções do 4º Encontro Nacional ocorrido em 1986 já haviam expressado tal posição. Nesse congresso, em que o tema do socialismo surge em virtude dos problemas supostamente decorrentes do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, foi defendido que

o atual estágio da formação das classes sociais e do grau de luta entre elas apresentam as condições necessárias para as lutas que permitam um acúmulo de forças, ampliem o espaço democrático, assegurem e intensifiquem os avanços e as conquistas populares e, ainda mais, criem as brechas, os caminhos e as pontes capazes de conduzir às transformações indispensáveis na direção da construção de uma sociedade socialista (4º ENCONTRO, 1998, p.35).

Assim, permanecem obscuros os pressupostos teóricos que poderiam auxiliar na categorização ideológica do PT ou na compreensão de que tipo de socialismo original era proposto. Contudo, em relação a este partido é possível distinguir a sua preocupação em não reivindicar uma filiação doutrinária, marxista, social-democrata ou de qualquer outro tipo (GARCIA, 2000). De qualquer forma, por mais paradoxal que pareça, aparentemente, há mais indicações documentadas sobre o que o PT não é do que sobre o que é, efetivamente, este partido. Dessa maneira, seria possível deduzir que a identidade do PT se dá mais pela negação do que pela afirmação. A exemplo disso é a distância que o PT assumiu em relação tanto ao *socialismo real*, como também em relação ao comunismo e à social-democracia. No documento “O Socialismo Petista”, elaborado no 7º Encontro Nacional, em 1990, essa posição é reiterada, ao afirmar um pluralismo ideológico.

Seu pensamento está detalhado no Manifesto de Lançamento do partido e em seu Programa, publicados em 21 de outubro de 1980. No Manifesto de Lançamento está expressa a idéia de que os trabalhadores querem se organizar como força política autônoma e que o PT deverá ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista. O Programa explicita que o partido pretende chegar à direção do Estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano econômico, quanto no social. Propondo construir um “poder que avance no rumo de uma sociedade sem explorados e exploradores, tendo claro que essa luta se dá contra os interesses do grande capital nacional e internacional” (PROGRAMA, 1980, p.69). Tendo em vista tal objetivo, o Partido dos Trabalhadores reconhece seu papel, ao menos programaticamente, de propor alterações na estrutura econômica e política do Brasil.

O Manifesto de Lançamento do Partido propugna que o controle da riqueza nacional deveria estar sob a responsabilidade do povo (MANIFESTO, 1980). Já quando trata especificamente da riqueza natural do Brasil, esta deveria ser utilizada a serviço do bem-estar da coletividade. Seria através da vontade popular manifestada na política que se obteriam benefício econômico. Entretanto, a descrição da forma de controle sobre a *riqueza nacional*, a definição de quem seria o *povo*, ou ainda, os critérios que definem o que se entende por *bem-estar da coletividade* não estão contidas nesse documento.

III. A conjuntura do Brasil no período das eleições de 2002

Em 2002, ano de eleição presidencial, o Brasil apresenta um quadro favorável a possíveis mudanças políticas. O então Presidente Fernando Henrique Cardoso, único político a conseguir se reeleger no Brasil⁷, chega ao final de seu segundo mandato com sua imagem desgastada por uma crise que, em certa medida, vem desde os anos noventa.

⁷ Primeiro mandato em 1994 e segundo mandato em 1998.

Porém, os anos 1990 não representaram um momento de dificuldades somente para o Brasil. A década de noventa do século passado foi definida pelo historiador Eric Hobsbawm (2004), em sua obra “Era dos Extremos”, como uma *década de crise*.

Os elementos que pesam para essa conclusão Hobsbawm estão relacionados aos resultados dos processos de circulação de capital associados ao aprofundamento das políticas neoliberais. Segundo o autor, países que não conseguiram impor certos limites ao capital estrangeiro sofreram com a retração de sua economia interna. Com relação ao Brasil (e outros países em semelhante situação), esses resultados indesejáveis foram sendo acumulados. Trata-se, entre outras coisas, do fato de que o número de trabalhadores ocupados na produção, progressivamente, estava sendo reduzido (HOBBSAWM, 2004).

Nos anos imediatamente anteriores à eleição de 2002, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso anunciava que a solução dos problemas sociais passaria pela capacidade do país em competir em um mercado em um mercado internacional globalizado. E nesse sentido, seu empenho foi no sentido de tornar o Brasil competitivo nos moldes apresentados pelo modelo econômico hegemônico. Assim, empenha-se, ainda no primeiro mandato (1994-1998), no desenvolvimento de um processo de diminuição do papel do Estado na economia para torná-lo mais enxuto e ágil no mercado internacional (FALEIROS, 2004). Mesmo sendo responsável por avanços importantes em diversas áreas, os oito anos do Presidente Fernando Henrique Cardoso não foram suficientes para reduzir as desigualdades.

Ao invés disso, o Brasil, segundo dados apresentados pela Cepal (Panorama Social 2000-2001), possuiu nesse período o maior índice de desigualdade social da América Latina⁸. Não se ignora a influência das crises macroeconômicas que assolaram inúmeros outros países. Trata-se tão somente de indicar que determinada opção política-econômica foi insatisfatória aos objetivos propostos pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O Plano Real foi arquitetado objetivando viabilizar a estabilização monetária a partir da contenção da chamada “inflação inercial”. O principal elemento dessa política econômica foi à sobrevalorização do Real frente ao Dólar por intermédio de uma âncora cambial, resultando em uma paridade que perdurou de 1994 a janeiro de 1999. O vertiginoso aumento das importações, que abalaram o comércio interno com mercadorias mais baratas e de melhor qualidade foi um dos feitos imediatos da paridade cambial.

⁸ De acordo com a pesquisa *Panorama Social 2000-2001*, feita pela Cepal, a distância entre a renda dos 10% mais ricos com a dos 40% mais pobres é de 32 vezes, ao passo que a média latino-americana é de 19,3 vezes; o índice Gini brasileiro é o maior da América Latina, com 0,64; e o Brasil é o único caso da América Latina onde mais da metade da população recebe uma renda inferior a 50% da renda média nacional.

Como o setor industrial nacional não estava preparado para competir com as corporações estrangeiras, seguiu-se a falência de inúmeras empresas brasileiras e a desnacionalização de parte do setor produtivo.

O economista e ex-ministro da economia no período militar Antônio Delfim Neto, tendo em vistas a forma como o Plano Real estava sendo conduzido, afirmou que “a âncora do Real é o desemprego” (NETO, 1998, p.147). Segundo o autor, o desemprego seria parte essencial da então política econômica, pois ao não querer controlar com maior rigor a taxa de câmbio, o governo só poderia manobrar o crescimento do produto e estaria fazendo isso por intermédio das taxas de juros, reduzindo o crescimento (NETO, 1998). Ou seja, a política brasileira, principalmente a partir da segunda metade da década de 90, estaria aproximando-se mais de certas diretrizes econômicas, as quais conduziram, segundo César Benjamin (2004),

a uma valorização cambial do período 1994-1998, ao desmonte dos mecanismos de política industrial e a ausência de estratégias comerciais coerentes que provocaram forte desincentivo às exportações. Apesar do aumento das importações, usado para conter a inflação, a relação entre a corrente de comércio – importações + exportações – e o PIB manteve-se quase inalterada, chegando a cair durante vários anos (BENJAMIN, 2004, p.152).

Assim, as políticas de privatizações, condição recomendada como necessária para a construção de um Estado mais ágil e adaptável aos novos tempos, efetivaram a transferência de parte importante do patrimônio estatal para empresas privadas. Isso afeta diretamente o Estado, ou seja, o provimento de serviços coletivos pelo Poder Público passou para as mãos privadas, a maioria para o patrimônio das multinacionais.

No Governo do Presidente Fernando Collor e de Itamar Franco, já haviam sido privatizados os setores siderúrgicos, petroquímicos e de fertilizantes. No Governo de Fernando Henrique Cardoso, foram privatizados os setores de mineração, de telecomunicações e de distribuição de energia, entre outros (FALEIROS, 2000). A crise econômica brasileira dos anos que imediatamente antecederam à eleição de 2002 somente não era mais perceptível em virtude de uma improdutiva movimentação da economia interna. Os proventos decorrentes dos questionáveis processos de privatização produziram um indiscutível superávit primário.

Além das privatizações, a economia nacional recorreu sistematicamente a empréstimos com o Fundo Monetário Internacional. Tal situação de endividamento foi

tamanha que o país em determinados momentos não estava se movendo a partir de seu próprio esforço, mas em função de facilidades criadas pelo processo de endividamento de onde viria grande parte da disponibilidade nacional de divisas (FURTADO, 1998).

O Governo Fernando Henrique Cardoso, além de enfrentar a crise econômica e suas conseqüências sociais, teve que se preocupar com as disputas eleitorais de 2002. O núcleo decisório do governo aparentemente convenceu-se de que seria necessário fazer alterações imediatas na política econômica brasileira. O presidente Fernando Henrique Cardoso procurou promover um pequeno remanejamento no sistema de aliança partidária que deu sustentação ao seu governo e que deveria dar sustentação também à nova aliança na eleição presidencial de 2002. O governo procurou, desde o início do ano de 2002, colocar o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) no lugar do Partido da Frente Liberal (PFL) como aliado principal do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), partido do Presidente Fernando Henrique Cardoso. O custo político dessa operação foi alto para o Governo de Fernando Henrique Cardoso. O PFL não aceitou ser deslocado do centro da aliança governista e desencadeou uma série de críticas e denúncias contra o PMDB, que por sua vez revidou. Essa luta envolvendo a base de sustentação do governo, às vésperas das eleições, resultou na cassação e prisão de importantes lideranças partidárias das duas agremiações políticas.

Os principais motivos para o desemprego brasileiro nessa década que antecede às eleições de 2002 estão diretamente ligados à participação do Brasil no comércio internacional (GONÇALVES, 1999). Ou mais especificamente, ao invés de ampliar sua produção, gerando com isso mais postos de trabalho, adotou uma política de importar mercadorias e exportar empregos. Essas críticas às políticas econômicas fundamentam-se na premissa que a paridade Dólar/Real tornou o país cada vez mais dependente das exportações de *commodities* como soja, suco de laranja, carne e outros produtos primários.

Nessa perspectiva de análise, além do desemprego, haveria o problema das mercadorias exportadas possuírem um baixo valor agregado o que implicava na queda dos preços desse *commodities*. Em vez de exportar mais manufaturados, com maior conteúdo tecnológico e com maior valor agregado, a política do Presidente Fernando Henrique Cardoso levou o país a exportar cada vez mais produtos intensivos em recursos naturais. Em um âmbito mundial, ainda sobre essa questão, James Petras afirma que

La tasa de crecimiento de Brasil en los 90s fue la mas baja del siglo XX. (...) las políticas de libre mercado produjeron una balanza comercial negativa, y con los pagos por los intereses de la deuda, mas la remisión de ganancias al

exterior, el negativo de cuenta corriente acumulado fue de \$182 billones (182 mil millones) entre 1995 y 2002. La deuda externa creció de 148 billones de dólares a \$228.6 en 2001 y se aproxima rápido a los \$250 billones en 2002 (PETRAS, 2005, p.3).

Dessa forma, esse contexto de desnacionalização do patrimônio público – de desmonte do parque industrial nacional, de aumento do desemprego, da ampliação do endividamento do Estado, da permanência ou, ainda, do aprofundamento dos problemas sociais, as lutas entre os principais partidos da base do governo – contribuiu para o desgaste da figura do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Com isso houve o favorecimento da figura de Lula que procura se apresentar como uma alternativa política, disposto a enfrentar os problemas nacionais, mas sem pretensões radicais.

Dessa forma, a compreensão da situação conjuntural do país no momento das eleições presidenciais amplia a constatação de que, a vitória da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva não está somente associada ao bom desempenho do candidato petista. Mas também, ao desgaste de determinada imagem política associada ao candidato governista ex-Ministro da Saúde José Serra.

IV. Um breve histórico do FA

Como no caso do PT no Brasil, antes das análises dos programas eleitorais vencedores, é importante construir um panorama geral do surgimento da força política uruguaia vitoriosa na última eleição presidencial, no sentido de especificar as diferenças que estão presentes nessa frente de três coligações, o EP-FA-NM. As análises, porém, irão priorizar o *Frente Amplio* (FA), que representa o lema original e a força hegemônica dentre essas três forças políticas coligadas na candidatura de Tabaré Vázquez (FERNÁNDEZ, 2004). Isso para logo a seguir, desenvolver a discussão acerca da conjuntura que imediatamente precedeu o momento das eleições presidenciais.

A história política uruguaia é marcada pelo bipartidarismo, em que o Partido Colorado (PC) e o Partido Nacional ou *Blanco* (PN) se intercalaram no poder por décadas até o surgimento de uma nova força política que, no ano de 2004, vence as eleições presidenciais. Tratava-se de uma coalizão, ou melhor, aliança de três coalizões, chamado Encontro Progressista - Frente Amplio - Nova Maioria (EP-FA-NM). Isso pode ser interpretado como o fim de um anacronismo do século XIX de uma sociedade dividida entre liberais e conservadores. Em linhas gerais é possível caracterizar o Partido Blanco

com os interesses de uma oligarquia rural e, por sua vez, o Partido Colorado se encontra vinculado ao desenvolvimento liberal de mercado.

Quando foi fundado em janeiro de 1971⁹, o *Frente Amplio* aglutinou as principais tradições da esquerda uruguaia. Comunistas e socialistas se uniam pela primeira vez, ficando fora somente as correntes anarquistas e social-democratas. Nessa aliança participaram desde o começo setores que se identificaram com a luta armada do Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros, a Democracia Cristã (que em outros momentos havia rechaçado qualquer colaboração com a esquerda) e setores desgarrados dos tradicionais partidos Colorado e Blanco.

O FA é composto por indivíduos de diferentes ideologias (marxistas, neomarxistas, democratas-cristãos, sociais-democratas, liberais etc.), unidos por um Estatuto, uma estrutura orgânica, um programa e candidatos em comum. Vale dizer que as organizações políticas, que em 1971 convergiram para o FA, em sua maioria estavam ideologicamente influenciadas pelo marxismo em suas diversas variantes. Desde o ponto de vista do modelo de sociedade que aspiravam, se declaravam anticapitalistas e aderiam a alguma versão do socialismo como meta de sua ação política transformadora (YAFFÉ, 2005). Entretanto, está-se falando em maioria e não, em unanimidade. Os indivíduos provenientes principalmente do PN nunca defenderam o socialismo em nenhuma circunstância.

Assim, no que se tange à concepção de mudança social e política, conviviam no FA visões reformistas com as propriamente revolucionárias (YAFFÉ, 2005). Com isso, essa diversidade que compôs o FA o favoreceu a operar ao mesmo tempo como aparato eleitoral e movimento de massa. Desde sua origem, em certa medida, foi entendido como uma força política representante de novas expectativas para a esquerda ao estabelecer um pólo de oposição política nacional e popular (LANZARO, 2004). Contudo, um dos grandes desafios enfrentados pelo FA, em sua origem, foi justamente o de selar uma unidade como essa.

⁹ Somente em 9 de fevereiro de 1971 foi escrita a declaração constitutiva do FA por parte das seguintes organizações políticas e seus respectivos representantes: Movimento pelo Governo do Povo; Lista 99 (Zelmar Michelini); Partido Democrata Cristão (Juan Pablo Terra); Movimento Blanco, Popular e Progressista (Francisco Rodríguez Camusso); Frente Esquerda de Libertação (Luis Pedro Bonavita); Partido Comunista Uruguaio (Rodney Arismendi); Partido Socialista Uruguaio (José Pedro Cardoso); Movimento Socialista (Eduardo Jaurena); Movimento Herrerista; Lista 58 (Jorge Durán Mattos); os Grupos de Ação Unificadora (Héctor Rodríguez); Partido Obreiro Revolucionário; Movimento Revolucionário Oriental (Ariel Collazo) e o Comitê Executivo provisório dos cidadãos que formularam o chamado de exortação da organização Frente do Povo. Logo após esta data, vários outros grupos ingressaram no FA: União Popular (Enrique Erro); 10 de Fevereiro; Agrupamento Pregón-Julio César Grauret (Alba Roballo); 5 de Março; Movimento de Independentes 26 de Março (constituído pelos guerrilheiros do Movimento de Libertación Nacional - Tupamaros o MLN-T).

Nesse sentido, a diversidade ideológica que conseguiu se impor e quebrar a tradição bipartidária do Uruguai e que resistiu ao período ditatorial (1973-1984) tem, por um lado, ao seu favor, a vantagem de atrair votos dos mais distintos setores da sociedade. Mas, por outro lado, tem que enfrentar todas as tensões internas que são representadas por essa mesma diversidade (FERNÁNDEZ, 2004).

Em sua origem, o *Frente Amplio* teve habilidade para colocar à sua frente, em um momento de grande polarização política, entre a guerrilha e os sindicatos, um general de larga e destacada carreira nas forças armadas: Líber Seregni. Desconhecido até o momento em que foi proclamado como candidato à presidência pelo *Frente Amplio*, Seregni mostrou-se habilidoso, priorizando a negociação e o diálogo sobre o confronto e o alargamento do espectro de alianças sem medir as opções ideológicas. Tais atitudes, que naquele momento foram chamadas de excessivamente pragmáticas, renderam bons resultados para o *Frente Amplio*.

O contexto que marca o aparecimento do FA pode ser caracterizado pelos seguintes aspectos: a) aprofundamento de uma crise da década de 60, que estava representada por uma crescente inflação e estagnação do setor produtivo¹⁰; b) ampliação do movimento popular em resposta às crises econômicas e institucionais, neste período dos anos 60 e 70 (a organização de greves e de protestos tornou-se cada vez mais comuns); c) respostas autoritárias e violência do Estado uruguaio d) ações de guerrilha urbana e o surgimento do Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros. Esse cenário foi efetivamente decisivo para reorganização do espaço institucional de disputa política.

Contudo, a explicação para a existência de uma unidade entre tendências ideologicamente tão distintas, que fazem parte do FA, tem como variável de maior influência o período da ditadura militar uruguaia (1973-1985). As Forças Armadas uruguaia, assim como aconteceu em algum momento da década de 60 e 70 em boa parte dos países latino-americanos, procuraram eliminar as atividades de esquerda, que a seu juízo, atentava não somente contra a seguridade interna, como também contra “a pátria”.

Embora no Uruguai os militares tomassem um movimento de ‘guerrilha urbana’ particularmente inteligente e eficaz como desculpa para os habituais assassinatos e torturas, é o surgimento de uma frente popular de ‘Ampla Esquerda’, competindo com o tradicional sistema bipartidário, que provavelmente explica a tomada militar de 1973 no único país sul-americano que podia ser descrito como uma verdadeira democracia duradoura. Os uruguaios retiveram o suficiente de sua tradição para acabar derrubando a

¹⁰ Dados da Assembléia do Uruguai (www.asamblea.org.uy).

algemada Constituição que lhes fora oferecida por seus governantes militares, e em 1985 voltar ao poder civil (HOBSBAWM, 2004, p.430).

Tal período de violência e autoritarismo, de fato, promoveu inúmeros prejuízos para o Uruguai. O golpe de Estado de 1973 exigiu uma pausa muito longa de toda atividade política aberta que a esquerda vinha efetuando. Todavia, colaborou para selar não somente a unidade dessa força política, como também para, em certa medida, dar-lhe legitimidade (ZIBECHI, 2005). A esquerda, a partir da redemocratização, não só recuperou sua legalidade, como também um lugar muito destacado no cenário político. A ditadura militar influenciou a consolidação da identidade da esquerda, tanto no nível das bases como dos dirigentes, através de uma série de pactos e acordos. Dessa forma,

la dictadura militar, que atacó en sus cimientos a las organizaciones de izquierda y apostó sistemáticamente a borrar su simple recuerdo de la conciencia pública de los uruguayos, en especial de los más jóvenes, culminó su decenio largo en una gran paradoja, con la vigorosa refundación de la izquierda y de su unidad. (CAETANO E RILLA, 2005, p.25).

Entretanto, se a ditadura militar pode em algum sentido servir de fator de coesão e legitimação do FA, paralelamente, as mudanças políticas efetuadas pela ditadura, e logo aprofundadas pelos governos democráticos que imediatamente a seguiram, foram homogeneizando as variedades de estratégias e formas de lutas, que ficaram focalizadas nas eleições e nas transformações através do acesso institucional ao governo. Já a permanência dessa força política extremamente heterogênea, após a ditadura, deve-se também ao próprio esgotamento de um modelo partidário incapaz de se adaptar à renovação do eleitorado e dos interesses deste (MARTÍNEZ, 2002). Em outras palavras, isso significa a ineficiência dos tradicionais mecanismos de adesão diante da dinamicidade da sociedade. De qualquer modo, o aparecimento do FA no cenário político uruguaio dotou as eleições de 1971 de uma singularidade histórica por dois motivos principais: 1) por ser um marco do fim do velho sistema bipartidarista e 2) porque, com sua representação parlamentar, o FA possibilitou a presença institucional de diversos setores socioeconômicos e político-ideológicos escassamente representados no terreno das decisões político-institucionais (MARTÍNEZ, 2002). E nesse cenário que surgirão figuras como o médico oncologista e professor universitário Tabaré Vázquez, que chegou a intendente de Montevidéu no período de 1990-1994 e que foi candidato à Presidência

em 1994, 1999 e 2004 apresentando-se como uma alternativa de esquerda ao modelo político uruguaio.

Além da ditadura militar, outro fato importante na história recente do sistema político uruguaio, que abalou o prestígio dos partidos tradicionais, foi a aprovação, em 1986, da *Lei da Caducidad* (ou Lei da Impunidade como foi popularmente batizada). Tal lei diz respeito a uma anistia ampla e irrestrita em vistas ao período ditatorial que chegara ao fim. Aprovada por blancos e colorados, propugnava que o Estado uruguaio renunciaria seu papel de julgar e castigar os militares implicados em violações dos direitos humanos. O descontentamento popular diante dessa lei foi imediato, seria a oficialização da impunidade de alguns crimes em um país onde se pretendia uma igualdade diante da lei. A reação foi o nascimento de um amplo movimento social para a anulação da referida Lei. Esse movimento, representado pela formação de aproximadamente 300 comissões de bairros em todo o país, foi integrado não só por frenteamplistas, senão também por blancos e colorados progressistas. O debate nacional gerado durante mais de dois anos nas redes sociais de base rompeu limites políticos, sociais e geográficos de uma esquerda que até o momento estava confinada quase que totalmente na capital Montevideú (ZIBECHI, 2005).

Tamanho foi a agitação social em torno do tema *Lei da Caducidad*, que culminou em um referendo, com campanha nacional por parte dos apoiadores da Lei e dos que eram contra. O resultado da votação que levou quase dois milhões de votantes às urnas foi de 56,0% dos votos favoráveis à *Lei da Caducidad* e 41,3% contrários. Mas o que poderia ser entendido como uma derrota dos progressistas e frenteamplistas foi uma excelente possibilidade do FA aumentar sua visibilidade e uma oportunidade de marcar sua posição destoante das demais forças políticas uruguaias.

Depois do *Frente Amplio*, dentro da coligação que se saiu vencedora nas eleições presidenciais de 2004, a segunda força política mais antiga é o Encontro Progressista. O EP foi criado em 1994 para posteriormente coligar-se com o FA. As políticas de privatização do governo de Luis A. Lacalle (1990-1995) ganharam oposição não somente da esquerda, mas também de setores progressistas dos partidos tradicionais, principalmente blancos. Essa situação deu origem à organização de uma outra força política uruguaia liderada por Nin Novoa. Assim o EP foi constituído inicialmente por dissidentes do Partido Blanco. O Partido Democrata Cristão (que havia deixado o FA em 1989) também ingressa no EP e sem voltar ao FA compõe uma nova coalizão de esquerda (FERNÁNDEZ, 2004). A ampliação da base de esquerda garantiu ao candidato Tabaré Vázquez a vitória no primeiro turno na eleição de 1999, com 40% dos

votos (seguido pelos colorados com 33% e os blancos com 22%); porém, o candidato Jorge Batlle vence o segundo turno¹¹.

O partido Novo Espaço liderado por Rafael Michelini (que havia concorrido nas eleições de 1999 recebendo somente 5% dos votos) acaba por dividir-se. Michelini decide apoiar Tabaré Vázquez no segundo turno, e seguindo o exemplo do EP, procura construir um novo espaço político (FERNÁNDEZ, 2004). Ou seja, inicia um processo de recrutamento entre blancos, colorados, parte do Novo Espaço e outras personalidades políticas dispostas a comporem uma nova coligação que viria chamar-se Nova Maioria e que, em dezembro de 2002 assinam o documento de acordo entre EP-FA-NM. Este documento pode ser considerado o marco da fundação de uma nova maioria política

con otra orientación, otras propuestas, otros responsables y otras energías, se haga cargo de la tarea de reconstrucción, imprescindible para superar la honda crisis y para conducir a nuestro país y a nuestro pueblo a un destino mejor (DOCUMENTO, 2002).

Dessa maneira, a aliança constituída em torno da candidatura de Tabaré Vázquez soube explorar a situação de crise que o Uruguai estava enfrentando no momento da eleição presidencial, para indicar a necessidade de uma mudança política que fosse além do bipartidarismo até então vigente.

V. A conjuntura do Uruguai no período das eleições de 2004

A história da democracia representativa uruguaia é marcada por um bipartidarismo do Partido Colorado e do Partido Blanco que durou aproximadamente 170

¹¹ Com a reforma constitucional de 1996 é instituído sistema de *balotagem*, ou seja, o segundo turno, caso nenhum partido obtenha mais de 50% dos votos emitidos na eleição nacional. Se nenhum dos partidos houver obtido essa porcentagem, um mês depois se realizará uma nova eleição entre o primeiro e o segundo candidato (partidos) mais votados, que será decidida por maioria simples. Nessa mesma reforma, outras duas alterações foram implementadas. Uma delas define que os partidos podem lançar somente um candidato à Presidência da República. E a outra modificação é a desvinculação das eleições municipais e nacionais: as eleições municipais ocorrem três meses após as instalação do novo governo.

anos. Neste período o Partido Colorado esteve no governo durante 90 anos até o golpe de estado (1973-1984) e outros 10 a partir do restabelecimento da democracia.

De fato, foi durante o bipartidarismo que a República Oriental do Uruguai encontra seu auge de prosperidade, quando chegou ser comum compará-la a países europeus desenvolvidos. Todavia, o Uruguai chega em 2004 como mais um país que se vê afligido por problemas como baixo crescimento econômico, desemprego, analfabetismo, entre outros, além do clima de descontentamento de uma população que ganha as ruas em uma sucessão de protestos e greves.

Com o intuito de dar uma idéia de como estava a conjuntura no momento em que a candidatura de Tabaré Vázquez disputou pela terceira vez as eleições, vale dizer ainda mais algumas palavras sobre as muitas dificuldades que o Uruguai enfrentava em 2004. Essas podem ser divididas sinteticamente, como o fez Couriel (2005), em dificuldades de caráter social, financeiro, econômico-produtivo e institucional, conforme o quadro a seguir procura ilustrar:

Quadro 1: Manifestações das principais dificuldades enfrentadas pelo Uruguai no momento da eleição de 2004

Campo Social	Campo Financeiro	Campo econômico produtivo	Campo institucional
Aumento da desigualdade social;	Elevado endividamento externo e interno;	Parco coeficiente de investimentos em tecnologia e produção;	Elevado número de funcionários públicos;
Intensa emigração internacional;	Progressiva desvalorização da moeda interna, que se estende desde de 1999;	Queda acumulada do produto interno bruto da ordem de 20% desde de 1998;	Baixa qualidade de gestão nas instituições estatais;
Ampliação da pobreza e suas conseqüências diretas e indiretas;	Fidelidade com o Fundo Monetário Internacional (FMI) que exige algo superávit primário;	Alta capacidade produtiva ociosa;	Esvaziamento do pessoal técnico qualificado nas principais instituições estatais;
Aumento do desemprego aberto, subemprego, empregos precários e informalidade.	Baixos investimentos sociais e restrições com o pagamento dos funcionários públicos.	Baixo nível de integração produtiva no mercado mundial em conseqüência do elevado coeficiente de importações.	Dificuldade de acesso à informações sobre instituições estatais como a ANCAP e Banco da República

Fonte: Couriel, Alberto. *Uruguai: critérios básicos para uma proposta de esquerda*. Pág: 151-152. In: *Diplomacia, Estrangeira e Política (DEP)*. Vol I, n.º.3 (abr./jun. 2005). Brasília, 2005.

Desta forma, a conjuntura nacional do Uruguai estava a favor do candidato do EP-FA-NM, pois, além de enfrentá-lo, os partidos tradicionais uruguaios tinham como

adversário uma indisfarçável crise a que lhes era atribuída a responsabilidade. A crise econômica de 2002 foi insuperável para o governo de Batlle. Em questão de poucos anos, a aceitação de sua administração, que era de mais de 40%, despencou para 10%. Entre janeiro e julho de 2002, o Risco País passou de 220 a 3.000 pontos, a corrida financeira aumentou 45% nos depósitos bancários, o preço do dólar duplicou e o produto interno caiu pela metade do que era em 1998, o desemprego foi para mais de 20% e a porcentagem da população ficou abaixo da linha da pobreza alcançando 40% (ZIBECHI, 2005). Frente a essa situação, independentemente do fato de que essa crise fosse o reflexo de uma crise mais ampla, que se fez sentir no Uruguai a partir do momento em que a economia Argentina padece com um processo de estagnação, parte da população uruguaia culpa o Governo Batlle.

Diante deste cenário, Tabaré Vázquez procurou manter um discurso cauteloso e moderado no que se refere às mudanças sociais, evitando dessa forma aprofundar temas polêmicos. Seu programa eleitoral refletiu um esforço por contemplar os interesses dos mais distintos segmentos da sociedade. As classes detentoras do capital eram contempladas com propostas de políticas direcionadas a “gerar um ambiente propício para atividade empresarial que beneficie o empresariado” (*EL GOBIERNO*, 2004, p.2). Acrescido a isso, vinha o compromisso de fazer com que o Estado uruguaio cumprisse o “seu imprescindível e insubstituível papel na articulação e execução de políticas sociais” (*EL GOBIERNO*, 2004, p.1), com a criação de um “Plano Nacional para a Emergência Social”. As propostas de políticas sociais do candidato à presidência uruguaia eram um conjunto de medidas políticas que, segundo o próprio Tabaré Vázquez, foram inspiradas nas políticas sociais desenvolvidas na campanha de Luiz Inácio Lula da Silva.

A candidatura de Tabaré Vázquez, de modo semelhante ao que foi feito na candidatura de Lula, teve a mesma preocupação de conquistar a aceitação do mercado internacional. No caso brasileiro foi o vice-presidente, o bem-sucedido empresário José Alencar, que estaria conferindo um nível de confiança. Já Tabaré Vázquez, ainda durante sua campanha presidencial, anuncia suas intenções de nomear como Ministro da Economia o frenteamplista Danilo Astori, que foi Decano da Faculdade de Ciências Econômicas entre 1971 e 1973 e entre 1985 e 1989 (quando foi candidato à vice-presidente pelo FA junto a Líber Seregni). Astori, nos últimos anos passou a defender uma ênfase nos investimentos privados, na concorrência do mercado. A respeito disso, Fernández (2004) afirma que “el anuncio de Danilo Astori como ministro de Economía fue

el episodio más indicativo del rumbo que Tabaré Vázquez pensaba darle a su gobierno” (FERNÁNDEZ, 2004, p.15). Não cabe aqui julgar se o fato de Tabaré Vázquez revelar antecipadamente seu desejo que o Ministro da Economia seja alguém que defenda, em certa medida, o pensamento hegemônico do mercado mundial é, ou não, o principal indicativo dos rumos que a economia terá em seu governo. Mas sim de apresentar que sua candidatura indica que, possíveis mudanças econômicas serão reguladas com regras claras, moderadas e ordenadas.

A candidatura de Tabaré Vázquez utiliza também o universo simbólico, agora da nação, para ampliar sua imagem e aceitação. Faz isso quando trabalha politicamente processo de privatização adotado pelo governo de Jorge Batlle, que muito incomodava a maioria da população uruguaia, talvez uma das mais politizadas da América Latina. Tabaré Vázquez, em dezembro, conquista uma significativa vitória sobre o Partido Colorado e o Partido Blanco que apoiavam publicamente uma reforma na Administración Nacional de Combustibles Alcohol y Portland (ANCAP)¹². Outra estratégia equivocada do Governo Batlle foi a privatização das empresas de tratamento e distribuição de água potável. Tabaré Vázquez novamente se posiciona contra a privatização, ao lado da maioria da população. O referendo que foi votado no dia das eleições presidenciais, 31 de outubro, evidenciou que aproximadamente duas de cada três pessoas votaram contra o projeto defendido pelo Governo Colorado que contava com o apoio do Partido Blanco, ou seja, a maioria da população votou contra a privatização da água potável.

Aqui se faz necessário um pequeno comentário sobre porque o Uruguai é considerado um dos países com a tradição participativa mais sólida da América Latina. A participação popular por intermédio de referendos já faz parte da tradição política uruguaia. Medidas ou leis polêmicas não raras vezes levaram o povo uruguaio às urnas para expressar seu apoio ou descontentamento. Cabe mencionar um exemplo já citado acima, no caso do referendo da *Lei da Caducidad* foram dois anos de campanhas pró e contra a Lei o que levou quase dois milhões de uruguaios às urnas.

VI. Algumas semelhanças e diferenças entre os casos estudados

O estudo das candidaturas permitiu verificar algumas semelhanças e diferenças, tanto em relação às suas origens, quanto em relação à conjuntura política dos processos eleitorais.

¹² A reforma, em linhas gerais, previa a desmonopolização do Estado do setor de combustíveis e a autorização de se associar com empresas privadas. O referendo se realizou no dia de dezembro de 2003. Houver 1.201.626 votos contra a reforma da ANCAP; 684.129, a favor da reforma; 45.905 pessoas votaram em branco e 87.479 anularam seus votos (FERNÁNDEZ, 2004).

Do ponto de vista da constituição do PT e do FA, ambos grupos políticos possuem uma composição original oriunda da esquerda e de movimentos sociais. Enquanto o FA originou-se a partir de pelo menos três vertentes - a dos partidos ideológicos anteriores (Partido Socialista e Partido Comunista), a do sindicalismo e a da cisão dos partidos tradicionais (Partido Colorado e Partido Nacional), o PT teve entre suas bases o movimento sindical autonomista da base industrial paulista do setor de ponta (indústria automotora), os movimentos cristãos de esquerda (Pastorais da Terra e do Menor e Comunidades Eclesiais de Base), assim como militantes e intelectuais provenientes das organizações políticas marxistas-leninistas e militantes dos chamados novos movimentos sociais (MOREIRA, 2005). No entanto, a hegemonia política é distinta. Pode-se considerar que o Frente Amplio possuía uma hegemonia de organizações políticas revolucionárias (ou, ao menos, marxista-leninistas), o que não se verifica nas origens do PT.

Em relação à conjuntura eleitoral, os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva e Tabaré Vázquez contaram com a vantagem de disputar contra candidatos governistas relativamente desgastados. Além disso, em grande medida, conseguiram associar suas imagens à idéia de uma alternativa viável aos problemas que atingiam seus países; sem, contudo, aprofundarem temas polêmicos ou mesmo indicarem rupturas com o modelo político e econômico que estava em andamento. Ou seja, o PT e o FA, enquanto forças políticas identificadas com a esquerda, aparentemente não intensificaram o debate eleitoral valorizando as distinções de suas propostas com relação às da direita. Porém, antes de passar para a análise de suas propostas no que se refere à relação capital/trabalho é importante problematizar a própria noção de esquerda.

Assim, conclui-se que essas duas forças políticas, que são distintas em suas origens, fazem parte de candidaturas com propostas eleitorais similares¹³ que ganham visibilidade em conjunturas igualmente similares. Dessa maneira, compõem candidaturas que adotam a estratégia de desenvolver uma campanha moderada no que se refere a propostas e críticas, em um cenário político nacional desgastado por crises políticas, sociais e econômicas.

¹³ Uma análise comparativa das propostas eleitorais das candidaturas Lula (2002) e Tabaré Vázquez (2004) será feita no terceiro capítulo.

A RELAÇÃO CAPITAL/TRABALHO E A ESQUERDA

I. Alguns comentários sobre a origem da díade esquerda/direita

Levando-se em conta que as candidaturas de Luiz Inácio Lula da Silva 2002 e de Tabaré Vázquez 2004 apresentam uma certa identificação, inclusive autoproclamada, com a esquerda, mas não abordam a relação capital/trabalho como usualmente de esquerda indica. Serão desenvolvidos aqui argumentos que defendem a validade da utilização das categorias esquerda e direita e da importância que a relação capital/trabalho tem para a compreensão da identidade política das candidaturas aqui estudadas.

Nesse sentido, este capítulo abordará a definição e a importância da relação capital/trabalho para a esquerda. Será feita também uma rápida revisão bibliográfica sobre as definições do termo esquerda. Entretanto, primeiramente será apresentando um breve histórico dessas categorias.

Inicialmente, direita e esquerda são termos antitéticos, que há mais de duzentos anos são utilizados para designar o contraste existente entre pensamentos e atuações políticas (BOBBIO, 2001). A origem do debate sobre esta díade direita/esquerda remete à posição ocupada no parlamento francês por grupos conservadores e liberais no século XVIII. Os primeiros ocupavam os lugares situados à direita do presidente do Parlamento e os segundos se localizavam à esquerda. Dessa simples distribuição dada ao acaso é que parte todo um simbolismo que atravessou séculos e alcançou todos os países do mundo. Assim, os partidos, indivíduos ou movimentos sociais com idéias ou práticas conservadoras, e até reacionárias, foram cunhados de direita e aqueles que apresentavam um perfil renovador, ou mesmo revolucionário, passaram a ser denominados de esquerda.

Contudo, as características que de forma tão superficial serviram inicialmente para definir os pólos dessa díade foram, no processo histórico imediatamente posterior à Revolução Francesa, adquirindo novos significados com base no aparecimento de novas teorias e práticas sociais. Estas teorias e práticas sociais foram fundamentais para a consolidação e interpretação dos distintos interesses apresentados por grupos que estavam surgindo com as transformações sociais. E nessa dinâmica, ainda durante o movimento revolucionário francês, os pólos ideológicos direita/esquerda se reorganizam. A

exemplo disso, vale recordar que a burguesia liberal assumiu um papel histórico transformador somente enquanto os objetivos por ela assinalados coincidiram com seus interesses econômicos (LUKÁCS, 1966). Dito com outras palavras, se no período anterior e mesmo durante os embates políticos que marcaram a Revolução Francesa as forças políticas liberais expressaram um conteúdo revolucionário, uma vez que propunham a transformação radical das estruturas tradicionais da sociedade monárquica, bastou conquistarem o poder político se converterem em forças defensoras da conservação do novo *status quo*.

Portanto, a partir da Revolução Francesa se consolidam e se desenvolvem novas forças econômicas, sociais e políticas que vinham sendo gestadas no interior do Antigo Regime. Do ponto de vista econômico, esse processo culminou com a consolidação da grande produção industrial, que está mais relacionada com uma outra revolução, a Industrial, que trouxe consigo novos modos de produzir e de pensar, novas técnicas de produção e, conseqüentemente, novas relações sociais. Marx (1968b) reflete em sua obra que o processo que produz o assalariado e o capitalista tem suas raízes no *asujeitamento* do trabalhador pelo modo de produção.

Marx, nesse sentido, está referindo-se ao fato de que um dos resultados estruturais desse novo modelo de organização social seria o surgimento de uma crescente massa de trabalhadores afastados dos meios de produção e submetidos a um nível elevado de exploração, já não mais feudal, mas sim capitalista. Paulatinamente, essa massa de trabalhadores passou a se organizar e reivindicar direitos, dando origem a associações e a partidos políticos que visavam representar seus interesses.

Nesse sentido, a Revolução Francesa pode ser entendida como um marco divisório entre dois modelos de organização social. Seria então a culminância de um processo lento e gradual no interior do feudalismo, em que as condições para o surgimento do capitalismo estavam sendo desenvolvidas. Com relação ao *slogan* da Revolução Francesa, “igualdade, liberdade e fraternidade”, Marx contrapôs a realidade do mundo capitalista, argumentando que a liberdade era apenas a liberdade de mercado, que a igualdade era apenas formal e com isso a fraternidade somente poderia ser baseada em interesses materiais do capital.

Assim, surgem organizações políticas de cunho político-ideológico distinto, que criticavam de alguma forma a estruturação da nova sociedade. E, se no feudalismo era possível encontrar vestígios de movimentos populares em estágio de organização para defenderem seus interesses frente a situações de exploração, foi somente no capitalismo, segundo uma visão marxista, que a burguesia e proletariado se apresentam de forma integral. Ou ainda, como afirma Hobsbawm (2005), seria “no capitalismo a classe se torna uma realidade histórica imediata e em certo sentido *vivenciada* diretamente, enquanto nas

épocas pré-capitalistas ela pode ser meramente um conceito analítico que dá sentido a um complexo de fatos (...)" (HOBBSAWM, 2005, p.37). Seriam, então, interesses contraditórios que estariam conquistando novas características e representatividades em virtude de mudanças estruturais em desenvolvimento.

II. A relação capital/trabalho na tradição marxista

Do ponto de vista das idéias, novas abordagens buscam combater os fundamentos da teoria liberal que representava a racionalização teórica da nova sociedade. Karl Marx foi um importante pensador, cuja teoria questionou radicalmente os alicerces do pensamento liberal, com conseqüências práticas que marcariam os séculos seguintes e influenciariam os termos posteriores do debate sobre a dicotomia esquerda/direita. E dessa forma, a amplitude da obra de Marx é tamanha que a esquerda, em geral, é influenciada direta ou indiretamente sobre sua influência.

Karl Marx aprofundou sua crítica a economia política analisando o que considerou central no interior do sistema capitalista: a relação entre os vendedores da força de trabalho e os seus compradores, ou seja, a relação capital/trabalho. Essa relação seria marcada, segundo ele, pelo conflito e seria também de fundamental importância para a compreensão do funcionamento da sociedade.

Nesse sentido uma análise do modo como tal relação é abordada e interpretada nos programas eleitorais pode oferecer elementos para definição da identidade política das candidaturas Lula e Tabaré Vázquez.

Para Marx, o que o trabalhador vende não é diretamente seu trabalho, mas sua força de trabalho, cedendo ao capitalista o direito de dispor dela temporariamente. Essa inédita transformação da força de trabalho em mercadoria efetuada na história pelo capitalismo, segundo Marx, foi a fonte geradora do capital. Marx definiu o valor da força de trabalho como o de qualquer outra mercadoria. Este valor seria determinado pela quantidade de trabalho necessário para produzi-la/reproduzi-la e seu preço é o que se denomina de salário.

Assim, Marx afirmou que "a força de trabalho é, pois, uma mercadoria, nem mais nem menos que o açúcar. Aquela se mede com o relógio; esta, com a balança" (MARX, 1974, p.19). Entretanto, para que a força de trabalho fosse convertida em mercadoria foram necessárias certas condições históricas. Conforme Marx:

(...) a força de trabalho só pode aparecer como mercadoria no mercado, enquanto for e por ser oferecida ou vendida como mercadoria pelo seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho. A fim de que seu possuidor a venda como mercadoria, é mister que ele possa dispor dela, que seja proprietário livre de sua capacidade de trabalho e de sua pessoa. Ele e o possuidor do dinheiro encontram-se no mercado e entram em relação um com o outro como possuidores de mercadoria, dotados de igual condição, diferenciando-se apenas por um ser o vendedor e outro o comprador, sendo ambos juridicamente pessoas iguais. A continuidade dessa relação exige que o possuidor da força de trabalho venda-a sempre por tempo determinado, pois se a vende de uma vez por todas, vender-se-á a si mesmo, transformar-se-á de um homem livre em escravo, de um vendedor de mercadorias em mercadoria. (MARX, 1968a, p.187).

Portanto, para vender sua força de trabalho, o trabalhador deveria estar livre em dois sentidos básicos: deveria ser e permanecer livre para produzir e consumir e estar livre dos meios de produção, apresentando-se completamente despojado das condições necessárias à sua subsistência. Uma vez consumada a separação entre o trabalhador e os meios de produção, estaria definida para Marx a gênese de uma contradição antagônica entre o capital e o trabalho, que é fundadora de uma série de crises presentes na história do capitalismo. Ao se concordar com esse pressuposto, é possível crer, como o fez Marx, que “as crises do mercado capitalista devem ser concebidas como a concentração real e a compensação violenta de todas as contradições da economia burguesa(...)”. Logo a seguir continua Marx dizendo que “(...) todas as contradições da produção burguesa atingem coletivamente a explosão nas crises mundiais gerais, bem como nas crises particulares”. (MARX, 1968b, p.585). Neste sentido, as crises não são fenômenos casuais, mas sim manifestações do desenvolvimento dinâmico de contradições do modo de produção, ou ainda da interação do capital e do trabalho nos moldes do capitalismo.

Essa contradição anunciada por Karl Marx, não desaparece e nem se reduz diante das situações em que a remuneração dos trabalhadores é suficiente para permitir um nível de consumo bastante elevado. Ou seja, de modo algum Marx em seus textos afirma uma homogeneidade nas classes, seja ideológica ou material. Nesses casos, porém, de acordo com a teoria marxista, apesar dos relativos privilégios que certos trabalhadores possuem em relação a outros, eles preservariam inalteradas as relações de exploração de uma classe sobre outra (PETRAS, 1995). Conforme indica Istvan Mészáros (2002),

(...) a questão decisiva, que se aplica a todos os graus e categorias de trabalhadores em toda parte, era e continua a ser a subordinação estrutural do trabalho ao capital, e não o padrão de vida relativamente mais elevado dos trabalhadores nos países capitalistas privilegiados. Tais privilégios relativos podem facilmente desaparecer em meio a uma grande crise e ao desemprego crescente, como o que hoje experimentamos. A posição de classe de quaisquer grupos diferentes de pessoas é definida por sua localização no comando da estrutura de capital e não por características sociológicas secundárias, como o 'estilo de vida'. (MÉSZÁROS, 2002, p.44).

O núcleo fundamental desta contradição, que existe independentemente do valor do salário, estaria no fato de que ao vender sua força de trabalho, o trabalhador produziria um valor a mais do que lhe é pago. Este valor excedente ou *mais-valia* é a parcela do trabalho que ficaria com o proprietário dos meios de produção, sendo a fonte primordial de seu lucro e do acúmulo do capital.

Marx, deste modo, definiu o capital como o trabalho não pago ou como o trabalho alienado e separado do seu produtor direto. Dito em outras palavras, conforme Marx, o capital não é uma *entidade material*, um meio de produção, uma quantia em dinheiro e nem um *mecanismo racionalmente controlável*, que estaria submisso ao poder de proprietários privados. O capital seria sim uma relação social entre pessoas envolvidas no processo de produção de valor excedente resultada da compra e venda da força de trabalho, em que alguns poucos proprietários dos meios de produção apropriam-se desse excedente. Portanto, o capital é mais amplo que o capitalismo, pois se articula num tripé constituído entre capital, trabalho e Estado e consiste num processo de controle de todas as esferas da sociabilidade humana. Já o capitalismo, segundo Mézáros (2002), pode ser derrubado por um ato político, mas necessariamente não a lógica que preside o capital, nem o Estado, nem a divisão hierárquica do trabalho, cujas vigências podem repor o capitalismo.

De acordo com Marx, a produção do capital estaria vinculada a apropriação da mais-valia. Já a ampliação do capital seria possível graças a dois processos fundamentais: o primeiro está representado pela subsunção formal do trabalho ao capital, caracterizada pelo prolongamento da jornada de trabalho e também entendida como *mais-valia absoluta*, e o segundo está representado pela subsunção real do trabalho ao capital, caracterizada pela constante revolução das forças produtivas no conjunto de uma dada sociedade e pelo controle real do processo de trabalho pelo capital e também entendida como *mais-valia relativa*. Assim, nas palavras de Marx está presente que,

“a produção da mais-valia absoluta se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas um equivalente ao valor de sua força de trabalho excedente. Ela constitui o fundamento do sistema capitalista e o ponto de partida da produção da mais-valia relativa. Esta pressupõe que a jornada de trabalho já esteja dividida em duas partes: trabalho necessário e trabalho excedente. Para prolongar o trabalho excedente, encurta-se o trabalho necessário com métodos que permitem produzir-se em menos tempo o equivalente ao salário. A produção da mais-valia absoluta gira exclusivamente em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as combinações sociais”. (MARX, 1968b, p.585).

Marx entende, a partir disso, que a fonte do capital seria exploração do trabalho. Dessa forma, no capitalismo, o capital e o trabalho estariam permanentemente medindo forças para ampliarem seus benefícios (MARX, 1974). As duas principais classes do capitalismo, o proletariado (trabalhadores) e a burguesia (proprietários dos meios de produção) vivenciariam, nessa perspectiva, uma relação cujos fundamentos seriam contraditórios, cada qual com seus *interesses inconciliáveis*.

Esta definição de Marx a respeito da relação capital/trabalho teve grande influência sobre os grupos e partidos políticos que se desenvolveram do final do século XIX e durante todo o século XX, que se denominaram social-democratas, socialistas e comunistas. Desde então, estas forças políticas é que passaram a ser consideradas de esquerda. O que estas vertentes ideológicas apresentam em comum seria, em linhas gerais, uma crítica à estrutura desigual do capitalismo que impedia uma distribuição mais eqüitativa dos lucros providos do citado modelo de produção. Dito de outra forma, a esquerda passou a significar de modo geral a preocupação com a conquista da igualdade social efetiva em contraposição a igualdade formal do liberalismo.

III. Em busca de uma definição do termo esquerda

A definição do conceito de esquerda que irá orientar este trabalho está centrada na obra de Norberto Bobbio (2001), em que a característica fundamental da esquerda é a luta pela igualdade.

Uma revisão bibliográfica indicou a escassez de materiais sobre este tema, revelando a existência de diversas obras que em algum momento afirmam que determinado movimento, governo, idéia, etc, são de direita ou de esquerda, sem, contudo, entrar em maiores detalhes. Assim, os conceitos de esquerda e direita são, na maioria das

vezes, abordadas como elementos dados. E mesmo alguns trabalhos que irão questionar a validade destes conceitos não se preocupam em fazer uma atualização histórica sobre seus significados.

Norberto Bobbio já havia denunciado a pouca discussão sobre os elementos que de fato seriam importantes para definir os pólos desta dicotomia em sua obra *Direita e Esquerda – Razões e significados de uma distinção política*, em que define a igualdade enquanto a fronteira entre direita e esquerda.

Norberto Bobbio afirma que as desigualdades sociais existem e, se algumas podem ser corrigidas e mesmo eliminadas, muitas – sobretudo aquelas pelas quais os próprios indivíduos são responsáveis – podem ser apenas desencorajadas (BOBBIO, 2001). Para Bobbio, a esquerda não propõe acabar com todas as desigualdades existentes e nem a direita pretende conservá-las integralmente: a primeira é mais *igualitária* e a segunda é mais *inigualitária*. Para dar maior precisão a essa distinção Bobbio afirma:

Igualitários são aqueles que, ainda que não ignorando que os homens são tão iguais quanto desiguais, apreciam de modo especial e consideram mais importante para a boa convivência aquilo que os une; podem ser chamados de inigualitários, ao contrário, aqueles que, partindo do mesmo juízo de fato, apreciam e consideram mais importante, para fundar uma boa convivência, a diversidade (BOBBIO, 2001, p.120).

Assim, a direita, nessa perspectiva, se caracterizaria pela defesa do valor da liberdade em detrimento a igualdade. Bobbio questiona a concepção de que a direita e esquerda não eram valores, mas sim termos vazios, pois a verdadeira disputa era entre liberdade e igualdade, ou seja, a direita defenderia a liberdade em detrimento da igualdade e a esquerda faria o contrário. Essa outra noção dos termos políticos direita/esquerda possui entre seus defensores Nicola Mateucci¹⁴.

Bobbio afirma a liberdade como defensável tanto pela direita quanto pela esquerda, a verdadeira disputa entre esses dois pólos políticos está em atribuir maior estima à igualdade ou à diversidade (BOBBIO, 2001). Dentro do campo da esquerda, ou daqueles que dão uma importância maior à igualdade, encontra-se um amplo leque de concepções políticas. Isso, como observa Bobbio, decorre do fato que a palavra

¹⁴ Norberto Bobbio estabelece um diálogo com Nicola Mateucci em sua obra: *Direita e esquerda – razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

“igualdade” não significa nada, caso não se responda às seguintes questões: igualdade entre quem, em relação a quê e com base em quais critérios.

Portanto, são inúmeras as formas de distribuição possíveis de serem chamadas de igualitárias, ainda que distintas e produzam resultados bem diversos (BOBBIO, 2001). O campo ideológico da esquerda se estende desde posições que propõem a expropriação da propriedade privada dos meios de produção, até as versões mais moderadas da social-democracia.

A respeito da social-democracia, deve-se considerar que houve uma mudança substancial na sua essência. Mesmo que os conteúdos programáticos defendidos pelos partidos da social-democracia contemporâneos a Marx serem distintos dos partidos sociais-democratas atuais, vale observar o que Marx advertia a respeito dessa corrente política:

O caráter peculiar da social-democracia resume-se no fato de exigir instituições democrático-republicanas como meio não de acabar com dois extremos, capital e trabalho assalariado, mas de enfraquecer seu antagonismo e transformá-lo em harmonia. Por mais diferentes que sejam as medidas propostas por ela (a social-democracia) para alcançar esse objetivo, por mais que sejam enfeitadas com concepções mais ou menos revolucionárias, o conteúdo permanece o mesmo. Esse conteúdo é a transformação da sociedade por um processo democrático. Porém uma transformação dentro dos limites da pequena burguesia. (MARX, 1968c, p.52).

Entenda-se que, os partidos da social-democracia atuais não preservaram muitas das reivindicações daqueles do final do século XIX, o que os impede de proporem alternativas consistentes aos problemas sociais e econômicos do século XX e XXI (MÉSZÁROS, 2002).

Bobbio não desconhece que partidos supostamente de esquerda podem praticar as mesmas políticas ou mesmo apresentar projetos de campanha semelhantes, ou idênticos, aos da direita. Tratam-se, segundo ele, de partidos que pleiteando ou já no governo não podem *a priori* ser entendidos como de esquerda, mesmo que as bandeiras sustentem digam que são.

Desta forma, estes partidos seriam a expressão de um fenômeno cada vez mais comum da existência de duas direitas: uma que tenta se fazer passar por esquerda, mas que é na realidade uma direita tecnocrática, e a outra que pretende possuir com

exclusividade o nome de direita e é simplesmente uma direita populista. Para além dessa confusão, segundo Bobbio, direita e esquerda são termos antagônicos, e dessa forma reciprocamente excludentes e conjunturalmente exaustivos. Nas suas palavras,

excludentes no sentido de que nenhuma doutrina ou nenhum movimento pode ser simultaneamente de direita e de esquerda. E são exaustivos no sentido de que, ao menos na acepção mais forte da dupla, (...) uma doutrina ou um movimento podem ser apenas ou de direita ou de esquerda (BOBBIO, 2001, p.31).

Esta delimitação entre esquerda e direita, segundo Bobbio, pode ser definida também como a disputa entre aqueles que estão dispostos a defender a igualdade e aqueles que defendem a diversidade. O presente debate pautou o campo político até o final do século XX. Atualmente, porém, alguns autores questionam a existência de um significado preciso para definir a díade esquerda e direita. Nos últimos anos ganharam visibilidade os questionamentos não apenas sobre a viabilidade de um governo de esquerda, mas também sobre se ainda haveria sentido em se pensar a esfera política em termos de esquerda e direita.

O lastro destas dúvidas teve origem na queda do muro de Berlim e na derrocada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) enquanto um sistema que representava simbolicamente a viabilidade prática do referencial teórico marxista. Deste modo, a derrocada teria representado o desaparecimento do referencial real de boa parte da esquerda. Como o capitalismo não desmoronou, nem deu sinais de que iria desmoronar, as perspectivas do socialismo soviético como alternativa global dependiam de sua capacidade de competir com a economia mundial capitalista; porém, principalmente depois de 1960 o modelo soviético não era mais competitivo. Na medida em que essa competição assumia a forma de um confronto entre duas superpotências políticas, militares e econômicas, a inferioridade ganhou maior visibilidade (HOBBSAWM, 2004). Com isso, o esgotamento do modelo soviético teria produzido consequências não somente nos movimentos e partidos que mantinham uma grande vinculação com ele, mas praticamente em todo o pensamento de esquerda.

IV. Outras discussões sobre os termos direita/esquerda

Esse contexto, da queda do muro de Berlim seguido da derrocada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, foi profícuo para o surgimento de algumas teorias que

propugnavam o fim da esquerda. Uma versão acadêmica desse debate, que ficou conhecida pela grande polêmica que suscitou, foi a tese de Francis Fukuyama (1992) sobre o fim da história apresentada na obra *O Fim da História e o Último Homem*. Sua tese se sustenta basicamente em dois argumentos, um de filosofia da história, outro de fundo ontológico: 1) a história não progride por intermédio de um processo de igualação dos desiguais, mas, ao invés disso, por intermédio da luta individual ou coletiva pela supremacia; 2) a aspiração dos homens, interpretada em termos realistas e não utópicos, não é igualdade, mas a superioridade por intermédio da concorrência e da vitória sobre o inimigo (BOBBIO, 2001). Em síntese, trata-se da defesa do ideário do liberalismo. O “fim da história”, segundo Fukuyama, não estaria propondo, obviamente, que o ciclo natural de nascimento, vida e morte teriam chegado ao fim ou que importantes eventos não mais aconteceriam, mas que não haveria mais progresso no desenvolvimento dos princípios e instituições fundamentais, porque todas as questões realmente relevantes já teriam sido resolvidas (FUKUYAMA, 1999). No entendimento de Fukuyama, a humanidade teria presenciado a derrota de todas as alternativas políticas, (comunismo, fascismo, ditaduras militares ou teocráticas etc.) frente à democracia liberal. Esta sua constatação seria suficiente para argumentar que este modelo de organização social seria o ápice da evolução política e social da humanidade.

As tentativas de implementação de governos de esquerda foram marcadas, segundo Fukuyama, por graves defeitos e irracionalidades que levaram sistematicamente ao seu colapso, já a democracia liberal estaria livre destes problemas internos. Entretanto, Fukuyama reconhece que isso não significa dizer que as democracias estáveis de hoje, como os Estados Unidos, a França ou a Suécia, estão livres de injustiças ou sérios problemas sociais, mas que estes problemas se devem mais à implementação incompleta dos princípios de igualdade e liberdade, sobre os quais a democracia moderna estaria fundada, do que a falhas dos próprios princípios (FUKUYAMA, 1999). Dessa forma, para os adeptos dessa perspectiva, não haveria mais sentido em insistir no debate sobre qual alternativa seria mais apropriada, se esquerda ou direita, já que tal discussão estaria superada. O problema colocado no lugar desse seria o de se pensar quais seriam os melhores procedimentos para levar a democracia liberal a um estágio de desenvolvimento completo.

Mas não foi esta a única crítica à utilização da idéia de esquerda para pensar o mundo. Outros autores interpretaram que esse momento de transformações simbólicas e concretas atestava a ineficácia do pensamento dicotômico esquerda/direita para explicar os eventos político-sociais.

Assim, para autores como Giddens¹⁵, a complexidade do mundo globalizado retirou das antigas categorias, esquerda e direita, a possibilidade de serem explicativas. Em sua obra *Para Além da Esquerda e da Direita* (1995), Antony Giddens inicia perguntando o que seria uma postura politicamente radical. A essa pergunta dará a seguinte resposta: “o radicalismo, na sua essência, significa não só a realização da mudança, mas o controle dessa mudança de forma a conduzir a história para frente” (GIDDENS, 1995, p.9). E é calcado nessa definição, no que se refere a ser radical, que começa questionando a validade dos termos que até então dividiram o universo político-ideológico. Se, por um lado, o radicalismo característico da esquerda, expresso em suas proposições de mudanças sociais, teria sido substituído por muitos socialistas e comunistas pelo conservadorismo, por outro lado, o conservadorismo, outrora associado à direita, já não lhe seria um atributo exclusivo (GIDDENS, 1995). Segundo o autor britânico, grande parte da esquerda teria se transformado em conservadora, ao reivindicar a continuidade do *welfare state* frente às transformações do Estado, e a direita, em radical, ao exigir mudanças cada vez mais profundas na sociedade. Dessa forma, esses termos, para Giddens, não mais representariam o sentido que um dia possuíram.

Giddens propõe colocar no lugar dos conceitos esquerda e direita a idéia de uma terceira via que seria sustentada, basicamente, por dois pilares. Um dos pilares dessa proposta política é o que ele chama de *política da vida*. Essa percepção da política não haveria apenas de abordar as grandes questões de justiça social, eficiência da economia e outras, mas também as questões que afetam os indivíduos diretamente. Isso significa ouvir o que estas pessoas têm a dizer sobre suas próprias vidas (GIDDENS, 1999). Além da *política da vida*, Giddens propõe outro pilar de orientação para os governos de terceira via: a *política gerativa* pela qual o Estado procura “empoderar” (*empower*) os cidadãos, e não meramente os prover de forma paternalista com serviços públicos. A *política gerativa* é a política que procura incentivar que os indivíduos e grupos façam as coisas acontecerem, mais do que simplesmente deixar que as coisas aconteçam a eles (GIDDENS, 1995). Com isso, segundo Giddens, os programas políticos radicais, hoje em dia, devem ser baseados numa conjunção da *política da vida* e da *política gerativa*. Em suma, Anthony Giddens apresenta essa alternativa teórica (a terceira via), pretendendo com isso solucionar a confusão teórica no campo político por intermédio da retirada dos

¹⁵ Um dos principais autores a levantar suspeitas sobre a operacionalidade explicativa nos dias atuais, não só do conceito de esquerda, mas também de direita, é Anthony Giddens. Estaríamos, segundo Giddens, entrando na era do “Estado sem inimigos”, ou seja, a era da terceira via. Esta pretende a reconstrução do Estado, utilizando para isso o próprio movimento da globalização. Fazendo o Estado elemento de resistência à globalização, por um lado, com sua atuação orientada no sentido da “democratização da democracia” e, por outro, aproveitando-se da dinâmica da globalização, para criar uma ordem que não é “nem um superestado nem apenas uma área de livre comércio”. (GIDDENS, 1999). Sua tese está desenvolvida em obras como: *Para além da Esquerda e da Direita*. Unesp. São Paulo, 1995; e *A terceira via*. Instituto Teotônio Vilela. Brasília, 1999.

rótulos ideológicos tradicionais que diferenciavam historicamente as políticas de esquerda e de direita.

Há, na literatura das Ciências Sociais, autores que, mesmo sem concordar com o fim da esquerda ou da dicotomia direita/esquerda no campo político, consideram que uma séria crise se abateu sobre a esquerda. Tal crise estaria relacionada ao fim do *socialismo real*. Nesse sentido, os partidos políticos de esquerda estariam enfrentando um processo repleto de vacilações e dúvidas, resultado da dificuldade em definir com maior autonomia sua identidade ideológica (LECHNER, 1994).

Seguindo no debate atual sobre a definição(ou validação) do termo esquerda, é possível encontrar também quem defenda que a experiência soviética foi a única expressão concreta do marxismo e que, portanto, seu fim significou a perda da validade da obra de Karl Marx. Assim sendo, o crescimento de esquerdas não-marxistas, mas no liberalismo, seria explicado não só por uma opção ideológica, mas principalmente por um determinismo histórico no qual não haveria outra escolha para as esquerdas. (HIRST, 1993).

De fato, até seu fim a URSS continuou sendo algo mais do que apenas outra grande potência. Ela representava para muitos pensadores de esquerda a emancipação universal, a construção de uma alternativa à sociedade capitalista (HOBBSAWM, 2004). Entretanto, a derrocada da URSS, para o autor Robert Kurz, esteve associada a algo mais do que uma possível incapacidade organizacional da esquerda. Kurz defende que, ao contrário do que foi propalado, a queda do Muro de Berlim e o fim da URSS representaram acima de tudo um aprofundamento da crise do próprio sistema capitalista. Segundo ele, não se tratava de uma competição entre dois modelos organizacionais distintos em que a derrota de um representava a vitória do outro, mas de uma crise dentro de um mesmo sistema. Para Kurz, antes mesmo do final da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a sociedade soviética já funcionava de acordo com os principais fundamentos da lógica do sistema capitalista: a produção de mercadorias e a alienação do trabalho (KURZ, 1993). Em outras palavras, o fim do regime soviético, aos olhos de Kurz, seria mais uma evidência de uma crise geral oriunda das periferias para o centro do sistema mundial produtor de mercadorias.

James Petras (1995), por sua vez, busca caracterizar mais precisamente o que considera um modo de agir típico da esquerda. Para Petras, a força significativa da esquerda está nas ruas, encontrando suas expressão nos movimentos de massa e não exclusivamente nos processo espaços institucionais. Petras denuncia e analisa a formação de alianças entre ex-sociais-democratas, ex-socialistas e ex-comunistas e partidos liberais e até conservadores no sentido de viabilizar governos “estáveis” e “confiáveis”. Esta convergência de interesses, segundo ele, representaria apenas uma

adesão da esquerda institucional e moderada aos requisitos político-ideológicos do capital, mas de modo algum seria indício do fim da esquerda radical ou da viabilidade de seu projeto. Nas suas palavras,

las antiguas divisiones electorales entre el centro-izquierda y la derecha se han convertido al día de hoy en irrelevantes: la mayoría de los partidos Comunistas y Socialdemócratas han adoptado políticas de centro-derecha y de derecha, favoreciendo al capital y a las guerras imperiales y abandonando la legislación social del Estado de Bienestar. Las divisiones izquierda/derecha, no obstante, son más relevantes que nunca si tomamos como protagonistas a los crecientes movimientos de masa de izquierda y a las fuerzas electorales/institucionales de la derecha. (PETRAS, 2005, p.2).

Mészáros (2002) é outro autor que reivindica não apenas a atualidade da divisão esquerda/direita, mas a necessidade imperiosa de desenvolvimento de uma esquerda radical e amparada num poderoso movimento de massas. Para Mészáros (2002, p.205), “as condições materiais existentes são hoje ainda menos utilizáveis diretamente na realização das aspirações socialistas do que o eram na época em que Marx vivia” em virtude do poder destrutivo alcançado pela produção capitalista. Nesse cenário, o espaço para autênticas medidas reformistas no interior do sistema estaria cada vez mais estreito, exigindo transformações estruturais radicais como forma de sair da realidade de submissão ao capital. A esquerda, para ser viável enquanto tal, necessitaria incorporar em seu programa e em suas formas de luta o objetivo de ir para “além do capital”, título sugestivo de seu livro.

Enfim, as concepções tão distintas sobre a temática da esquerda servem para dar uma idéia geral sobre algumas direções que esse debate vem assumindo nas últimas décadas, colaborando desta forma para problematizar as possíveis transformações político-ideológicas ou maneiras como as candidaturas Lula e Tabaré Vázquez, objeto de investigação deste estudo, abordam a relação capital/trabalho.

No próximo capítulo, será feito o debate sobre como as acepções de esquerda e, principalmente, a relação capital/trabalho se manifesta nas candidaturas de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 no Brasil e de Tabaré Vázquez em 2004 no Uruguai.

A RELAÇÃO CAPITAL/TRABALHO NAS CANDIDATURAS LULA E TABARÉ VÁZQUEZ

I. A construção dos dados

A compreensão de como a relação capital/trabalho é abordada nas propostas apresentadas na campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva (2002) no Brasil e de Tabaré Vázquez (2004) no Uruguai passa pela elaboração de certas categorias analíticas. Como já foi dito nos capítulos anteriores, a relação capital/trabalho pode ser definida, em linhas gerais, como a base da infra-estrutura do sistema capitalista. Ou seja, é o momento em que o trabalho humano interage com os meios de produção privados dando origem a circunstâncias de produção e acumulação do capital. Assim, as categorias analíticas, ao serem operacionalizadas, deverão permitir a identificação das afirmações explícitas e implícitas, sobre o tema, nas propostas de ambas as forças políticas. Estas afirmações, depois de analisadas deverão conduzir à compreensão do porquê estas forças políticas abordaram essa relação de um modo que diverge da tradição de esquerda.

Dessa forma, as categorias analíticas descritas a seguir possibilitam uma abordagem comparativa das propostas eleitorais e, nesse sentido, oportunizam a compreensão de como as candidaturas Lula e Tabaré Vázquez desenvolvem a relação capital/trabalho. Igualmente respondem a necessidade de se efetuar um recorte nos programas, facilitando, com isso, o exercício de comparação ao reduzir os elementos comparados. Para tanto, foram construídas oito categorias¹⁶ que seguem no quadro abaixo:

Quadro 2: Categorias analíticas e seus objetivos para a análise

	Categorias analíticas	Objetivos
1.	Papel do Estado na economia	Identificar qual o papel do Estado frente à economia

¹⁶ O quadro que contém os trechos das propostas selecionados a partir das categorias analíticas se encontra em anexo no final da dissertação.

2.	Pacto social	Localizar as propostas que direta ou indiretamente sugerem a importância ou não da construção de um pacto social
3.	Classes sociais	Identificar as concepções forças políticas têm sobre as classes sociais
4.	Direitos sociais	Visualizar as concepções sobre direitos sociais
5.	Combate ao desemprego e desigualdades sociais	Compreender as estratégias apresentadas para o combate ao desemprego e às desigualdades sociais
6.	Modelo de desenvolvimento econômico	Reconhecer quais são os principais motivos para a crise econômica anunciados pelos candidatos
7.	Crise do modelo	Focalizar as principais alternativas para a crise econômica que cada uma das forças políticas propõe;
8.	Saídas para a crise	Explorar, nas propostas, as características dos modelos de desenvolvimento propostos pelo PT e pela FA como solução para a crise do modelo econômico.

Não será uma categoria isolada que oferecerá a compreensão desejada para os propósitos deste trabalho. Isso foi um fator decisivo na elaboração de um plano de pesquisa que permitisse observar o problema por vários ângulos, ao mesmo tempo em que houve a preocupação de reduzir o número de variáveis. As oito categorias analíticas, que aparecem no quadro acima, foram agrupadas e distribuídas em sub-capítulos seguindo um critério de afinidade temática conforme mostra o quadro a seguir:

Quadro 3: Distribuição das categorias analíticas nos sub-capítulos

Sub-capítulo	Categoria analítica
As prioridades dos programas	Combate ao desemprego e às desigualdades sociais Crise do modelo Saídas para a crise
Modelo alternativo de desenvolvimento	Modelo de desenvolvimento econômico

O pacto social nas propostas eleitorais	Pacto social Classes sociais Direitos sociais
O papel do Estado na economia	Papel do Estado na economia

Todo o exercício de construção das categorias foi pensado com o intuito de evidenciar, no conteúdo programático analisado, os parâmetros que a relação entre o capital e o trabalho foi considerada. Vale passar a uma breve justificacão da razão de cada uma dessas categorias analíticas.

Ao se partir da premissa que a rela o capital/trabalho   influenciada diretamente pela forma de governo, ou seja, pelo modo como o Estado administra a estrutura econ mica, torna-se relevante entender qual   a proposta apresentada pelos candidatos nos programas presidenciais estudados. Assim, a categoria **papel do Estado na economia** possibilita uma visão mais geral de como o Estado se posiciona diante da rela o capital/trabalho. Oferece ainda elementos para uma compreensão, mesmo que de maneira indireta, das conseq ncias e da atual configura o que essa rela o teria diante de um contexto macro-econ mico globalizado.

A próxima categoria analítica – **pacto social** – deve ser entendida como menos geral que a compreensão do papel do Estado na economia e mais focada em uma discussão que contemple a intera o entre os principais agentes da produ o. Cabe então aprofundar o que propuseram sobre isto e se em suas proposi es há a visão de concilia o entre o capital e o trabalho. As justificativas oferecidas pelos candidatos, brasileiro e uruguaio, sobre a necessidade de se efetuar um amplo pacto social colaboraram com as reflexões deste estudo, pelo fato de indicarem como estes perceberam a rela o entre capital/trabalho. Ou seja, essa categoria está diretamente ligada ao tipo de interpreta o que os documentos de campanha apresentam sobre a possibilidade de aproximar interesses particulares do capital e do trabalho e ainda sobre a existência ou não de conflitos entre esses espaços.

A categoria a seguir se relaciona com **classes sociais**.   preciso destacar que ambos os programas são similares na escassez de referências diretas sobre esse tema. Tal fato não acarreta necessariamente um prejuízo a uma identifica o geral sobre como as candidaturas Lula e de Tabaré Vázquez desenvolveram a no o de classe social. Vale salientar que o desafio central desta disserta o   descobrir se essas candidaturas podem ser consideradas de esquerda, tendo em vista a forma como abordaram a rela o

capital/trabalho. Deste modo, optou-se em dar uma atenção especial para esclarecer a concepção que as candidaturas tiveram à cerca de classes sociais.

A categoria analítica referente à noção de **direitos sociais** é importante para compreender qual é o entendimento que as candidaturas de Lula e de Tabaré Vázquez desenvolveram em suas campanhas sobre a parte da sociedade civil composta pelas camadas de baixa renda e, tendo em vista o foco deste estudo, principalmente sobre os trabalhadores. A visão das candidaturas sobre direitos básicos dos trabalhadores e da população de baixa renda oferece indícios para a compreensão das suas visões sobre a relação capital/trabalho.

As categorias até agora apresentadas fazem parte de uma proposta mais ampla e intrinsecamente ligada ao **modelo de desenvolvimento econômico** almejado pelos candidatos. Desta maneira, a compreensão do modelo de desenvolvimento defendido nos documentos oficiais de campanha assume relevância. Esta categoria assume ainda a função de nortear as conclusões da dissertação, ao passo que possibilita um relativo controle sobre a existência ou não de coerência entre o que é interpretado nos documentos sobre a relação capital/trabalho e sobre o que é proposto como um modelo de desenvolvimento econômico.

Uma leitura prévia dos programas eleitorais, tanto do candidato brasileiro como do uruguaio, permite verificar que o desemprego e as desigualdades sociais e os seus desdobramentos se destacam como problemas sociais a serem resolvidos. Assim sendo, optou-se neste estudo por construir uma categoria analítica que oportunizasse a compreensão sobre as **estratégias de combate ao desemprego e às desigualdades**. Isto auxiliará no debate sobre os motivos que os levam a descrever a relação capital/trabalho da forma como o fazem. Auxiliará também no entendimento sobre quais são as semelhanças e as diferenças que estiveram presentes na solução das já mencionadas problemáticas sociais.

Os programas estudados oferecem pistas sobre suas opções políticas ao definirem quais os principais **motivos da crise do modelo**. Ao fazerem as análises estrutural e conjuntural dos seus países, os programas oferecem subsídios para que se entenda quais elementos do modelo político e econômico são considerados responsáveis pela crise e quais saídas devem ser adotadas. Contudo, a discussão que envolve as alternativas fica reservada para a oitava e última categoria.

A última categoria está centrada na análise das propostas de superação dos diversos problemas conjunturais e estruturais que seriam causados pela má administração do Estado. Assim, o objetivo de analisar as **principais saídas para a crise do modelo** é verificar quais são os caminhos que as candidaturas de Lula e de Tabaré Vázquez

propõem para seus países no que se refere a questões relacionadas à interação entre o capital e o trabalho.

Os materiais de análise são os documentos apresentados na campanha eleitoral de Lula em 2002 e de Tabaré Vázquez em 2004. O material, obtido em sites oficiais das respectivas candidaturas estudadas, é composto por programas de governo, cadernos temáticos e outros documentos. O próximo quadro apresenta uma síntese da documentação e das fontes utilizadas para a elaboração desse trabalho:

Quadro 4: Documentos e fontes utilizados

Ref.	Nome do documento	Objetivo do documento	Fonte
PT-01	Carta ao Povo Brasileiro	Apresentação da candidatura	www.lulapresidente.com.br/carta1
PT-02	Compromisso com a soberania, o emprego e a segurança do povo brasileiro	Abordar a relação entre o desenvolvimento econômico, a geração de emprego e a resolução de problemas sociais	http://www.pt.org.br/site/assets/compromissocomasoberania.pdf
PT-03	Concepção e Diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil	Analisar o Programa de Governo 2002 do PT	http://www.pt.org.br/site/assets/diretrizes.pdf
PT-04	Mais e Melhores Empregos – 2002	Caderno temático que aprofunda as propostas políticas de geração de emprego e renda	http://www.pt.org.br/site/assets/maisempregos.pdf
PT-05	Programa de Governo 2002	Apresentação das propostas da campanha presidencial de 2002	http://www.pt.org.br/site/assets/programadegoverno.pdf
FA-01	IV Congreso - Propuesta de Grandes Lineamientos Programáticos para el Gobierno 2005 – 2010	Apresentação das propostas da campanha presidencial de 2004	http://www.ps.org.uy/DOC_CONG_FA_otros.htm
FA-02	IV Congreso – “Totales Señas de Identidad”	Definição das linhas gerais ideológicas e programáticas	http://www.ps.org.uy/4congreso/index.htm

FA-03	Plan por el Trabajo EP-FA	Documento que trata das propostas políticas de geração de emprego e renda	http://www.ps.org.uy/fa_doc_plantrab.htm
FA-04	Fuerza Política, Gobierno, Y Trabajadores Organizaciones Sociales	Apresentação de um panorama geral da candidatura no que se refere a interação do Estado, dos trabalhadores e organizações sociais	http://www.ps.org.uy/fuerzafaindex.htm
FA-05	El Gobierno del Cambio - Propuestas y Proyectos	Resumo e análise das propostas da campanha de 2004	http://www.ps.org.uy/prog/resumenpropuestasep-fa.pdf

A metodologia utilizada para a construção dos dados e desenvolvimento dessa dissertação é descritiva e analítica. Nestes termos, se presta para a descrição dos programas estudados e para a elaboração da análise destes com base em dimensões analíticas que se relacionam com o problema de pesquisa.

A fundamentação para o desenho da comparação foi baseada na idéia do “Most Similar Systems” de Adam Przeworski e Henry Teune (1970). Esta opção foi determinada pelo entendimento de que se trata uma situação de casos semelhantes com relação ao problema de pesquisa, bem como são casos que possuem um elevado número de casos similares.

O esquema analítico adotado foi orientado pelos passos sugeridos por Chilcote (1994): a) produzir e descrever os dados por intermédio de um esquema classificatório, que nessa dissertação foi representado pelas categorias analíticas anteriormente apresentadas; b) descrever as semelhanças e diferenças presentes nos dois casos comparados; c) formular e verificar dos pressupostos; e d) apresentar as descobertas ou achados.

II. As prioridades dos programas

A análise das propostas de ambas candidaturas permite verificar a semelhança entre as suas prioridades. Pode ser constatado nos documentos que os candidatos têm como central o desenvolvimento de políticas que proporcionem o crescimento econômico. Suas propostas indicavam esta preocupação tanto nas críticas ao governo anterior, quanto nos comprometimentos assumidos com os mais distintos segmentos da população de seus respectivos países.

No caso do Brasil, a candidatura Luiz Inácio Lula da Silva responsabilizou as privatizações e a fragilidade financeira do Estado pela debilidade da infra-estrutura econômica e social, o que, segundo o candidato petista, “comprometia a competitividade e o potencial de crescimento da economia” (PROGRAMA DE GOVERNO, 2002, p.27). Lula afirmava que as modificações estruturais efetuadas estiveram associadas a uma determinada estratégia de estabilização que, segundo ele, estava equivocada, como se pode verificar na citação a seguir:

O Plano Real baseou-se na articulação entre o aumento acelerado das importações e absorção de recursos financeiros externos. As dívidas interna e externa daí resultantes implicam a manutenção de taxas de juros permanentemente elevadas (Idem, 2002, p.27).

Essa situação exigiria uma efetiva ruptura global com o modelo existente, estabelecendo as bases para a implementação de um “modelo de desenvolvimento alternativo” (CONCEPÇÕES, 2002, p.5). Este modelo, almejado na candidatura de Lula, seria de ser capaz de promover o crescimento econômico necessário para a solução do desemprego, identificado pelo programa brasileiro como o principal problema do país. Lula disse em sua campanha presidencial que criar empregos seria sua obsessão (COMPROMISSO, 2002). Advertia também para a necessidade do país crescer a uma taxa média de 5% ao ano e com isso gerar os postos de trabalho necessários para o pleno emprego. Nas palavras retiradas dos documentos oficiais do Partido:

O Brasil só vencerá suas fragilidades se crescer, gerar empregos, exportar e disputar um espaço no mundo como nação soberana. É nessa dimensão que o governo fracassou. A premissa para crescer é diminuir a dependência de capitais externos voltados para a especulação e baixar juros. O caminho é combinar três linhas de ação: um esforço exportador muito mais vigoroso do que o atual; o alargamento do mercado interno; e o investimento em infra-estrutura e nos setores de ponta. (Idem, 2002, p.3).

O caminho indicado acima, que levaria ao crescimento econômico, pressupõe a execução de uma reforma estrutural que democratize e modernize o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional (CARTA, 2002). Pressupõe ainda uma preocupação especial com os setores mais competitivos da

economia, favorecendo-os com uma re-orientação dos investimentos públicos, além da elaboração de reforma tributária no sentido de desonerar a produção (Idem, 2002).

É possível identificar, nas propostas presidenciais da candidatura Lula, uma escala de importância entre as esferas econômica e social, sendo a primeira preponderante. Por certo, há certa arbitrariedade nessa afirmação acerca das prioridades, pois efetivamente essas esferas não são apresentadas isoladas nas propostas dos partidos estudados. Porém, o que está sendo frisado aqui, e que ganhará maior visibilidade no próximo capítulo, é o fato do atual modelo econômico ter assumido um relativo grau de legitimidade que o isenta de maiores questionamentos tanto nas propostas da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva como na candidatura de Tabaré Vázquez.

A campanha do candidato uruguaio, de modo semelhante, indica a necessidade de uma superação profunda dos problemas sociais acumulados ao longo das administrações do Uruguai realizadas pelos partidos tradicionais. O principal documento de campanha da candidatura Tabaré Vázquez em 2004, intitulado *Grandes Líneas Programáticas 2005-2010*, denuncia, logo no seu início, um modelo de desenvolvimento fundado na concentração de recursos e poder nas mãos de uns poucos, em prejuízo do trabalhadores. E, nesse contexto, “se ha generado un verdadero y auténtico retroceso en el ejercicio pleno de los derechos democráticos desde una visión integral de los mismos, y de las perspectivas de las grandes mayorías. Se ha agotado una forma de concebir al país” (GRANDES LINEAS, 2003, p.1).

Nesse sentido, para a implementação das melhorias sociais, seria necessária uma modificação substancial e imediata das políticas econômicas com o intuito de reativar a produção (IV CONGRESSO, 2001). O candidato uruguaio declara, enquanto medidas fundamentais de um governo progressista envolvido em mudanças sociais, o apoio total aos setores produtivos, objetivando diminuir o desemprego, aumentar os salários e promover o fim da exclusão (GRANDES LINEAS, 2003). Este apoio é assinalado principalmente por meio de incentivos fiscais e investimentos públicos.

A aproximação programática das candidaturas estudadas também se torna evidente no que se refere à análise conjuntural dos países. Ambas candidaturas afirmam que foram tomados *caminhos equivocados* pelos governos anteriores, e dessa forma haveria a possibilidade de se implementar os ajustes cabíveis apenas com correções de percurso:

La política económica llevada a cabo por los últimos gobiernos y ratificada por el actual, ha conducido al país por un camino equivocado. Desde hace ya tiempo, tanto en

Argentina como acá el mismo modelo aplicado, no cuenta con base sólida de sustentación. A la fecha, el deterioro productivo es muy fuerte al punto que ya no se debe hablar de recesión sino de crisis, entendiendo por ésta el desmantelamiento del aparato productivo. Y dada la profundidad de la crisis económica, el país vive una situación de emergencia nacional. (PLAN EMERGENCIA, 2001, p.1).

Críticas como essa foram recorrentes nas campanhas de Tabaré Vázquez e de Lula. Trata-se da premissa de se responsabilizar uma possível má administração dos governos anteriores pela crise e supor que é possível criar um ambiente econômico que beneficie toda a sociedade. Segundo a candidatura Tabaré Vázquez, os problemas sociais, econômicos e políticos que afligem o Uruguai seriam resultado “de la herencia estructural del neoliberalismo” (GRANDES LINEAS, 2003, p.1). Os documentos de campanha do candidato brasileiro falam em uma “herança de uma política cambial equivocada e de uma abertura desordenada dos anos 90” (PROGRAMA DE GOVERNO, 2002, p.11). Os candidatos concluem que tais heranças promoveram uma ampla estagnação econômica. Nesta concepção está subjacente uma similar opção política, que foi assumida por ambos candidatos como diretriz de todo programa político. Trata-se da compreensão de que a saída para os problemas sociais seria dada a partir do desenvolvimento econômico do país.

Mas, tanto na candidatura a uruguaia como a brasileira procuravam fazer algumas ressalvas com relação a essa estratégia de favorecimento do capital. O programa de Lula advertia que a economia não deve ser um fim em si mesmo: “ela deve ser um instrumento a serviço da vida” (COMPROMISSO, 2002, p.4). Por sua vez o programa de Tabaré Vázquez afirmava que “es objetivo prioritario del EP-FA poner la economía al servicio del ser humano” (GRANDES LINEAS, 2003, p.9). Não explicitado o que os candidatos entendem por “desenvolvimento econômico”. Para tanto, cabe analisar parte do conteúdo programático voltado a alternativas aos problemas sociais, ganhando destaque aqui o desemprego e suas implicações devido à importância que os candidatos dão a esse tema.

O desemprego foi descrito, nos programas estudados¹⁷, como um dos principais desafios a ser enfrentado. Mesmo não sendo idêntico o modo como é debatido nos programas, é possível constatar uma similaridade nas abordagens das alternativas propostas a essa questão. O desemprego é a causa de inúmeros outros problemas sociais, de acordo com os programas estudados. A exclusão, por exemplo, tem no

¹⁷ Sobre políticas de geração de empregos vide, no caso do PT, o caderno programático Mais e Melhores Empregos e no caso do FA o documento Plan por el Trabajo EP-FA.

desemprego a sua principal expressão, afetando milhões de homens e mulheres e lançando diariamente muitas pessoas na desesperança, quando não na criminalidade (PROGRAMA DE GOVERNO, 2002). O candidato uruguaio acrescenta ainda que o desemprego estaria relacionado com a promoção de uma perda humana irreparável, particularmente quando se converte em uma situação de longo prazo que afeta a capacidade de inserção social dos indivíduos e grupos afetados, deteriorando a coesão social e familiar (PLAN POR EL TRABAJO, 2001).

As candidaturas em questão concordam que a solução para desemprego não se resume ao crescimento econômico. Concordam também que sem esse elemento não haveria possibilidade de sair de uma realidade de desemprego crônico ou estrutural que, de acordo com os programas de governo apresentados pelas candidaturas em questão, estava presente no momento das eleições presidenciais. Contudo, apesar de indicarem que o desemprego pode estar ligado a questões estruturais, não entendem que esse fenômeno tenha relação com um modelo de produção e acumulação capitalista. Ao invés disso, tornam a utilizar o recurso de culpar as decisões político-econômicas dos governos anteriores, como já foi visto acima. Para se exemplificar o que se está dizendo aqui vale observar o que está escrito no documento de campanha Plan por El Trabajo (2001):

El desempleo estructural sin duda tiene mucho que ver con la dinámica política de los gobiernos anteriores que basó su estrategia en la combinación de una apertura externa irrestricta con una política cambiaria que desprotegió aún más la producción y encareció los costos internos. Ello generó destrucción de producción nacional y por lo tanto de empleos. (PLAN POR EL TRABAJO, 2001, p.3).

Conforme os documentos de campanha do EP-FA-NM, as políticas dos governos anteriores aprofundaram os problemas que tocam a relação capital/trabalho, já que se mostraram incapazes de amortecer os impactos da situação de desemprego com políticas de previdência social, especialização profissional, geração de empregos, entre outras. Nesta perspectiva, a candidatura de Tabaré Vázquez entende que o mercado de trabalho uruguaio estaria enfrentando uma crise estrutural e conjuntural, sem chegar aos meandros do capitalismo. Vale salientar que o mesmo ocorre com a candidatura Lula que denuncia o desemprego sem apresentar as razões das suas causas. Conforme os documentos da candidatura de Tabaré Vázquez o Uruguai, “está en crisis de exclusión social de una parte importante de la población. Está en crisis por la insuficiencia para crear empleo del crecimiento económico” (PLAN POR EL TRABAJO, 2001, p.4).

Em síntese, o que é observado nas propostas para a solução da problemática do desemprego, que tem lugar de destaque em ambos programas eleitorais, é a construção de alternativas a partir de uma determinada lógica da relação capital/trabalho que, aparentemente, é entendida pelos partidos como dada e inconteste.

Nesse sentido, o quadro a seguir contém as principais estratégias apresentadas pelos partidos estudados no sentido de solucionar o desemprego:

Quadro 5: Principais estratégias das candidaturas Lula e Tabaré Vázquez para combater o desemprego

Áreas de chave para a atuação do Estado	Candidatura Tabaré Vázquez	Candidatura Lula
Ciência e Tecnologia	O desenvolvimento científico e tecnológico deve facilitar o crescimento da produção nacional de bens e serviços. Devendo também ser capaz de representar uma melhoria nas condições de vida.	A ciência e a tecnologia cumprem um papel importante no aumento da produtividade. A partir daí será possível estabelecer o seguinte círculo virtuoso: aumento de rendimentos das famílias trabalhadoras, levando à ampliação do consumo popular, que reforça os investimentos com aumento de produtividade, resultando na elevação do rendimento das famílias trabalhadoras.
Políticas de créditos	Os investimentos públicos na produção deverão ser orientados principalmente para os setores considerados prioritários, mais competitivos e que possuam um maior potencial de geração de emprego e desenvolvimento tecnológico.	O Estado deverá atuar de modo <i>seletivo</i> direcionando os incentivos e investimentos principalmente para os setores que tenham possibilidade de disputar mercados internacionais e de vencer a forte concorrência existente.

Políticas fiscais	Redução gradual dos encargos patronais voltados a seguridade social. Desenvolvimento desta e de outras políticas fiscais que favoreçam o capital, reduzindo os encargos fiscais, para com isso ampliar a produção, melhorar a redistribuição da renda e estimular a geração de empregos.	A elaboração de uma reforma tributária no sentido de reduzir a atual carga de impostos sobre a produção, entendida como um fator de perda de competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional. Desoneração da produção reflete um aumento na produtividade, que por sua vez amplia os postos de trabalho.
Educação	Capacitação dos recursos humanos com o objetivo de favorecer a produtividade e sua qualidade, estimulando com isso a melhora da produção e conseqüentemente uma maior inclusão da população ao mercado de trabalho formal.	As políticas de educação básica devem ser integradas com políticas de qualificação e requalificação profissional. Fazendo com que haja um desenvolvimento profissional desde os primeiros anos de estudo.

FONTES: Programa de Governo do PT – 2002 e Grandes Líneas Programáticas 2005-2010.

Encontram-se, nos documentos de campanha do PT e da FA, críticas ao modelo de desenvolvimento e ao modelo econômico que então vigorava. Também se encontram diretrizes para um modelo alternativo; porém, cabe dedicar maior atenção ao que de fato pode ser considerado alternativo em suas propostas.

III. O modelo alternativo de desenvolvimento

As candidaturas de Tabaré Vázquez e Luiz Inácio Lula da Silva apresentam que o desemprego advém de uma combinação que envolve uma fase de baixo crescimento econômico¹⁸, com limites estruturais do modelo econômico vigente no momento da eleição, que, segundo os candidatos, seria incapaz de gerar a quantidade de empregos suficientes. Dessa forma, ambos candidatos, em seus programas de governo, propõem implantar um modelo social, político e econômico alternativo.

¹⁸ O programa da FA fala em mais 150 mil uruguaios desempregados, 80 mil subempregados, 180 mil uruguaios com empregos precários e 90 mil autônomos. O que significa que quase 40% da população economicamente ativa ainda não solucionaram seus problemas de emprego. Isso dentro de uma taxa média de crescimento de 1,5 a 2% (PLAN POR EL TRABAJO, 2001, p.2). Já o programa do PT fala em uma população de 11,4 milhões de trabalhadores desempregados. Utilizando dados do PNAD/IBGE, afirma que a participação dos empregos precários - conta-própria, sem carteira e sem rendimentos (geralmente sem acesso à legislação trabalhista e previdenciária) - elevou-se de 46,2% para 57,6% de 1989 a 1999, totalizando cerca de 40 milhões de trabalhadores. Além de apresentar uma taxa média de crescimento, em 2000, uma taxa de 2,3%. (MAIS E MELHORES, 2002, p.3-4).

Os modelos propostos nos programas políticos estudados, defendidos como novidades, apresentam diversas semelhanças. Tanto a candidatura de Lula quanto a de Tabaré Vázquez afirmam que a implementação destes modelos pressupõe a configuração de um ambiente econômico que conduza ao aumento constante da produtividade e da competitividade do País. Isto foi entendido, pelos candidatos, como a condição *sine qua non* para a implementação satisfatória das políticas sociais¹⁹. Os fatores-chave em comum nas propostas para a operacionalização deste modelo são resumidamente os seguintes: a) estabilidade de preços; b) eficiência do sistema tributário; c) financiamento de longo prazo para a produção; d) investimento em pesquisa e desenvolvimento; e) educação e qualificação da força de trabalho; e f) investimentos seletivos em infra-estrutura.

Nesse sentido os modelos de desenvolvimento, apresentados nas campanhas presidenciais estudadas, estão voltados, “generar un ambiente propicio para la actividad empresarial que beneficie al empresariado pero que también beneficie a la sociedad” (EL GOBIERNO, 2004, p.2). Mesmo a defesa de um “modelo de desenvolvimento economicamente viável, ecologicamente sustentável e socialmente justo” (PROGRAMA, 2002, p.1), torna muito questionável a possibilidade de pensá-los como alternativos de fato. A lógica que perpassa aqueles que seriam supostamente os modelos alternativos de desenvolvimento, representados não somente na candidatura de Tabaré Vázquez, mas também de Luiz Inácio Lula da Silva, não apresentam novidades significativas, principalmente caso se observe suas propostas referentes à relação capital/trabalho. Ou seja, o muito do que foi anunciado como novidade em termos da interação entre o capital e o trabalho há muito tempo estão pautando programas e práticas políticas dentro e fora dos países estudados.

Em relação a esses modelos, as candidaturas de Tabaré Vázquez e de Luiz Inácio Lula da Silva, usando palavras diferentes, irão enfatizar praticamente a mesma coisa. Afirmam que o principal elemento que os distingue, enquanto uma novidade política em seus países, é o fato de colocarem o social como eixo central de um novo modelo de desenvolvimento por eles proposto. Com isso, nos documentos da candidatura uruguaia é defendido que objetivo principal “poner la economía al servicio del ser humano, dejando atrás aquella concepción economicista que concibe a las personas como meros agentes económicos, con olvido de su dimensión integral y trascendente” (GRANDES LINEAS, 2003, p.9). Isto representaria uma proposta de modelo inédita na história política uruguaia (Idem, 2003). Já o programa do candidato Lula, em tom de denúncia, afirma que os modelos de desenvolvimento anteriores sempre relegaram o social a um plano secundário e residual, o que, segundo ele, expressa-se na permanência de índices inaceitáveis de pobreza e desigualdade na distribuição da renda e da riqueza (PROGRAMA DE

¹⁹ Vale lembrar que, a princípio, a centralidade do capital em relação às demais áreas e o anseio por competir de forma soberana no mercado mundial nada têm de novidade.

GOVERNO, 2002). E nesse sentido, consta no programa brasileiro estudado que a reversão desse quadro só seria possível por intermédio do estabelecimento da nova dinâmica de desenvolvimento (idem, 2002).

Esse tipo de comprometimento feito pelas candidaturas representa mais do que a valorização dos aspectos sociais – como o combate à fome, a educação, a saúde, o saneamento, a habitação e a cultura. Segundo a candidatura Lula, “seria necessário incidir sobre fatores estruturais que determinam os padrões de apropriação e distribuição da renda e da riqueza” (CONCEPÇÃO E DIRETRIZES, 2002, p.6). O candidato petista se refere, mais especificamente neste ponto, às relações da propriedade da terra e do capital, às relações de trabalho, às modalidades de organização e de integração dinâmica do sistema produtivo, ao caráter do Estado e as suas conseqüências na tributação e no uso dos recursos públicos. Nesse sentido, os documentos da campanha no caso brasileiro estariam sinalizando para uma reestruturação das bases de diversas relações sociais, inclusive da relação capital/trabalho. Entretanto, afirmam igualmente que,

a materialização de mudanças na estrutura de distribuição de renda e riqueza só será possível se as medidas redistributivas adotadas forem acompanhadas por transformações na produção e no investimento que as orientem para um amplo mercado de consumo essencial de massas. Por isso, os programas de investimento nos setores sociais devem ser concebidos como verdadeiros vetores de crescimento e transformação da economia. (CONCEPÇÃO E DIRETRIZES, 2002, p.6).

Assim sendo, o novo modelo para ser efetivado requer a construção de um Estado que possa solucionar a má distribuição do capital por intermédio da administração de políticas sociais, de reformas e de uma reorientação de investimentos públicos. Porém, esse Estado, que terá a justiça social como fundamento de sua atuação geral, haverá de ser capaz de enfrentar esse desafios dentro de um mercado mundial cada vez mais competitivo, visando a um crescimento econômico constante. O lema artiguista²⁰ “que los más infelices sean los más privilegiados”, resgatado na candidatura de Tabaré Vázquez ou o compromisso programático do candidato Luiz Inácio Lula da Silva em auxiliar primordialmente as camadas mais pobres da população, é intercalado com as promessas de um amplo favorecimento que esses mesmo candidatos fazem aos setores empresariais.

²⁰ O General José Gervasio Artigas, nascido em 1764, foi o proclamador da independência do Uruguai e cumpriu um papel importante na luta contra o domínio colonial espanhol e luso-brasileiro. Foi derrotado definitivamente em 1820, quando foi obrigado a se exilar no Paraguai, aonde veio a falecer 30 anos depois. Até hoje é conhecido pelos uruguaios como Chefe do Povo Oriental e Protetor dos Povos Livres.

Enfim, esse é o novo modelo de desenvolvimento proposto nas candidaturas Lula e Tabaré Vázquez. Um modelo em que a fronteira que separa o econômico do social (ou ainda o capital do trabalho) seja reduzida ao ponto que o favorecimento de um desses espaços igualmente se reverta para o outro. A viabilidade deste que, segundo os candidatos, seria um projeto de nação inédito dependeria da sua capacidade de incorporarem simultaneamente e de modo articulado políticas sociais que amparassem aqueles que estão socialmente fragilizados. Tudo isso por intermédio de políticas econômicas e fiscais que fomentem o desenvolvimento de um Estado com condições de se inserir de maneira soberana no mundo (CONCEPÇÃO E DIRETRIZES, 2002).

Todavia, ao se observar os documentos que compõem as candidaturas estudadas, dificilmente seria possível acreditar que se trata de uma novidade política. Dito em outras palavras, é esperado de um modelo de desenvolvimento alternativo, para manter os termos utilizados pelos candidatos, que este traga para o debate político eleitoral inovações em matéria de propostas, contudo não é o que acontece.

Assim, é observável que em suas candidaturas Lula e Tabaré Vázquez defendem projetos semelhantes. A candidatura brasileira afirma que “o motor do novo modelo de desenvolvimento é a ampliação do emprego e da renda *per capita*, e conseqüentemente da massa salarial que conformará o assim chamado mercado interno” (PROGRAMA DE GOVERNO, 2002, p.34), algo que, por sua vez, não foge das pretensões da candidatura uruguaia. Seria então por intermédio de uma política de expressivo crescimento econômico que o país alcançaria a elevação do salário médio e da quantidade de empregos.

Para tanto, nos casos uruguaio e brasileiro, há um consenso no que se refere ao entendimento dos fatores fundamentais para alcançar o desenvolvimento. Ambos estão pautados por uma estratégia de “elevar progressivamente o piso de remuneração da força de trabalho, para transformar o Salário Mínimo em um rendimento básico compatível com a satisfação das necessidades essenciais de uma família” (MAIS E MELHORES, 2002, p.6). Ainda sobre a questão da remuneração salarial, o programa de Tabaré Vázquez afirma que:

La fuerza de trabajo como el factor originario de la producción es lo que pone en funcionamiento las herramientas, las maquinarias y el saber para transformar insumos y materias primas en los bienes y servicios que constituyen la riqueza de un país. Será reconocida socialmente en el empleo y en una remuneración acorde al esfuerzo, especialización y conocimientos aplicados. (GRANDES LINEAS, 2003, p.10).

A política salarial presente nas duas candidaturas, aparentemente, está associada com a compreensão de que o valor da força de trabalho responde às mesmas regras das outras mercadorias calculadas pelo tempo socialmente necessário à sua produção e/ou reprodução²¹.

Como já foi dito, os documentos de campanha estudados mencionam seu compromisso de transformar a geração de empregos em algo basilar nas políticas econômicas e sociais, da mesma forma que ambicionam construir uma sociedade de pleno emprego e o aumento constante da produção tornando com isso a economia mais competitiva, bem como pretendem desenvolver políticas de qualificação da força de trabalho e estimular a cooperação entre empregadores e empregados.

Porém, esse novo modelo de desenvolvimento proposto pelas candidaturas estudadas, as quais reclamam para si a identidade de esquerda em seus documentos de campanha, está sendo debatido e proposto no espaço político há muito tempo. No sentido de exemplificar o que está sendo dito, cabe resgatar um exemplo de antecedente deste debate, que foi apresentado nas diretrizes de políticas de emprego da Organização Internacional do Trabalho – OIT, presente na Convenção 122 elaborada em 1964, ratificada pelo Brasil em 1969 e pelo Uruguai em 1977:

Con el objeto de estimular el crecimiento y el desarrollo económicos, de elevar el nivel de vida, de satisfacer las necesidades de mano de obra y de resolver el problema del desempleo y del subempleo, todo Miembro deberá formular y llevar a cabo, como un objetivo de mayor importancia, una política activa destinada a fomentar el pleno empleo, productivo y libremente elegido (Convenção 122, 1964, p.3).

Nesta mesma Convenção 122, consta ainda a orientação para que o Estado exija dos empregadores o cumprimento de um “salário vital adequado” aos trabalhadores e que seja criada condições para que o trabalho seja o mais produtivo possível. Não se está ignorando que as realidades brasileira e uruguaia apresentam sérios problemas econômicos e sociais, o que exige, muitas vezes, reivindicações básicas. Ao invés disso, está apenas sendo frisada a falta de novidade deste modelo proposto nas candidaturas de Lula e de Tabaré Vázquez e também se está analisando o modo como essas candidaturas estão abordando a relação capital/trabalho nas suas propostas.

²¹ Sobre essa discussão, ver o segundo capítulo.

A idéia de *pacto* ou *acordo social*, no que tange esse conjunto de políticas sociais e econômicas que vão compor as propostas ligadas à relação capital/trabalho, será abordada no próximo ponto deste capítulo.

IV. O pacto social nas propostas eleitorais de Lula e Tabaré Vázquez

Foi visto até aqui que a superação dos problemas sociais, de acordo com as candidaturas de Lula e de Tabaré Vázquez, passaria, em linhas gerais, pela elaboração de políticas econômicas focadas no favorecimento e desenvolvimento do capital produtivo, para que este se reverta em aumento de postos de trabalho e renda e, conseqüentemente, em uma melhoria na qualidade de vida da população. Essas políticas, entretanto, só poderiam ser implementadas caso o Estado fosse capaz de estimular uma ampla união da sociedade civil. Seguindo essa linha de raciocínio, apresentada nas duas campanhas, conclui-se então que a saída, em última instancia, dependeria do sucesso ou não do Estado na organização de um *novo pacto social*²².

Há um consenso entre as propostas eleitorais de Lula e Tabaré Vázquez sobre a compreensão de que este pacto supostamente favoreceria o nascimento de uma nova cultura política que privilegiasse a defesa das liberdades civis, dos direitos humanos e da construção de um País mais justo econômica e socialmente. É observado ainda que ambos associam a idéia de pacto social à democratização da sociedade, ao combate do autoritarismo, das desigualdades e do clientelismo.

Os candidatos salientam a incapacidade que os governos anteriores tiveram, em maior ou menor grau, em estabelecer acordos favoráveis a todos os segmentos sociais. Partilham, com isso, da semelhante acusação de que a sucessão desses governantes sempre esteve marcada pela falta de diálogo com todas as partes que compõem a sociedade civil. Tais governos, em sua maioria, segundo consta nos programas, mantiveram-se comprometidos com segmentos que historicamente são beneficiados no processo de acumulação do capital. Responsabilizando-os, enfim, pelos mais graves problemas sociais que podem ser identificados em seus países.

No programa de Tabaré Vázquez está definindo que os governos anteriores, ao não estabelecerem um adequado acordo social, devem ser responsabilizados por uma realidade nacional marcada por

²² Vale salientar que, nas candidaturas estudadas, *contrato*, *pacto* e *acordo social* são utilizados como sinônimos. No caso uruguaio, o termo mais usual é *acordo*; já no caso brasileiro, é *contrato*. Optou-se neste trabalho por fazer também um uso indistinto desses termos. Porém, a idéia não está restrita somente ao uso deste ou daquele termo. A relevância conferida à construção de um *pacto social* pode ser encontrada em parte do discurso desenvolvido pelos candidatos.

cientos de miles de compatriotas en situación de pobreza, inequidad, emigración, desempleo, concentración de la riqueza, desintegración social, anulando las posibilidades del ejercicio pleno de la ciudadanía y desacreditando la importancia de los valores éticos (GRANDES LINEAS, 2003, p.1).

As candidaturas estabelecem uma análise histórica rápida, que mostrou-se capaz de indicar as causas que possam estar implicadas nos problemas nacionais que estão denunciando. Dessa forma, a descrição das variáveis de maior peso para a explicação das problemáticas que estão discutindo, geralmente, recai na simples culpabilização direta dos governos anteriores.

É característico, para em ambos programas estudados, a estratégia de construir seus discursos indicando que no momento em que disputam as eleições os seus respectivos países estariam passando pela pior crise dos últimos tempos. Em seus documentos de campanha Tabaré Vázquez alega que “el Uruguay vive hoy una de sus peores crisis desde su constitución como nación independiente” (GRANDES LINEAS, 2003, p.1). No mesmo sentido, em sua candidatura Lula adverte que “somente um novo pacto poderá corrigir as históricas desigualdades regionais, agravadas nos últimos oito anos (...)” (PROGRAMA DE GOVERNO, 2002, p.8). A partir daí, procuram sensibilizar os seus mais distintos eleitores, ora pela descrição de problemas gerais que atingem a todos, ora se comprometendo com favorecimentos específicos. Insistem no compromisso de articular empresários e trabalhadores, como se pode ver no programa da candidatura Tabaré Vázquez, o compromisso do Estado com a

creación de condiciones hoy en buena parte inexistentes de ámbitos tripartitos de acuerdo entre empresarios y trabajadores para fijar las condiciones del empleo, con una participación del Estado en la homologación de dichos resultados, para transformarlos en obligatorios (PLAN POR EL TRABAJO, 2003, p.1).

Assim, o que faz então é sublinhar a necessidade imprescindível de se iniciar a busca por um *consenso social*. Nessa perspectiva, se propõe convidar empresários e trabalhadores para juntos construírem um grande diálogo sobre as questões sociais, e dessa forma entende como uma ferramenta de suma importância os acordos sociais. Como está escrito no programa uruguaio, “ la coherencia política y búsqueda de acuerdos

constituirán el fundamento de una estrategia destinada a desatar los nudos problemáticos presentes hoy en el Estado uruguayo y que este proceso se plantea superar” (GRANDES LINEAS, 2003, p.9). De fato, os desafios que assume são audaciosos, pois promete dar cabo das múltiplas demandas sociais, acumuladas ao longo dos anos, que vão desde os empresários até os trabalhadores desempregados.

O candidato brasileiro igualmente desenvolve uma análise histórica rápida, afirmando que o Brasil tem sido, desde as suas origens coloniais o país das desigualdades, sem aprofundar devidamente as causas desta situação. Com isso, a tarefa que o programa de Lula apresenta não é menos grandiosa que a do programa de Tabaré Vázquez. Em sua candidatura Lula afirma que será capaz, entre outras coisas, de acabar com a fome e com o desemprego e reativar a produção nacional; e que tais conquistas advêm de uma mobilização nacional comprometida com essas mudanças. Os documentos de campanha da candidatura brasileira indicam que o País foi incapaz de solucionar o problema da má distribuição de renda e da riqueza, mesmo tendo obtido, ao longo de sua história, altas taxas de crescimento econômico (PROGRAMA DE GOVERNO, 2002). No decorrer do programa encontram-se afirmações de que a situação brasileira estaria se agravando especialmente depois das reformas na década de 1990. Estas reformas da década de 90 representaram, conforme é apresentado no Programa de Governo de Lula, um marco no que se refere ao aprofundamento dos problemas sociais ligados, acima de tudo, a diminuição dos postos de trabalho em virtude do recuo do capital produtivo frente ao capital especulativo.

Em suma, sua proposição vai ao encontro, como no caso uruguaio, da construção de uma grande aliança que culmine na elaboração de um novo contrato social que envolva empresários e trabalhadores, em que todos haverão de “sacrificar seus interesses imediatos” em favor de um bem maior: o crescimento nacional. Tal idéia é o que pode ser observado em alguns trechos do material analisado como este abaixo:

O modelo de desenvolvimento comandado pelo governo democrático e popular estará sustentado num novo contrato social, fundado num compromisso estratégico com os direitos humanos, na defesa de uma revolução democrática no país. A alternativa proposta representará uma ruptura com nossa herança de dependência externa, de exclusão social, de autoritarismo e de clientelismo e, simultaneamente, com o neoliberalismo mais recente. (CONCEPÇÃO E DIRETRIZES 2002, p.16).

Ambos os candidatos confiam na idéia de aproximarem os interesses específicos do empresariado e dos trabalhadores. A estruturação de uma “grande mobilização nacional”, para usar as palavras do programa Lula Presidente, ou ainda de um “amplo acordo social”, nos termos da candidatura Tabaré Vázquez, seria fundamental para o desenvolvimento nacional, algo em comum as duas candidaturas estudadas.

Somente por esse caminho que, segundo o programa da candidatura de Lula, seria possível “fazer renascer a confiança de que podemos investir, criar empregos e combater os abismos sociais existentes” (PROGRAMA DE GOVERNO, 2002, p.12). O pacto social, de acordo com o programa de Tabaré Vázquez seria, em última análise, um pacto pelo crescimento econômico. Frisando a emergência de se implementar um crescimento econômico consistente, em sua candidatura Lula adverte que sem isso o Brasil estaria ameaçado por uma espiral viciosa composta pelo desemprego crescente, desarranjo fiscal, déficits externos e a incapacidade de honrar os compromissos internos e internacionais (Idem, 2002). Deste modo, a candidatura Lula Presidente assegura que, mesmo para efetuar suas mudanças profundas, não irá romper contratos nem revogar regras estabelecidas, garantindo com isso, entre outras coisas, que compromissos com as agências internacionais de financiamento serão respeitados. Defende que todas as ações que serão implementadas devem ser conduzidas dentro dos marcos institucionais.

Todavia, esta opção pela conciliação dos interesses dos empresários e dos trabalhadores aparentemente não compromete uma percepção mais geral dos candidatos de que a relação capital/trabalho é conflituosa em sua essência. Para isso basta observar o que está escrito no Programa de Luiz Inácio Lula da Silva: “Os desafios colocados hoje para o mundo do trabalho requerem soluções cada vez mais duradouras, que somente serão alcançadas com o reconhecimento de que os conflitos são parte constitutiva das relações entre capital e trabalho (...)” (PROGRAMA DE GOVERNO, 2002, p.23). Suas propostas indicam que a construção de um “novo modelo de relações de trabalho” deverá ter como pressuposto o reconhecimento das instituições representativas dos empregadores e dos trabalhadores, livremente constituídas com a função de promover o diálogo e o entendimento sobre as contradições inerentes às relações de trabalho.

Essa compreensão sobre os possíveis conflitos existentes entre o capital e o trabalho também é apresentada no programa presidencial de Tabaré Vázquez. Essa seria uma relação, segundo os documentos de campanha do candidato uruguaio, que se desenvolve por intermédio de “contradições naturais” referentes aos interesses do capital e do trabalho. O programa do candidato uruguaio garante que o Estado se empenhará para “la generación de ámbitos adecuados de negociación, tal como el Acuerdo Social, estas instancias deben preceder, en la medida de lo posible, a la toma de decisiones, permitiendo así el desarrollo de la coherencia en el ejercicio del gobierno” (GRANDES LINEAS, 2003, p.9). Afirma também que a sua vitória não poderá eliminar de imediato a

contradição de interesses entre o capital e o trabalho e entre o Estado e seus funcionários assalariados e a diversidade de interesses e demandas na sociedade (FUERZA POLÍTICA, 2004).

Se por um lado, como pode ser visto acima, os candidatos reconhecem a existência de um conflito que envolve os interesses daqueles que são produtores do capital e dos que acumulam o mesmo e concordam com a necessidade de uma conciliação desses interesses²³, por outro lado, faltaria, de acordo com as candidaturas de Lula e de Tabaré Vázquez, a construção de espaços de debate. Seus programas contemplam a institucionalização do debate entre empregados e empregadores. O candidato uruguaio expressa isso ao afirmar que seria justamente “la falta de ámbitos de negociación colectiva que impide una cooperación real entre trabajo y capital (...)” (PLAN POR EL TRABAJO, 2001, p.4). No caso uruguaio, há a proposta da implementação de uma “Ley de Negociación Colectiva” encarregada de estabelecer o marco institucional adequado para o desenvolvimento das relações trabalhistas. Já a Candidatura Lula Presidente se compromete com a construção de um Fórum Nacional de Trabalho, composto por representantes dos sindicatos trabalhistas e empresários, visando à modernização da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT.

Portanto, uma maior equidade na relação entre o capital e o trabalho, de acordo com ambos os candidatos, está ligada diretamente ao desenvolvimento da produção, o que conseqüentemente torna o País mais competitivo no mercado mundial.

Mas a defesa de uma igualdade de interesses entre o capital e o trabalho, proposta nas duas candidaturas, não deve ser confundido com o que Norberto Bobbio vai definir como uma postura política igualitária²⁴. Como já foi visto, Bobbio (2001) argumenta que a característica central da esquerda, que a distinguirá da direita, é a idéia de favorecimento da igualdade em detrimento a diversidade (BOBBIO, 2001). Já o que as candidaturas estão propondo é a conciliação da relação capital/trabalho que, segundo Marx, possuiria uma tensão inerente à sua conformação entre interesses contraditórios (MARX, 1968b). Sendo assim, dificilmente seria possível entender estas forças políticas

²³ Talvez pecando pela repetição, porém com o intuito de sublinhar um ponto central para esta dissertação, vale chamar a atenção para o seguinte fato. Os candidatos mesmo afirmando que existe uma contradição presente nos fundamentos da relação entre o capital e o trabalho, ainda assim, concordam que tais interesses podem ser conciliados. Os motivos para esta conciliação e a forma para a efetivação da mesma, que se assemelha em ambas propostas, e que já foram neste capítulo apresentadas, serão retomadas com maior profundidade teórica na conclusão.

²⁴ Recordando, conforme Norberto Bobbio “igualitários são aqueles que, ainda que não ignorando que os homens são tão iguais quanto desiguais, apreciam de modo especial e consideram mais importante para a boa convivência aquilo que os une; podem ser chamados de inigualitários, ao contrário, aqueles que, partindo do mesmo juízo de fato, apreciam e consideram mais importante, para fundar uma boa convivência, a diversidade” (BOBBIO, 2001, p.120).

como efetivamente de esquerda, mesmo dentro de uma definição conceitual tão ampla como a desenvolvida por Bobbio. A dúvida original desta dissertação, por sua vez, continua sem ser respondida: por que as propostas eleitorais vitoriosas nas campanhas presidenciais no Brasil 2002 e no Uruguai 2004, identificadas com a esquerda, não priorizam a tensão na relação capital/trabalho?

Este discurso a favor de um amplo acordo social não está legitimado exclusivamente no âmbito econômico. Os dois conjuntos de propostas possuem um apelo aos aspectos sociais. E, nesse sentido, em sintonia com o que já foi mencionado anteriormente, ambos candidatos insistem que o social será o eixo central de suas campanhas e que a economia estaria a serviço deste.

Ao ler os documentos de campanha apresentados por Lula e Tabaré Vázquez é possível perceber o importante papel que é conferido ao Estado no que se refere à condução das mudanças pretendidas para seus respectivos países. Observando mais atentamente as atribuições conferidas ao Estado, no que compete à administração das relações econômicas, é possível obter informações que auxiliarão na construção das conclusões desta dissertação.

V. O papel do estado na economia

Tabaré Vázquez e Luiz Inácio Lula da Silva, em suas campanhas, se apresentam críticos em relação ao neoliberalismo e suas conseqüências. Todavia essa postura contrária, aparentemente, centra-se mais na forma como estariam inseridos no mercado mundial, do que propriamente no conteúdo desta lógica econômica hegemônica. Esta afirmação se sustenta na observação de que ambos candidatos, mesmo afirmando serem contra um mercado globalizado, demonstram interesse em se incluírem neste de forma soberana. Entretanto, é preciso fazer uma distinção entre os dois casos estudados. No caso da candidatura de Lula, essa condescendência com as regras de um mercado global está mais presente do que no caso da candidatura de Tabaré Vázquez. Esta distinção se deve, entre outras coisas, pelas significativas diferenças que existem entre os dois países estudados. O Brasil aparece na América do Sul como um líder econômico e político, com condições de fazer prevalecer seus interesses sobre seus vizinhos.

Já o Uruguai não se vê em condições de disputar, ou mesmo ambicionar um papel influente dentro da América do Sul ou do Mercosul, ao menos os documentos da candidatura de Tabaré Vázquez não reclamam nenhum papel de destaque para o Uruguai no Mercosul. Por sua vez, a disputa do Brasil pela liderança do Mercosul haveria de ser

contemplada na disputa presidencial no Brasil, e os documentos da candidatura Lula Presidente o faz nos seguintes termos:

Somos a favor do livre-comércio, desde que os países possam competir em igualdade de condições. Nesse sentido, é preciso resgatar o Mercosul e, a partir dele, negociar a integração mais ampla das Américas. A liderança ativa do Brasil na América do Sul é vital para que o continente supere a crise e não se desagregue. Nossa ajuda aos países vizinhos deve ser concreta e imediata (COMPROMISSO, 2002, p.2).

Este debate sobre a posição do Brasil no mercado mundial é entendido como de grande importância na campanha de Lula. Seu programa de governo inicia esse tema advertindo que “a globalização não pode ser entendida como um milagroso atalho para o desenvolvimento” (PROGRAMA DE GOVERNO, 2002, p.12). Defende a construção de estratégias próprias ao crescimento do País e, para isso, pretende articular os interesses dos investidores, trabalhadores e instituições nacionais.

O programa de Luiz Inácio Lula da Silva apresenta a seguir uma crítica aos resultados advindos da adoção do modelo neoliberal a partir da década de 90, e frente a isto defende que “o Brasil precisa de um esforço consciente, de modo a erguer-se com sua própria fisionomia no mundo global” (Idem, 2002, p.12). A idéia de fundo deste programa, no que tange a esta questão, é a “inserção ativa” do Brasil no mundo globalizado. Ou seja, conforme o documento eleitoral a Carta ao Povo Brasileiro (2002) o Brasil precisa “navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social”. Assim sendo, o papel do Estado deve ser, dentre outros, o de implementar as mudanças necessárias a esse objetivo.

Já a candidatura de Tabaré Vázquez apresenta uma perspectiva, não apenas crítica, mas que se declara antineoliberal. O neoliberalismo, no documento de campanha intitulado Grandes Líneas Programáticas, é responsabilizado pelo agravamento da pobreza, da emigração, do desemprego, da concentração “anulando las posibilidades del ejercicio pleno de la ciudadanía y desacreditando la importancia de los valores éticos” (GRANDES LINEAS, 2003, p.1). O documento segue afirmando que a globalização financeira permite o movimento de grandes somas de capital especulativo instantaneamente, o que torna mais vulnerável economias como a do Uruguai (Idem, 2003). A proposta uruguaia estudada expressa um discurso mais crítico do que o encontrado no caso brasileiro em relação ao neoliberalismo, porém em última instância almeja igualmente a inserção competitiva do País no mercado internacional.

Esta inserção do país de maneira ativa ou competitiva no mercado internacional, segundo os candidatos, estaria relacionada à sua capacidade de ampliar a produção e de gerar mais postos de trabalho. O Programa de Governo (2002) de Lula trata essa questão nos seguintes termos: “o motor básico do novo modelo é a ampliação do emprego e da renda per capita, e conseqüentemente da massa salarial que conformará o assim chamado mercado interno” (PROGRAMA DE GOVERNO, 2002, p.34). O programa da campanha Tabaré Vázquez, de modo semelhante, identifica que a prioridade do novo modelo que faz frente ao neoliberal está na “creación de fuentes de trabajo estables y dignas y en frenar el deterioro del salario real” (GRANDES LINEAS, 2003, p.15). Esses recursos gradualmente iriam corrigir as desigualdades atuais nos sistemas de remuneração representando uma recuperação salarial.

Assim, as candidaturas estudadas estabeleceram, entre suas metas, à geração de empregos, a melhoria da renda da população e uma distribuição de renda menos desigual, além de responsabilizarem o modelo neoliberal pela crise brasileira e uruguaia. Todavia, fazem isso sem efetuarem uma abordagem mais crítica sobre a relação capital/trabalho. Estaria ocorrendo no momento das eleições, segundo as candidaturas de Lula e de Tabaré Vázquez, uma disputa entre dois modelos. De acordo com uma visão geral apresentada em ambas candidaturas, se trata de um modelo que representa o continuísmo e o aprofundamento dos problemas provenientes do neoliberalismo, competindo com um outro modelo que responderia ao descontentamento das vítimas deste primeiro modelo, até então hegemônico.

Ambos candidatos defenderam uma aproximação dos interesses dos indivíduos que de algum modo pudessem estar sendo vitimados pelas políticas neoliberais, independentemente de suas camadas sociais. Ao mesmo tempo propunham a implantação de um outro modelo político-econômico, o que por sua vez implicaria entre outras coisas, a reconstrução alternativa e produtiva do país.

Tabaré Vázquez explica esse embate político-ideológico da seguinte maneira: “dos modelos de país se han enfrentado durante décadas en el escenario político nacional. La acumulación lograda por las fuerzas del cambio, de la izquierda y el progreso, cimentadas en profundas convicciones nos han hecho llegar hasta aquí” (GRANDES LINEAS, 2003, p.2). Tomando os documentos de campanha, é visto que os candidatos se dizem parte de um processo mais amplo de oposição ao neoliberalismo, mais radical no caso uruguaio do que no brasileiro.

Então, a justificativa para a mudança apresentada discursivamente pelos candidatos em alguns momentos chega a indicar que a má administração das políticas econômicas do atual modelo seria responsável pela incapacidade de promover a

distribuição eqüitativa das riquezas produzidas por ele. O documento de campanha do candidato brasileiro indica o seguinte:

Não estamos sozinhos na defesa de alternativas democráticas e populares ao modelo neoliberal, e nem poderíamos optar pelo isolamento econômico, político e cultural. Nossa perspectiva é universalista em seus objetivos, e reivindica uma inserção ativa e soberana do Brasil no mundo. (CONCEPÇÃO E DIRETRIZES 2002, p.20).

Ou seja, ambos candidatos associam a má distribuição de renda ao neoliberalismo e a uma má administração dos governos anteriores. Sem querer adiantar alguns apontamentos, que serão devidamente apresentadas no próximo capítulo, deduz-se disto que, para as candidaturas estudadas, se há algum conflito entre o capital e o trabalho, este se relaciona a uma fase mais recente do capitalismo. E, neste sentido, a discussão que ambos candidatos desenvolvem não se dá em termos de classes sociais, o fazem quando muito em termos genéricos.

Mesmo assim, os candidatos conferem um papel importante à esquerda para o processo de superação dos problemas sociais e econômicos acumulados ao longo dos anos. Na Candidatura Lula Presidente, o candidato brasileiro defende que, frente a uma mundialização do capital e do mercado, o Brasil deveria opor com a solidariedade e o internacionalismo dos povos. No programa do candidato brasileiro está a descrição do contexto de um insuperável esgotamento do modelo neoliberal, e, após fazer isso, proclama que “a defesa do socialismo democrático começa a tornar-se mais favorável, assim como cresce a perspectiva de apoio a um programa de esquerda em escala internacional” (CONCEPÇÃO E DIRETRIZES 2002, p.14).

No programa uruguaio, em termos distintos, é possível perceber a defesa da opção pela esquerda, enquanto única vertente política que possui disposição e capacidade de concretizar um amplo acordo social que o Uruguai necessitaria (IV CONGRESSO, 2001). Os documentos de campanha do candidato uruguaio seguem defendendo uma força progressista e de esquerda deve articular uma proposta de viável, que permita avançar nas soluções dos problemas advindos de uma estrutura neoliberal. Neste sentido,

se hace necesario implementar una estrategia inteligente, participativa, que permita enfrentar con éxito las políticas negativas a los intereses de las mayorías en el presente, y

posibilite no sólo ganar el gobierno sino gobernar para lograr el cambio, un desafío que depende en buena medida de la capacidad de relacionamiento con la sociedad organizada sobre la base de la comprensión de su diversidad, el respeto de la autonomía de lo político y lo social, y la necesidad de la concertación permanente entre ambos para viabilizar un proyecto (IV CONGRESO, 2001, p.15).

Para concretizar estas proposições, conforme pode ser observado na campanha de Tabaré Vázquez, o Estado teria um papel significativo. Deveria ter uma presença ativa e direta nas áreas estratégicas da economia, devendo ainda atuar na resolução das desigualdades sociais existentes no país por intermédio da busca de consenso (GRANDES LINEAS, 2003).

Deste modo, no caso uruguaio, e também no caso brasileiro, apesar da campanha de Tabaré Vázquez apresentar posições mais críticas, os documentos do EP-FA-NM dão a entender que o Estado cumpriria a função não somente de regulador econômico, mas também de articulador social. Ou ainda, conforme pode ser lido nos documentos da campanha uruguaia estudada, “se trata de una construcción que se juega fundamentalmente en el terreno de la política, del discurso y de la acción política y que a su vez, para ser viable, debe generar un consenso activo en toda la sociedad en torno a esta propuesta” (FUERZA POLÍTICA, 2004, p.9).

Finalmente, chama a atenção o fato de que os programas estudados mesmo sem aprofundarem a idéia ou razão da existência de um conflito entre o capital e o trabalho reservam ao Estado a função de promover o consenso geral entre estas instâncias.

CONCLUSÃO

Esta dissertação objetivou contribuir com estudos que envolvam temas como as transformações ideológicas da esquerda latino-americana, a atualidade da relação capital/trabalho e sua importância para a compreensão da sociedade, além do comportamento de partidos identificados com a esquerda diante das disputas eleitorais. Sua operacionalização contou com um exercício de comparação. O elemento de comparação deriva do recorte temático, que contemplou a relação capital/trabalho apresentado nos documentos das campanhas presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, em 2002, e de Tabaré Vázquez no Uruguai, em 2004.

Como pôde ser visto no primeiro capítulo, tanto a candidatura de Lula como a de Tabaré Vázquez foram compostas por mais de uma força política. No sentido de conhecer a origem dessas principais forças que compõem as candidaturas, de onde partem os candidatos Lula e Tabaré Vázquez, foi desenvolvida, brevemente, a história do PT e do FA. O PT surge como um partido composto por representantes de movimentos sociais das mulheres; dos negros; dos indígenas; incluindo ainda militantes sindicais; dissidentes de partidos tradicionais de esquerda; religiosos progressistas e intelectuais. O PT define-se como o verdadeiro representante dos oprimidos pelo capitalismo: O seu Manifesto, aprovado em fevereiro de 1980, afirma que “o PT nasce da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados” (MANIFESTO, 1980, p.65).

Nesse sentido, a interpretação da relação capital/trabalho passava pela idéia de contradição de interesses, como se pode verificar na seguinte citação: “não queremos apenas melhorar as condições do trabalhador explorado pelo capitalista. Queremos mudar a relação entre capital e trabalho. Queremos que os trabalhadores sejam donos dos meios de produção e dos frutos de seu trabalho” (1º ENCONTRO, 1981, p.107). Dessa forma, o Partido seria uma ferramenta para a construção de uma sociedade “sem exploradores e explorados. Na construção dessa sociedade, os trabalhadores brasileiros têm claro que essa luta se dá contra os interesses do grande capital nacional e internacional” (PROGRAMA, 1980, p.68). O PT nasce como um partido com um discurso de esquerda que defende princípios próprios dessa vertente política. Ao ponto em que no 1º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores termina exaltando o socialismo como um caminho necessário para a sociedade brasileira, como pode ser visto no trecho abaixo:

Os trabalhadores são os maiores explorados da sociedade atual. Por isso sentimos na própria carne e queremos, com todas as forças, uma sociedade que como diz o nosso programa, terá que ser uma sociedade sem explorados. Que sociedade é essa senão uma sociedade socialista? (1º ENCONTRO, 1981, p.114).

O FA, em sua origem, também associa a luta contra o capitalismo com a luta pelo socialismo. O imperialismo, interpretado como uma derivação natural do capitalismo, e seus aliados internos – a oligarquia – eram entendidos como ameaças aos interesses nacionais. Como Yaffé (2005, p.77) indica, nos anos 70 o entendimento do FA era de que “la lucha por la nación se enlazaba com la lucha por el socialismo y, al mismo tiempo, se delineaba estratégicamente la necesidad y la posibilidad de alianzas sociales y políticas amplias”. Dessa maneira, a luta anti-imperialista e anti-oligárquica constituiria o primeiro momento no caminho para o socialismo.

Pode-se perceber que na candidatura de Lula (2002) essa sua origem de esquerda foi apresentada nos documentos apresentados na campanha presidencial. Isto pode ser visto em trechos como este:

À mundialização do capital e dos mercados devemos opor a solidariedade e o internacionalismo dos povos. É neste contexto que a defesa do socialismo democrático começa a tornar-se mais favorável, assim como cresce a perspectiva de apoio a um programa de esquerda em escala internacional (CONCEPÇÃO, 2002, p. 14).

A candidatura Tabaré Vázquez (2004) também faz questão de pronunciar sua opção política pela esquerda, entendida, como o instrumento estratégico para implementar as mudanças urgentes no país (GRANDES LINEAS, 2003). A candidatura propõe ainda que a opção pela esquerda é “luchar contra toda injusticia en todo momento y en cualquier lugar que ocurra, así como la tarea de alcanzar la democracia en todas sus dimensiones (política, económica y social)” (IV CONGRESO, 2001, p. 3). Independentemente dessas declarações, o modo como a candidatura de Tabaré Vázquez e de Lula abordam a relação capital/trabalho, compromete a possibilidade de entendê-las como de esquerda, como se pode verificar na dissertação.

A problematização das candidaturas exigiu a definição do que se entende por esquerda, o que foi feito no segundo capítulo. Para isso foi utilizada a definição de esquerda criada por Norberto Bobbio (2001), para quem a idéia de que a esquerda é

identificada por uma maior preocupação com o igualitarismo. A direita, por sua vez, é identificada pelo autor por uma maior preocupação com o inigualitarismo. Isto, conforme Bobbio, não significa que a esquerda queira terminar com todas as desigualdades nem que a direita queria mantê-las todas inalteradas. Ao invés disso, trata-se da noção de que a esquerda considera mais importante para a boa convivência social aquilo que une os indivíduos; já a direita, ao contrário, considera mais importante, para fundar uma boa convivência social, a diversidade.

Esta dissertação, ao discutir o conteúdo do termo esquerda, utilizou um elemento que não é levado em conta diretamente por Bobbio, que é a relação capital/trabalho. Mais especificamente foi observado como as candidaturas presidenciais de Lula (2002) e de Tabaré Vázquez (2004) apresentam essa relação. Concluiu-se daí que não há uma *nova esquerda*, trata-se sim de candidaturas que adotam propostas afastadas do referencial tradicional da esquerda.

As propostas eleitorais abordaram a relação capital/trabalho de forma muito similar. Nos dois casos os problemas nacionais estavam associados à má administração dos governos anteriores e com as conseqüências derivadas da implantação do modelo neoliberal. Já a solução para esses problemas viria por intermédio de políticas que estimulassem o crescimento econômico e a geração empregos que estariam condicionadas a construção de uma união entre aqueles que são proprietários dos meios de produção e os trabalhadores.

Como foi visto, em ambas as campanhas o desemprego, considerado um grave problema social, ganhou lugar de destaque. As políticas visando o crescimento econômico somente teriam sucesso, segundo o que foi dito pelos dois candidatos, se a população estivesse disposta a se envolver em um amplo pacto social. Seria nesse sentido que os interesses do capital e do trabalho deveriam convergir em nome do desenvolvimento produtivo do país. Nesse processo, o Estado teria o papel fundamental de conduzir a sociedade civil para este pacto.

Assim, para as candidaturas estudadas, o conflito entre o capital e o trabalho se relaciona a uma fase mais recente do capitalismo. Neste sentido, a discussão que ambos candidatos desenvolvem não se dá em termos de classes sociais. O fazem, quando muito, em termos genéricos deixando a lógica da relação capital/trabalho praticamente isenta de crítica.

É nesse ponto que a definição do conceito de esquerda desenvolvida por Bobbio demonstrou-se um tanto limitada para os objetivos desta dissertação. Temas clássicos do discurso de esquerda, como o socialismo, a luta de classes, a reforma agrária, a nacionalização das empresas, a moratória a dívida externa não entram na pauta das

campanhas estudadas. Por sua vez, as idéias de reformas graduais, de amplos acordos sociais, da democracia política, de desenvolvimento de um capitalismo com maior eqüidade são recorrentes.

A classificação, igualitários/iniguitários, proposta por Bobbio (2001), não é capaz de abarcar fenômenos como o processo de moderação ideológica e programática, que teria avançado lentamente na primeira metade dos anos noventa (YAFFÉ, 2005 e MOULIAN, 1997). Foi observado que a igualdade continua sendo um valor preservado, em certos momentos, nas duas candidaturas, e que ambas fazem ataques a algumas desigualdades entendidas como injustificáveis. Nesse sentido, o enfoque dado à relação capital/trabalho representou a possibilidade de um avanço na compreensão das identidades políticas das candidaturas estudadas.

O enfoque dado à relação capital/trabalho se justifica, pois auxilia na compreensão da identidade política das candidaturas estudadas. A relação capital/trabalho é um tema relevante para a esquerda, o que pode servir para distingui-la da direita. Sendo assim, tal relação, conforme a argumentação desenvolvida no segundo capítulo, representa um elemento fundamental para o entendimento das contradições do sistema capitalista. Dessa forma, pretendeu-se avançar para além da própria definição conceitual proposta por Norberto Bobbio, entendida aqui como demasiadamente ampla e conseqüentemente pouco precisa.

Bobbio parte da premissa de que os termos esquerda e direita são antagônicos, o primeiro caracterizado por sua maior preocupação com a igualdade e o segundo por sua preocupação com a diversidade. Que corresponde, respectivamente, à díade igualitária e iniguitária. Segundo o autor, esses termos se apresentam como relacionais, isto é, “direita e esquerda não são conceitos absolutos” (BOBBIO, 2004, p. 107). Dessa forma, se determinada esquerda se deslocar para o centro será considerada de direita pela esquerda que permanecer imóvel (BOBBIO, 2004). Em outras palavras, Bobbio, ao construir sua definição do termo esquerda, reduz as suas propriedades ou características descritivas aumentando, assim, o grau de abrangência e generalidade desse termo. Isso, contudo, gera um tipo de problema denominado por Sartori (1979) como *alargamento conceitual*, ou seja, a perda de especificidade por parte do conceito.

Trata-se da situação em que a tentativa de aumentar a extensão de um termo, sem diminuir sua conotação, acarreta o ofuscamento da própria conotação pela denotação²⁵ (SARTORI, 1979). Isso pode ser constatado quando Bobbio define que o conteúdo do

²⁵ Entenda-se por denotação ou extensão de uma palavra a classe dos objetos a que a palavra se aplica; já a conotação de uma palavra é o conjunto das propriedades que determinam a que palavra é aplicável. Nas palavras de Sartori (1979, p.228), “entendemos por denotação a totalidade dos objetos, ou eventos, a que a palavra se aplica, por conotação, a totalidade das características que um objeto ou evento deve possuir para entrar na denotação daquela palavra”.

termo esquerda é a maior preocupação com a igualdade e que este só existe de forma relacional com a direita. Portanto, a escolha tomada, nesta dissertação, por aumentar as propriedades e atributos de um conceito, tendo em vista que isso representaria a redução de sua capacidade de generalização teve em vista as advertências de Sartori. O papel que a relação capital/trabalho cumpre, enquanto mote para definição de esquerda, visa a avançar na capacidade descritiva sobre o esquema de Bobbio, em virtude da relação capital/trabalho conduzir diretamente à idéia de luta de classes, que, segundo Marx, é o fundamento da contradição do capitalismo e, enfim, a fronteira que separa a esquerda da direita. Vale salientar que o posicionamento em relação à luta de classes é mais relevante para a distinção esquerda – direita, porém de menor visibilidade em programas eleitorais, diferentemente do que ocorre com a relação capital/trabalho.

A relação capital/trabalho corresponde à síntese do processo onde o capital é produzido e distribuído na sociedade no contexto em que, segundo Marx, “o dono dos meios de produção se torna um capitalista, capital personificado, e o trabalhador, mera personificação do trabalho para o capital” (MARX, 1985, p.59). Marx explica ainda que o conflito de interesses que fazem parte da relação capital/trabalho possui sua razão de ser, pois derivam da

constante venda e compra da capacidade de trabalho, e do constante confronto entre o trabalhador e a mercadoria produzida pelo próprio trabalhador, como comprador de sua capacidade de trabalho e como capital constante, (...). A subjugação do trabalho vivo como simples meio de preservação e aumento do trabalho objetivo que alcançou uma posição independente diante dele. Esta perpetuação da relação do capital como comprador e o trabalhador como vendedor de trabalho é uma forma de mediação que é imanente a esse modo de produção (...). (MARX, 1968a, p.465).

A base dessa contradição, portanto, encontra suas raízes no próprio processo de produção da riqueza de onde surge a mais-valia. Dessa forma, tal como é definido por Marx, e aceito pela ampla parcela da esquerda que foi influenciada por sua obra, essa relação ocorre por intermédio de uma “luta incessantemente entre o capital e o trabalho; o capitalista, tentando constantemente reduzir os salários ao seu mínimo físico e a prolongar a jornada de trabalho ao seu máximo físico, enquanto o operário exerce constantemente uma pressão no sentido contrário” (MARX, 1968b, p. 40).

Como verificado no terceiro capítulo, ambas as candidaturas orientam-se por um referencial que as leva a propor uma superação harmoniosa do conflito na relação

capital/trabalho. O novo modelo sócio-econômico proposto nos documentos da campanha de Lula é um exemplo disso. Neste modelo é proposto um amplo diálogo entre as instituições representativas dos empregadores e dos trabalhadores, com o objetivo de se chegar ao “entendimento sobre as contradições inerentes às relações de trabalho”. (PROGRAMA, 2002, p. 23). Os documentos da campanha de Tabaré Vázquez também conduzem para uma solução com base em diálogo, enfatizando que o modelo neoliberal está vitimando o Uruguai o que atinge desde os grandes empresários até as camadas sociais mais fragilizadas economicamente. A candidatura Tabaré Vázquez ressalta, de modo muito similar ao caso brasileiro, a necessidade de um grande acordo social que somente se objetivará caso se consiga “persistir en el camino ya emprendido de consolidar un amplio bloque social e político que exprese a todos aquellos que son víctimas del actual modelo neoliberal” (IV CONGRESO, 2001, p. 12).

Vale dizer que a candidatura de Tabaré Vázquez contou, em alguns momentos, com um discurso mais radical do que a candidatura de Lula. Todavia, no decorrer do trabalho foi possível constatar que ambas defendem o favorecimento do capital produtivo – preferencialmente, mas não exclusivamente nacional – em detrimento ao capital financeiro. Em diversas passagens dos documentos analisados, tanto no caso uruguaio quanto no brasileiro fica, presente a sugestão de que o primeiro tipo de capital é benéfico e o segundo é maléfico à economia. É esperado, então, que proponham a idéia de um pacto social em nome do processo de desenvolvimento produtivo, econômico e social do país.

A opção que as duas forças políticas estudadas fazem em considerar possível uma convivência harmoniosa entre os interesses do capital e do trabalho está, em certa medida, contemplada nas análises de Yaffé (2005) quando esse discute os rumos da esquerda uruguaia contemporânea. Tais considerações podem ser estendidas ao caso brasileiro. O autor afirma que a esquerda

revela cierto grado de disociación entre ideología y programa: aunque se mantienen intactos en el primer nivel componentes que forman parte del legado tradicional de la izquierda socialista, se incorporan en el segundo medidas de mucho menor alcance. Dicho en otras palabras: la ideología seguía siendo de izquierda, el programa no, puesto que planteaba un reformismo por la senda del desarrollo capitalista (YAFFÉ, 2005, p.75).

Esse fenômeno que Yaffé (2005) acredita estar ocorrendo com a esquerda, e que Bobbio (2001) entende tratar-se de um evento próprio de uma direita tecnocrática, ainda

que, de forma insuficiente, são modos de explicar o argumento dos discursos presentes nas campanhas.

O objetivo deste estudo foi o de compreender o que está por trás da opção dessas forças políticas, identificadas com a esquerda. Nesse sentido, o desenvolvimento da dissertação não conduziu diretamente à resposta da pergunta original, que propunha compreender porque as propostas eleitorais vitoriosas nas campanhas presidenciais no Brasil (2002) e no Uruguai (2004) identificadas com a esquerda não priorizaram a tensão presente na relação capital/trabalho.

A dissertação permite concluir que a relação capital/trabalho continua sendo importante para a definição de identidades ideológicas e que os conceitos esquerda e direita permanecem válidos para explicar o universo político. No entanto, o caminho teórico seguido indicou que é necessário, para uma resposta mais significativa, ampliar o referencial teórico.

Nesse sentido, uma possibilidade de responder aos questionamentos levantados nesta dissertação encontra-se nas contribuições de István Mészáros (2002), mais especificamente no que diz respeito à sua idéia de *incontrolabilidade do capital*. Para ele, como o capital tem o seu centro em si mesmo e não no parlamento, é ilusória a esperança em qualquer reforma que possa alterar substancialmente as condições sociais do trabalho pela via institucional, sem a intervenção de uma força extraparlamentar, apoiada em um amplo movimento de massas (MÉSZÁROS, 2002). Ou seja, segundo a sua opinião, estaria descartada a possibilidade de conciliação institucionalizada dos interesses entre o capital e o trabalho.

Constatações como essa já haviam sido feitas por Marx e Engels. Entretanto, a obra de Mészáros representa uma importante atualização dos significados de fenômenos contemporâneos que surgiam na obra de Marx e Engels somente como possíveis tendências do capital. A atualização histórica efetuada por Mészáros favorece o debate sobre aspectos próprios da crise advinda justamente da tensão existente entre o capital e o trabalho, agora sob uma configuração de caráter global, generalizado e permanente.

Mészáros coloca ênfase no fato de que problemas decorrentes do embate desigual entre capital e trabalho são próprios da “natureza do poder sob a dominação do capital – problema que permanecerá caso não haja uma reorientação fundamental do objetivo estratégico da transformação” (MÉSZÁROS, 2002, p.795). Nesse sentido, os políticos reformistas, dentro dos limites do capitalismo atual, não podem encarar o problema da incontrolabilidade do capital sob a pena de proclamarem sua própria insuperável ineficiência (MÉSZÁROS, 2002). Nesse sentido, a obra de Mészáros chama a

atenção para a importância de se efetuar um maior aprofundamento de outra relação além daquela entre capital e trabalho trata-se da relação entre capital e Estado.

A obra de Mészáros pode colaborar com um melhor entendimento da proposição, por parte das campanhas estudadas, de um pacto social entre o capital e o trabalho em nome de avanços econômicos e sociais. Esta concepção de pacto social está relacionada com a compreensão de que é possível superar a tensão capital/trabalho, em virtude de que nenhuma das duas candidaturas defende rupturas estruturais.

Em suma, as candidaturas presidências de Lula (2002) e de Tabaré Vázquez (2004) consideram que os conflitos presentes na relação capital/trabalho não inviabilizam a execução de um pacto social. Tal posição se deve ao fato de não se identificarem com os valores tradicionais da esquerda. A análise feita na dissertação permite afirmar que a essas candidaturas podem ser consideradas de esquerda em função de um alargamento conceitual e pelo uso pouco rigoroso do termo. Uma possibilidade para o aprofundamento das questões aqui apresentadas passa pela idéia da incontrolabilidade do capital de Mészáros. A dissertação abre novas dúvidas e perspectivas de análise. Entre elas, se destaca a compreensão do fenômeno de forças políticas identificadas discursivamente com a esquerda serem vitoriosas eleitoralmente com programas que não apresentam uma definição ideológica.

BIBLIOGRAFIA

- BENJAMIN, César. *O enigma Lula: Fausto, Maquiavel ou Riobaldo?*. 2002. Disponível em: http://www.lainsignia.org/2002/septiembre/ibe_083.htm. Acesso em: agosto de 2005.
- BENJAMIN, César. *Potencialidades, limites e sustentabilidade do saldo comercial brasileiro*. In: SOARES, Tavares Laura, SADER, Emir, GENTILI, Rafael, BENJAMIN, César (Org). *Governo Lula – decifrando o enigma*. São Paulo: Viramundo, 2004.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda – razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- CAETANDO, Geraldo & RILLA, José. *História contemporânea del Uruguay: de la colonia as siglo XXI*. Montevideo: Editorial Fin de Siglo, 2005.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro*. São Paulo: Editora Difusão Européia do Livro, 1973.
- CEPAL. *Panorama Social 2000-2001*.
- CHILCOTE, Ronald H. *Theories of comparative politics – the search for a paradigm reconsidered*. Colorado: Westview Press, 1994.
- CONCEPÇÃO e Diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil. São Paulo, 2002.
- COURIEL, Alberto. *Uruguai: critérios básicos para uma proposta de esquerda*. In: Diplomacia, Estrangeira e Política (DEP). Vol I, n.º.3 (abr./jun. 2005). Brasília, 2005.
- DOCUMENTO Marco del acuerdo entre el Encuentro Progresista - Frente Amplio y el Nuevo Espacio, 2002. Disponível em: <http://www.ps.org.uy/noticias369.htm>. Acesso em: agosto de 2005.
- FALEIROS, Vicente de Paula. *A política social do estado capitalista*. São Paulo: Cortez, 2000.
- FERNÁNDEZ, Nelson. *El gobierno de la izquierda*. Montevideo Editorial Fin de Siglo, 2004.
- FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Lisboa: Gradiva, 1999.
- FURTADO, Celso. *Há risco de uma ingovernabilidade crescente*. In: MINEIRO, Adhemar dos Santos; ELIAS, Luiz Antônio, BENJAMIN, César (Org). *Visões da Crise*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
- GARCIA, Marco Aurélio. *A social-democracia e o PT*. In: PAIM, Antonio (Org.). *O socialismo brasileiro – Volume II*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2000.
- GIDDENS, Antony. *Para além da Esquerda e da Direita*. São Paulo: Unesp, 1995.
- _____. *A terceira via*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1999.
- GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e desnacionalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- HEREDIA, Fernando Martinez. *Contra a cultura da resignação*. In: LÖWY, Michel. *O marxismo na América Latina – uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- HIRST, Paul. *A democracia representativa e seus limites*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos – o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização - Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

LANZARO, Jorge. *La izquierda se acerca a los uruguayos y los uruguayos se acercan a la izquierda*. In: LANZARO, Jorge. Org. *La izquierda uruguaya – entre la oposición y el gobierno*. Montevideo: Fin de Siglo, 2004.

LECHNER, Norbert. *Os novos perfis da política – um esboço*. In: BAQUERO, Marcelo. Org. *Cultura política e democracia – os desafios das sociedades contemporâneas*. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1994.

LÖWY, Michael (org). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

LUKACS, György. *Historia y consciencia de classe: Estudios de dialética marxista*. Mexico: Grijalbo, 1966.

MARTÍNEZ, Ismael Crespo. *Tres décadas de política uruguaya*. Madrid: Siglo Veintiuno, 2002.

MARX, Karl. *Salário, preço e lucro*. In: *Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro*. Porto Alegre: Publicações Escorpião, 1974.

_____. *Manuscritos econômicos e filosóficos*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

_____. *O Capital – Livro I, Vol I*. São Paulo: Difel Difusão Editorial S.A, 1968a.

_____. *O 18 brumário de Luis Bonaparte*. São Paulo: Editora Escriba, 1968b.

MÉSZÁROS, Istevan. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOULIAN, Tomas. *Chile Actual: anatomia de un mito*. Santiago do Chile: LOM editores, 1997.

MORLINO, Leonardo. *Problemas y opciones en la comparación*. In: SARTORI, Giovanni, MORLINO, Leonardo (comp.). *La comparación en las ciencias sociales*. Madrid: Alianza, 1994.

MOURA, Paulo. *PT – Comunismo ou social-democracia?*. Porto Alegre: Soles, 2001.

MOREIRA, Conatanza. *A esquerda no Uruguai e no Brasil: cultura política e desenvolvimento partidário*. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010462762000000100002&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: setembro de 2005.

_____. *Final del juego – del bipartidarismo tradicional al triunfo de la izquierda en uruguay*. Montevideo: Trilce, 2004.

NETO, Antônio Delfim. *O desemprego é a âncora do Real*. In: MINEIRO, Adhemar dos Santos; ELIAS, Luiz Antônio, BENJAMIN, César (Org). *Visões da Crise*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

OS PENSADORES. *Marx*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

PETRAS, James. *Ensaio contra a Ordem*. São Paulo: Scritta, 1995.

_____. *Brasil e Lula – ano zero*. Blumenau: Edifurb, 2005.

_____. *La polarización izquierda/derecha: Entre las urnas y la calle*. 2002. Disponível em: <http://www.rebelion.org/petras/polarizacion210502.htm>. Acesso em: outubro de 2005.

PROGRAMA de Governo – do Partido dos Trabalhadores em Coligação Lula Presidente. 2002. São Paulo, 2002.

PRZERWORSKI, Adam & TEUNE, Henry. *The logic of comparative Social Inquiry*. New York: John Wiley & Sons, 1970.

RESOLUÇÕES de Encontros e Congressos 1979-1998. São Paulo: Fundação Perseu, 1998.

SARTORI, Giovanni. *A política*. Brasília: Editora UnB, 1979.

SILVA, José Nepomuceno da. *As alianças e coligações partidárias*. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

ZIBECHI, Raúl. *De la hegemonía cultural a la hegemonía política - La izquierda uruguaya*. S/D. Disponível em: <http://www.pvp.org.uy/zibechi.htm>. Acesso em: setembro de 2005.

YAFFÉ, Jaime. *Al centro y adentro – la renovación de la izquierda y el triunfo del Frente Amplio en Uruguay*. Montevideo: Linardi y Risso, 2005.

ANEXO

1) Fragmentos dos documentos referentes à categoria *O Papel o Estado na Economia* (versão resumida)

Propostas apresentadas pelo PT	Propostas apresentadas pela FA
<p>Esta é, em suma, a difícil herança – do passado histórico e sobretudo do período mais recente – com a qual nos defrontamos. Para quem defende, não uma mera “continuidade sem continuísmo”, pela adoção de uma política “desenvolvimentista” que agrega o “social” como acessório, mas sim uma verdadeira transformação inspirada nos ideais éticos da radicalização da democracia e do aprofundamento da justiça social, não pode restar dúvida de que um governo democrático e popular precisará operar uma efetiva ruptura global com o modelo existente, estabelecendo as bases para a implementação de um modelo de desenvolvimento alternativo.</p> <p>CONCEPÇÃO E DIRETRIZES DO PROGRAMA DE GOVERNO 5</p> <p>Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis.</p> <p>CARTA AO POVO BRASILEIRO PÁGINA 4</p> <p>A recuperação da capacidade de definir e operar políticas econômicas ativas, a ampliação do mercado interno de massas, o aumento da competitividade brasileira e o impulso às exportações constituem aspectos indissociáveis do novo estilo de desenvolvimento, voltado para o fortalecimento da economia nacional.</p> <p>PROGRAMA DE GOVERNO 25</p> <p>(...) elear progressivamente o piso de remuneração da força de trabalho, para transformar o Salário Mínimo em um rendimento básico compatível com a satisfação das necessidades essenciais de uma família.</p> <p>MAIS E MELHORES EMPREGOS PÁGINA 6</p> <p>(...) os conflitos são parte constitutiva das relações entre capital e trabalho. A garantia</p>	<p>Desarrollar al país en base a su potencialidad productiva y distribuir su resultado con justicia social requiere un Estado activo, capaz de orientar ese proceso.</p> <p>GRANDES LINEAS PROGRAMÁTICAS 11</p> <p>En este sentido se tenderá en dicha negociación a definir un piso salarial mínimo tal cual fue definido en nuestro documento de bases programáticas y luego por encima de él a impulsar los acuerdos entre las partes, los cuales serán luego homologados por el poder Ejecutivo para ser transformados en ley.</p> <p>PLAN POR EL TRABAJO EP-FA PÁGINA 7</p> <p>Promoveremos un proceso dinámico de inversiones que permitan sustentar un adecuado equilibrio entre crecimiento y distribución del ingreso.</p> <p>EL GOBIERNO PÁGINA 2</p> <p>El Uruguay productivo no es sólo el de los grandes emprendimientos. Es también -y fundamentalmente un proyecto que ha de integrar las pequeñas y medianas empresas y al movimiento cooperativo.</p> <p>EL GOBIERNO PÁGINA 2</p> <p>Impulsaremos un Plan de Emergencia de Empleo y Salarios que integre medidas tales como:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Programas de empleo transitorio 2- Programas de opción productiva e inclusión social 3- Programas de obra pública 4- Rebaja de aportes patronales a la seguridad social 5- Programa de subsidios a la creación de empleo sustentable, de calidad e ingresos adecuados 6- Programa de recuperación de unidades productivas en dificultades 7- Programa de apoyos tributarios a las microempresas 8- Programas de jubilación anticipada <p>EL GOBIERNO PÁGINA 2</p> <p>El Estado contribuirá a resolver las cada vez más grandes desigualdades sociales existentes en el país y tendrá una presencia activa y directa en las áreas estratégicas de la economía, desarrollando firmemente su función de articulación y su rol regulador.</p> <p>GRANDE LINEAS PROGRAMÁTICAS PÁGINA 9</p> <p>La construcción del Estado, sólo puede tener</p>

e o estímulo ao diálogo, às negociações e ao fortalecimento das instituições representativas do patronato e dos trabalhadores devem integrar, de forma relevante, as políticas de Estado. (...) A construção de um novo modelo de relações de trabalho deverá ter como pressuposto o reconhecimento das instituições representativas dos empregadores e dos trabalhadores, livremente constituídas com a função de promover o diálogo e o entendimento sobre as contradições inerentes às relações de trabalho.

(PROGRAMA DE GOVERNO) PAGINA 23

Com o objetivo de promover a mais ampla reforma na legislação trabalhista, o governo convocará todas as entidades sindicais representativas dos trabalhadores e empregadores a constituírem um Fórum Nacional do Trabalho, estruturado de forma tripartite. Sua finalidade imediata será a de preparar, democraticamente, as propostas de alteração da legislação atual. Dentro do tempo previsto pelo governo, o Fórum Nacional do Trabalho deverá

Apresentar suas propostas, que se traduzirão num conjunto de Leis para Modernizar a atual Consolidação das Leis do Trabalho. Após a sua aprovação pelo Congresso Nacional, essas leis passarão a regulamentar o novo sistema de relações do trabalho. O objetivo central desse processo é a melhoria da qualidade do emprego e principalmente a ampliação da formalização do trabalho, incorporando milhões de trabalhadores ao mercado regulado de trabalho, com reflexos importantes nas contas previdenciárias e nos fundos públicos.

(PROGRAMA DE GOVERNO) PAGINA 23

O motor básico do novo modelo é a ampliação do emprego e da renda *per capita*, e conseqüentemente da massa salarial que conformará o assim chamado mercado interno.

(PROGRAMA DE GOVERNO) PAGINA 34

Nosso governo vai iniciar, sem atropelos, uma transição para um novo modelo de crescimento sustentável, com responsabilidade fiscal e compromisso social. (...) governos, empresários e trabalhadores terão de levar adiante uma grande mobilização nacional para fazer renascer a confiança de que podemos investir, criar empregos e combater os abismos sociais existentes.

(PROGRAMA DE GOVERNO) PAGINA 12

Uma política de forte crescimento econômico

coherencia si desde el diseño de las políticas y programas existe una unidad conceptual, metodológica, técnica y de procedimiento.

La búsqueda de soluciones a las contradicciones naturales entre intereses diferentes supone la generación de ámbitos adecuados de negociación, tal como el Acuerdo Social.

(...)

La participación de los diferentes actores sociales en el proceso de búsqueda de acuerdos, asegura el involucramiento activo de la ciudadanía en la toma de decisiones.

GRANDE LINEAS PROGRAMÁTICAS PÁGINA 9

Coherencia política y búsqueda de acuerdos constituirán el fundamento de una estrategia destinada a desatar los nudos problemáticos presentes hoy en el Estado uruguayo y que este proceso se plantea superar.

GRANDE LINEAS PROGRAMÁTICAS PÁGINA 9

Es objetivo prioritario del EP-FA poner la economía al servicio del ser humano, dejando atrás aquella concepción economicista que concibe a las personas como meros agentes económicos, con olvido de su dimensión integral y trascendente. Por lo tanto, en nuestra concepción, la condición indispensable de cualquier modelo de país es que tenga como centro la generación de empleo genuino para todos sus habitantes.

GRANDE LINEAS PROGRAMÁTICAS PÁGINA 9

La fuerza de trabajo como el factor originario de la producción es lo que pone en funcionamiento las herramientas, las maquinarias y el saber para transformar insumos y materias primas en los bienes y servicios que constituyen la riqueza de un país. Será reconocida socialmente en el empleo y en una remuneración acorde al esfuerzo, especialización y conocimientos aplicados. Por lo tanto un objetivo central será la creación de fuentes de trabajo.

GRANDE LINEAS PROGRAMÁTICAS PÁGINA 10

En una primera instancia y dada la situación del país, la prioridad está en la creación de fuentes de trabajo estables y dignas y en frenar el deterioro del salario real; gradualmente se irán corrigiendo las desigualdades actuales en los sistemas de remuneración y procurando la recuperación salarial y la actualización de la legislación laboral; habrá una Oficina Nacional del Empleo para canalizar y orientar la demanda y la oferta de trabajo.

GRANDE LINEAS PROGRAMÁTICAS PÁGINA 15

(...) generar acciones que apoye la reinserción e integración social de aquellos desocupados de mayor nivel de exclusión, que al provenir de los hogares de extrema pobreza padecen traumas bio

resultará em elevação do salário médio na economia e da quantidade de empregos e de sua formalização, com conseqüências positivas no equilíbrio financeiro do sistema previdenciário.

(PROGRAMA DE GOVERNO) PAGINA 20

Nosso governo estará chamado a incentivar uma profunda mudança estrutural nos sistemas produtivos, **especialmente aqueles intensivos em alta tecnologia**. *Por isso, dará especial atenção aos setores que tenham possibilidade de disputar mercados e investimentos internacionais e de vencer a forte concorrência existente*. Isso significa que as *políticas governamentais deverão também intervir seletivamente na reestruturação dos setores de ponta (...)*.

Nosso governo terá a tarefa histórica de implementar uma política nacional de inclusão social, abandonando a oposição entre política econômica e política social. É por isso que a dimensão social da retomada do desenvolvimento terá como prioridades, em nosso governo, a ampliação do emprego e a melhoria no perfil de distribuição de renda, sobretudo por meio do aumento do salário mínimo, do fim da tributação regressiva e da adoção de programas de renda mínima.

(PROGRAMA DE GOVERNO) PÁGINA 40

(...)

elevar progressivamente o piso de remuneração da força de trabalho, para transformar o Salário Mínimo em um rendimento básico compatível com a satisfação das necessidades essenciais de uma família.

MAIS E MELHORES EMPREGOS PÁGINA 6

A recuperação do direito ao trabalho é o maior compromisso do nosso Programa de Governo.

MAIS E MELHORES EMPREGOS PÁGINA 6

Somos a favor do livre-comércio, desde que os países possam competir em igualdade de condições. Nesse sentido, é preciso resgatar o Mercosul e, a partir dele, negociar a integração mais ampla das Américas. A liderança ativa do Brasil na América do Sul é vital para que o continente supere a crise e não se desagregue. Nossa ajuda aos países vizinhos deve ser concreta e imediata.

COMPROMISSO COM A SOBERANIA PÁGINA 2

O Brasil só vencerá suas fragilidades se crescer, gerar empregos, exportar e disputar

psico sociales sobre los que hay que actuar de manera urgente.

PLAN POR EL TRABAJO EP-FA PÁGINA 1

Aspiramos a largo plazo a construir una sociedad con PLENO EMPLEO y hacia ese objetivo vamos. Pero de una vez por todas hay que empezar a poner el empleo en la primera prioridad de la política económica.

PLAN POR EL TRABAJO EP-FA PÁGINA 1

El papel del Estado como generador, orientador y articulador de las políticas económicas, tal cual fue definido en el documento de bases programáticas de nuestra fuerza política, adquiere especial importancia en el tema del empleo.

PLAN POR EL TRABAJO EP-FA PÁGINA 4

Reducción gradual de aportes patronales a la seguridad social. **En tanto impuesto al trabajo, su reducción propiciará la mayor demanda de empleo y contribuirá a reducir el desempleo**. Su implementación debe ser estudiada con empresarios, trabajadores y el propio BPS, de manera de analizar su monto, los eventuales criterios de selectividad por tipo de actividad así como los mecanismos concretos de su instrumentación.

PLAN POR EL TRABAJO EP-FA PÁGINA 6

Dicha legitimidad democrática implica que el gobierno tiene un fuerte respaldo y un mandato expreso de la ciudadanía de gobernar –esto es, decidir y **arbitrar intereses diversos- y de hacerlo de acuerdo a un programa explicitado clara y oportunamente ante los electores**.

FUERZA POLÍTICA, GOBIERNO, TRABAJADORES Y ORGANIZACIONES SOCIALES. PÁGINA 4.

um espaço no mundo como nação soberana. É nessa dimensão que o governo fracassou. A premissa para crescer é diminuir a dependência de capitais externos voltados para a especulação e baixar juros. O caminho é combinar três linhas de ação: um esforço exportador muito mais vigoroso do que o atual; o alargamento do mercado interno; e o investimento em infraestrutura e nos setores de ponta.

COMPROMISSO COM A SOBERANIA PAGINA 3

Nosso compromisso número um será com a geração de empregos, sem descuidar do controle da inflação. (...) Precisamos crescer a uma taxa média de 5% ao ano para gerar, por meio de políticas ativas de emprego e renda, os postos de trabalho necessários. O desafio é enorme, mas assumo o compromisso de perseguir essa meta com todas as minhas forças. Criar empregos será a minha obsessão. A economia não deve ser um fim em si mesmo. Ela deve ser um instrumento a serviço da vida.

COMPROMISSO COM A SOBERANIA PAGINA 4

Trata-se, pois, de *propor para o Brasil* um novo modelo de desenvolvimento economicamente viável, ecologicamente sustentável e socialmente justo.

CONCEPÇÃO E DIRETRIZES DO PROGRAMA DE GOVERNO 1

Tal projeto deverá incorporar o combate à dependência externa e a defesa da autonomia nacional; terá o social como referência central do desenvolvimento – ou seja, o desenvolvimento sustentável incorporará em sua própria dinâmica interna a distribuição de renda e de riqueza, a geração de emprego, a inclusão social e o uso dos recursos naturais com sustentabilidade; e buscará criar condições, de modo permanente, para a democratização do Estado e da política.

CONCEPÇÃO E DIRETRIZES DO PROGRAMA DE GOVERNO 6

À mundialização do capital e dos mercados devemos opor a solidariedade e o internacionalismo dos povos. É neste contexto que a **defesa do socialismo democrático** começa a tornar-se mais favorável, assim como cresce a perspectiva de apoio a um **programa de esquerda** em escala internacional. Não podemos defender o isolamento nacional; é preciso lutar pelos interesses de toda a humanidade.

2) Modelo de desenvolvimento econômico (versão resumida)

Propostas apresentadas pelo PT	Propostas apresentadas pela FA
<p>A construção de um novo modelo de relações de trabalho deverá ter como pressuposto o reconhecimento das instituições representativas dos empregadores e dos trabalhadores, livremente constituídas com a função de promover o diálogo e o entendimento sobre as contradições inerentes às relações de trabalho. (PROGRAMA DE GOVERNO 23).</p> <p>Só um novo contrato social que favoreça o nascimento de uma cultura Política de defesa das liberdades civis, dos direitos humanos e da construção de um País mais justo econômica e socialmente permitirá aprofundar a Democratização da sociedade, combatendo o autoritarismo, a desigualdade e o clientelismo. (PROGRAMA DE GOVERNO) PÁGINA 2</p> <p>Nosso governo será marcado pelo diálogo permanente com a sociedade civil. Uma das tragédias do Brasil tem sido a incapacidade dos dirigentes de estabelecer pontes, acordos, entendimentos com os quais todos possam ganhar. Quase sempre valeu por aqui a idéia de que poucos têm de ganhar e muitos têm de perder. (PROGRAMA DE GOVERNO) PÁGINA 15</p> <p>Não há governo petista nos estados e nos municípios que não esteja comprometido com a responsabilidade fiscal e a estabilidade das contas públicas. O nosso governo não vai romper contratos nem revogar regras estabelecidas. Compromissos internacionais serão respeitados. Mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. (PROGRAMA DE GOVERNO) PÁGINA 10</p> <p>O povo brasileiro Quer abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional. O caminho da reforma tributária, que desonere a produção. CARTA AO POVO BRASILEIRO PÁGINA 2</p> <p>O novo modelo não poderá ser produto de</p>	<p>La falta de ámbitos de negociación colectiva impide una cooperación real entre trabajo y capital, acordar cambios técnicos, salarios, repartos de productividad, entre otros aspectos. Al mismo tiempo en las fases recesivas agudiza los problemas ya que impide que los problemas del desempleo se orienten en soluciones consensuadas como seguros de paro rotativos u otras que permiten amortiguar los impactos de la situación. En síntesis, el mercado de trabajo uruguayo está en crisis estructural y coyuntural. Está en crisis de exclusión social de una parte importante de la población. Está en crisis por la insuficiencia para crear empleo del crecimiento económico (Plan por el Trabajo EP-FA).</p> <p>Este Acuerdo Social sólo será posible si persistimos en el camino ya emprendido de consolidar un amplio bloque social y político que exprese a todos aquellos que son víctimas del actual modelo neoliberal y que estén dispuestos a coincidir en la oposición y la propuesta. La lucha y la movilización popular serán determinantes en cada coyuntura para la búsqueda y concreción de acuerdos sociales. IV CONGRESSO DEL FA PAG: 12</p> <p>Promoveremos una Ley de Negociación Colectiva que establezca el marco institucional adecuado para el desarrollo de relaciones laborales. EL GOBIERNO PÁGINA 2</p> <p>Promoveremos un compromiso ciudadano por el desarrollo productivo sostenible que involucre al Estado, sistema político, los agentes económicos, los trabajadores y otras organizaciones representativas de la sociedad civil. EL GOBIERNO PÁGINA 2</p> <p>La actual conmoción de la vida nacional se supera con un proyecto de amplios acuerdos, capaz de movilizar a la mayoría social en torno a objetivos de crecimiento, distribución, participación, acción e integración social que permita la sustentación en el tiempo del nuevo Uruguay propuesto. GRANDE LINEAS PROGRAMÁTICAS PÁGINA 1</p> <p>La construcción del Estado, sólo puede tener</p>

decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade.

**CARTA AO POVO BRASILEIRO
PÁGINA 2**

Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis.

**CARTA AO POVO BRASILEIRO
PÁGINA 3**

coherencia si desde el diseño de las políticas y programas existe una unidad conceptual, metodológica, técnica y de procedimiento.

La búsqueda de soluciones a las contradicciones naturales entre intereses diferentes supone la generación de ámbitos adecuados de negociación, tal como el Acuerdo Social.

(...) La participación de los diferentes actores sociales en el proceso de búsqueda de acuerdos, asegura el involucramiento activo de la ciudadanía en la toma de decisiones.

**GRANDE LINEAS PROGRAMÁTICAS PÁGINA 9
PROGRAMÁTICAS PÁGINA 9**

Coherencia política y búsqueda de acuerdos constituirán el fundamento de una estrategia destinada a desatar los nudos problemáticos presentes hoy en el Estado uruguayo y que este proceso se plantea superar.

GRANDE LINEAS PROGRAMÁTICAS PÁGINA 9

La intervención del Estado, se basará en un Plan de Desarrollo Económico surgido de los acuerdos entre todos los sectores vinculados a la producción.

GRANDE LINEAS PROGRAMÁTICAS PÁGINA 11

La falta de ámbitos de negociación colectiva impide una cooperación real entre trabajo y capital, acordar cambios técnicos, salarios, repartos de productividad, entre otros aspectos.

PLAN POR EL TRABAJO EP-FA PÁGINA 4

Se impulsará de manera inmediata la obligatoriedad de las negociaciones colectivas y una ley de fuero sindical, de manera de democratizar las relaciones laborales y dotar a empresarios y trabajadores de instrumentos de concertación social para mejorar calidad y cantidad de producción y empleos.

PLAN POR EL TRABAJO EP-FA PÁGINA 7

En este sentido se tenderá en dicha negociación a definir un piso salarial mínimo tal cual fue definido en nuestro documento de bases programáticas y luego por encima de él a impulsar los acuerdos entre las partes, los cuales serán luego homologados por el poder Ejecutivo para ser transformados en ley.

PLAN POR EL TRABAJO EP-FA PÁGINA 7

El Acuerdo Social sólo será posible si persistimos en el camino ya emprendido de consolidar un amplio bloque social y político que exprese a todos aquellos que son víctimas del actual modelo neoliberal y que estén dispuestos a coincidir en la oposición y la propuesta.

FUERZA POLÍTICA, GOBIERNO, TRABAJADORES Y ORGANIZACIONES SOCIALES. PÁGINA 7.

El acuerdo social debe plantearse desde una visión compartida sobre ciertos aspectos de la realidad y sobre propuestas de acción acordadas y respaldadas por todas las partes involucradas, si no quedará en una aspiración ideológica o política ni será el instrumento útil de gobernabilidad progresista. Se trata de tejer las coincidencias en torno al proyecto común del bloque social alternativo.

FUERZA POLÍTICA, GOBIERNO, TRABAJADORES Y ORGANIZACIONES SOCIALES. PÁGINA 7.

(...) el Acuerdo Social implica la voluntad de propiciar la más amplia participación, el reconocimiento de los actores sociales relevantes y de las organizaciones que se han dado. **FUERZA POLÍTICA, GOBIERNO, TRABAJADORES Y ORGANIZACIONES SOCIALES. PÁGINA 8.**

Las clases, fracciones de clase, capas y estratos, así como las organizaciones mediante las cuales se expresan las grandes mayorías en los diferentes planos, conformamos objetivamente un bloque social y político con intereses comunes, pero también con matices, diferencias y proyectos finales no necesariamente similares.

FUERZA POLÍTICA, GOBIERNO, TRABAJADORES Y ORGANIZACIONES SOCIALES. PÁGINA 8.

Vale decir, que sobre la base de la realidad material de la sociedad y de la situación concreta de las diferentes clases y sectores sociales, se trata de una construcción que se juega fundamentalmente en el terreno de la política, del discurso y de la acción política y que a su vez, para ser viable, debe generar un consenso activo en toda la sociedad en torno a esta propuesta.

FUERZA POLÍTICA, GOBIERNO, TRABAJADORES Y ORGANIZACIONES SOCIALES. PÁGINA 10.

La izquierda es la única fuerza política que puede y quiere concretar el amplio acuerdo social que el país necesita.

IV Congreso del FA. PAG 12

3) Fragmentos dos documentos referentes à categoria *Pacto Social* (versão resumida)

Propostas apresentadas pelo PT	Propostas apresentadas pela FA
<p>Os desafios colocados hoje para o mundo do trabalho requerem soluções cada vez mais duradouras, que somente serão alcançadas com o reconhecimento de que os conflitos são parte constitutiva das relações entre capital e trabalho. (...). A construção de um novo modelo de relações de trabalho deverá ter como pressuposto o reconhecimento das instituições representativas dos empregadores e dos trabalhadores, livremente constituídas com a função de promover o diálogo e o entendimento sobre as contradições inerentes às relações de trabalho. (PROGRAMA DE GOVERNO) PÁGINA 23</p> <p>Nosso governo vai iniciar, sem atropelos, uma transição para um novo modelo de crescimento sustentável, com responsabilidade fiscal e compromisso social (...). Nessa direção, governos, empresários e trabalhadores terão de levar adiante uma grande mobilização nacional para fazer renascer a confiança de que podemos investir, criar empregos e combater os abismos sociais existentes. (PROGRAMA DE GOVERNO) PÁGINA 11</p> <p>(...) elevar progressivamente o piso de remuneração da força de trabalho, para transformar o Salário Mínimo em um rendimento básico compatível com a satisfação das necessidades essenciais de uma família. MAIS E MELHORES EMPREGOS PÁGINA 6</p> <p>Com o objetivo de promover a mais ampla reforma na legislação trabalhista, o governo convocará todas as entidades sindicais representativas dos trabalhadores e empregadores a constituírem um Fórum Nacional do Trabalho, estruturado de forma tripartite. E NESSE FORUM, negociar a modernização da CLT. MAIS E MELHORES EMPREGOS PÁGINA 24</p> <p>O povo brasileiro Quer abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional. O caminho da reforma tributária, que desonere a produção. CARTA AO POVO BRASILEIRO PÁGINA 2</p>	<p>Se impulsará de manera inmediata la obligatoriedad de las negociaciones colectivas y una ley de fuero sindical, de manera de democratizar las relaciones laborales y dotar a empresarios y trabajadores de instrumentos de concertación social para mejorar calidad y cantidad de producción y empleos. PLAN POR EL TRABAJO EP-FA PÁGINA 7</p> <p>La izquierda es la única fuerza política que puede y quiere concretar el amplio acuerdo social que el país necesita. IV Congreso del FA. PAG 12</p> <p>La actual conmoción de la vida nacional se supera con un proyecto de amplios acuerdos, capaz de movilizar a la mayoría social en torno a objetivos de crecimiento, distribución, participación, acción e integración social que permita la sustentación en el tiempo del nuevo Uruguay propuesto. GRANDE LINEAS PROGRAMÁTICAS PÁGINA 1</p> <p>La construcción del Estado, sólo puede tener coherencia si desde el diseño de las políticas y programas existe una unidad conceptual, metodológica, técnica y de procedimiento. La búsqueda de soluciones a las contradicciones naturales entre intereses diferentes supone la generación de ámbitos adecuados de negociación, tal como el Acuerdo Social. (...) La participación de los diferentes actores sociales en el proceso de búsqueda de acuerdos, asegura el involucramiento activo de la ciudadanía en la toma de decisiones. GRANDE LINEAS PROGRAMÁTICAS PÁGINA 9</p> <p>La fuerza de trabajo como el factor originario de la producción es lo que pone en funcionamiento las herramientas, las maquinarias y el saber para transformar insumos y materias primas en los bienes y servicios que constituyen la riqueza de un país. Será reconocida socialmente en el empleo y en una remuneración acorde al esfuerzo, especialización y conocimientos aplicados. Por lo tanto un objetivo central será la creación de fuentes de trabajo. GRANDE LINEAS PROGRAMÁTICAS PÁGINA 10</p> <p>Coherencia política y búsqueda de acuerdos constituirán el fundamento de una estrategia destinada a desatar los nudos problemáticos presentes hoy en el Estado uruguayo y que este proceso se plantea superar. GRANDE LINEAS PROGRAMÁTICAS PÁGINA 9</p> <p>La fuerza de trabajo como el factor originario de la</p>

O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade.

**CARTA AO POVO BRASILEIRO
PÁGINA 2**

Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis.

**CARTA AO POVO BRASILEIRO
PÁGINA 3**

eivar progressivamente o piso de remuneração da força de trabalho, para transformar o salário-mínimo em um salário básico compatível com a satisfação das necessidades essenciais de cada família.

**MAIS E MELHORES EMPREGOS
PÁGINA 6**

À mundialização do capital e dos mercados devemos opor a solidariedade e o internacionalismo dos povos. É neste contexto que a **defesa do socialismo democrático** começa a tornar-se mais favorável, assim como cresce a perspectiva de apoio a um **programa de esquerda** em escala internacional. Não podemos defender o isolamento nacional; é preciso lutar pelos interesses de toda a humanidade.

**CONCEPÇÃO E DIRETRIZES DO
PROGRAMA DE GOVERNO 14**

Com o objetivo de promover a mais ampla reforma na legislação trabalhista, o governo convocará todas as entidades sindicais representativas dos trabalhadores e empregadores a constituírem um Fórum Nacional do Trabalho, estruturado de forma triparte. E NESSE FORUM, negociar a modernização da CLT.

**MAIS E MELHORES EMPREGOS
PÁGINA 24**

producción es lo que pone en funcionamiento las herramientas, las maquinarias y el saber para transformar insumos y materias primas en los bienes y servicios que constituyen la riqueza de un país. Será reconocida socialmente en el empleo y **en una remuneración acorde al esfuerzo, especialización y conocimientos aplicados.** Por lo tanto un objetivo central será la creación de fuentes de trabajo.

**GRANDE LINEAS PROGRAMÁTICAS PÁGINA
10**

La falta de ámbitos de negociación colectiva impide una cooperación real entre trabajo y capital, acordar cambios técnicos, salarios, repartos de productividad, entre otros aspectos.

PLAN POR EL TRABAJO EP-FA PÁGINA 4

En este sentido se tenderá en dicha negociación a definir **un piso salarial mínimo tal cual fue definido en nuestro** documento de bases programáticas y luego por encima de él a impulsar los acuerdos entre las partes, los cuales serán luego homologados por el poder Ejecutivo para ser transformados en ley.

PLAN POR EL TRABAJO EP-FA PÁGINA 7

Se impulsará de manera inmediata la obligatoriedad de las negociaciones colectivas y una ley de fuero sindical, de manera de democratizar las relaciones laborales y dotar a empresarios y trabajadores de instrumentos de concertación social para mejorar calidad y cantidad de producción y empleos.

PLAN POR EL TRABAJO EP-FA PÁGINA 7

El acceso de la Fuerza Política al gobierno, aun en lo exitoso del proceso iniciado, no elimina la contradicción de intereses entre el trabajo y el capital y entre el Estado y sus funcionarios asalariados y la diversidad de intereses y demandas en la sociedad.

**FUERZA POLÍTICA, GOBIERNO,
TRABAJADORES Y ORGANIZACIONES
SOCIALES. PÁGINA 6.**

El Acuerdo Social sólo será posible si persistimos en el camino ya emprendido de consolidar un amplio bloque social y político que exprese a todos aquellos que son víctimas del actual modelo neoliberal y que estén dispuestos a coincidir en la oposición y la propuesta.

**FUERZA POLÍTICA, GOBIERNO,
TRABAJADORES Y ORGANIZACIONES
SOCIALES. PÁGINA 7.**

(...) el Acuerdo Social implica la voluntad de propiciar la más amplia participación, el

	<p>reconocimiento de los actores sociales relevantes y de las organizaciones que se han dado. FUERZA POLÍTICA, GOBIERNO, TRABAJADORES Y ORGANIZACIONES SOCIALES. PÁGINA 8.</p> <p>Las clases, fracciones de clase, capas y estratos, así como las organizaciones mediante las cuales se expresan las grandes mayorías en los diferentes planos, conformamos objetivamente un bloque social y político con intereses comunes, pero también con matices, diferencias y proyectos finales no necesariamente similares. FUERZA POLÍTICA, GOBIERNO, TRABAJADORES Y ORGANIZACIONES SOCIALES. PÁGINA 8.</p> <p>Vale decir, que sobre la base de la realidad material de la sociedad y de la situación concreta de las diferentes clases y sectores sociales, se trata de una construcción que se juega fundamentalmente en el terreno de la política, del discurso y de la acción política y que a su vez, para ser viable, debe generar un consenso activo en toda la sociedad en torno a esta propuesta. FUERZA POLÍTICA, GOBIERNO, TRABAJADORES Y ORGANIZACIONES SOCIALES. PÁGINA 10.</p>
--	---

4) Fragmentos dos documentos referentes à categoria *Classes Sociais* (versão resumida)

Propostas apresentadas pelo PT	Propostas apresentadas pela FA
<p>O direito à moradia digna será estabelecido como uma prioridade nacional do novo governo de modo a criar as bases para a solução do déficit habitacional brasileiro no médio prazo.</p> <p>MAIS E MELHORES EMPREGOS PÁGINA 11</p> <p>O novo modelo de desenvolvimento subordinará, pois, a dinâmica econômica aos objetivos e às prioridades macro-sociais que, no atual estágio do país, são fundamentalmente três: a) a inclusão de 53 milhões de brasileiros, sub-cidadãos que sobrevivem em condições de extrema precariedade, sem acesso aos bens e serviços essenciais a uma vida minimamente digna; b) a preservação do direito ao trabalho e à proteção social de milhões de assalariados, pequenos e médios produtores rurais e urbanos, inativos de baixa remuneração e jovens que buscam ingressar no mercado de trabalho (todos ameaçados pelas tendências</p>	<p>La primera medida que adoptará un gobierno progresista será el Plan Nacional para la Emergencia Social, acotado en el tiempo y objetivos precisos para:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Garantizar un nivel básico de alimentación al conjunto de la población que hoy no lo alcanza. 2- Brindar cobertura asistencial integral a través de un sistema de atención de salud básico a sectores actualmente excluidos del mismo. 3- Dar respuesta efectiva y de emergencia a las personas en situación de indigencia (aprox. 100.000) 4- Contener y reducir la pobreza en los sectores más vulnerables. 5- Reincorporar al sistema educativo a los alumnos que lo han abandonado. <p>EL GOBIERNO PÁGINA 1</p> <p>Siendo la educación el eje de nuestra estrategia de integración social promoveremos diversas iniciativas en la materia. DA MESMA FORMA EL GOBIERNO PÁGINA 1</p>

<p>excludentes do atual modelo econômico); e c) a universalização dos serviços e direitos sociais básicos, com a elevação progressiva da qualidade dos serviços prestados e o crescente envolvimento da população na sua gestão.</p> <p>Avançar em direção a esses objetivos implicará um persistente esforço de crescimento econômico e de ampliação da capacidade de geração de emprego, de expansão e redirecionamento do gasto público e de democratização dos direitos de propriedade e utilização da terra e do capital, no campo e nas cidades, inclusive através do fomento da economia solidária. Implicará também elevar progressivamente o piso de remuneração da força de trabalho, para transformar o salário-mínimo em um salário básico compatível com a satisfação das necessidades essenciais de cada família.</p> <p>CONCEPÇÃO E DIRETRIZES DO PROGRAMA DE GOVERNO 7</p> <p>Colocar o social como eixo do novo modelo significará, ademais, valorizar de forma efetiva políticas públicas voltadas a garantir direitos sociais e, mais geralmente, os direitos humanos.</p> <p>CONCEPÇÃO E DIRETRIZES DO PROGRAMA DE GOVERNO 8</p> <p>No campo do direito à educação, não é possível tolerar o analfabetismo, num contexto de tantas exigências no mundo do trabalho e, sobretudo, no próprio exercício da cidadania.</p> <p>CONCEPÇÃO E DIRETRIZES DO PROGRAMA DE GOVERNO 9</p>	<p>Potenciar la educación técnico profesional y tecnológica en consonancia con la estrategia nacional de desarrollo productivo.</p> <p>EL GOBIERNO PÁGINA 1</p> <p>La herencia estructural del neoliberalismo ha dejado a nuestro país con cientos de miles de compatriotas en situación de pobreza, inequidad, emigración, desempleo, concentración de la riqueza, desintegración social, anulando las posibilidades del ejercicio pleno de la ciudadanía y desacreditando la importancia de los valores éticos. Todo esto demanda la búsqueda de diversos consensos y de las mejores propuestas que surgen del quehacer cotidiano, de las luchas e iniciativas de miles de uruguayos y uruguayas, que procuran hacer efectiva la vigencia real de todos los Derechos Humanos.</p> <p>GRANDE LINEAS PROGRAMÁTICAS PÁGINA 1</p>
--	--

5) Fragmentos dos documentos referentes à categoria *Direitos Sociais* (versão resumida)

Propostas apresentadas pelo PT	Propostas apresentadas pela FA
<p>A educação de qualidade é fator de emancipação e cidadania, contribui para que os jovens se integrem ao mercado de trabalho e evita a fragmentação social que alimenta a violência e o crime organizado.</p> <p>(PROGRAMA DE GOVERNO) PÁGINA 14</p> <p>Para o Brasil manter a coesão social, precisará combinar o combate implacável contra a criminalidade ao investimento estratégico em educação. Só assim o Estado voltará a ter o respeito dos cidadãos. Só assim a sociedade reforçará a crença nas instituições e o respeito aos marcos legais.</p> <p>(PROGRAMA DE GOVERNO) PÁGINA 15</p> <p>Um dos principais desafios para evitar a</p>	<p>La primera medida que adoptará un gobierno progresista será el Plan Nacional para la Emergencia Social, acotado en el tiempo y objetivos precisos para:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Garantizar un nivel básico de alimentación al conjunto de la población que hoy no lo alcanza. 2- Brindar cobertura asistencial integral a través de un sistema de atención de salud básico a sectores actualmente excluidos del mismo. 3- Dar respuesta efectiva y de emergencia a las personas en situación de indigencia (aprox. 100.000) 4- Contener y reducir la pobreza en los sectores más vulnerables. 5- Reincorporar al sistema educativo a los alumnos que lo han abandonado. <p>EL GOBIERNO PÁGINA 1</p>

exclusão do mercado de trabalho é diminuir a taxa de desemprego entre jovens, situada hoje em torno de 30%. A queda da renda familiar provocada pela relativa estagnação da economia, a alta taxa de desemprego e a inadequação do sistema de ensino vêm gerando um número cada vez maior de jovens que não conseguem ingressar e permanecer no mercado de trabalho.

(PROGRAMA DE GOVERNO) PÁGINA 23

No atual estágio do país, as prioridades relativas à dimensão social do desenvolvimento são as seguintes: a) ampliação do nível de emprego, para prover ocupação aos que ingressam no mercado de trabalho, reduzir o desemprego e combater a precariedade do emprego; b) melhoria no perfil de distribuição de renda, sobretudo por meio do aumento do salário mínimo e de uma tributação não regressiva; c) crescente universalização da moradia própria, dos serviços urbanos essenciais (saneamento e transporte coletivo) e de direitos sociais básicos (saúde, educação, previdência e proteção do emprego); d) combate à fome e à pobreza absoluta, com assistência social aos excluídos.

(PROGRAMA DE GOVERNO) PÁGINA 25

A política de qualificação e requalificação precisa ser integrada com as políticas de educação básica, sem o que seu foco estará sempre deslocado. O sistema "S" (SENAI, SENAC, etc.), hoje gerido exclusivamente pelos empresários e atuando de maneira setorial, deve ser democratizado e incorporado a um programa nacional de qualificação profissional, envolvendo tanto organismos governamentais como não governamentais. O novo sistema público de emprego será constituído por uma rede nacional de agências públicas para atender ao trabalhador, assegurando a obtenção do seguro-desemprego, o acesso às vagas do mercado de trabalho, à qualificação e à carteira de trabalho.

MAIS E MELHORES EMPREGOS PÁGINA 12

Na dimensão nacional do desenvolvimento, ocupa um lugar central a recuperação da capacidade de definir e implementar políticas econômicas com maior autonomia ante os mercados globais. Isso supõe o fortalecimento da capacidade de regulação do Estado direcionada a três objetivos:

a) capacitação tecnológica das empresas nacionais, privadas e públicas;

Contenidos del Plan de Emergencia:

- 1- Plan Alimentario
- 2- Plan Nacional de atención a la salud a través de un genuino primer nivel en el marco de una estrategia de atención primaria en salud.
- 3- Concretar la extensión del beneficio de Asignaciones Familiares
- 4- Fortalecimiento de escuelas y liceos que funcionan en contextos sociales de pobreza y exclusión social
- 5- Aplicación del subsidio directo con contraprestaciones laborales para hogares con ingresos monetarios inferiores a la línea de pobreza oficial
- 6- Progresiva instrumentación de la Renta Básica de Integración

EL GOBIERNO PÁGINA 1

Promoveremos políticas de especialización y complementariedad productiva en el marco de una fuerte apuesta a la integración regional

EL GOBIERNO PÁGINA 2

Dinamizar el mercado interno, dado que resulta indispensable para la construcción de una demanda básica y para el cumplimiento de objetivos centrales del modelo, tales como la generación de empleo, la distribución del ingreso, los niveles salariales, la inversión pública, etc.

GRANDE LINEAS PROGRAMÁTICAS PÁGINA 11

Algunas de las medidas fundamentales de un gobierno progresista en esta materia son el apoyo al sector productivo con el fin de aumentar las fuentes de trabajo y frenar de inmediato el deterioro salarial como también impulsar decididamente una gradual recuperación del ingreso de las familias.

GRANDE LINEAS PROGRAMÁTICAS PÁGINA 15

Políticas activas de creación de empleos, a través, entre otras formas, de estímulos económicos a las empresas que creen más empleos. Los principales instrumentos serán:

- Políticas de innovación tecnológica integradas en el llamado Sistema Nacional de la Innovación que ya hemos definido en nuestro proyecto de País Productivo.
- Políticas de crédito preferencial públicas y/o privadas.
- Políticas fiscales, de exoneraciones u otras, que tengan como objetivo la reinversión productiva o la capacitación de los recursos humanos y que basen su base imponible en la productividad y la calidad, de manera de estimular la mejora de la producción.

<p>b) ampliação das fontes de financiamento internas como meio de superar a recorrente dependência de recursos externos;</p> <p>c) Desoneração da produção, com o fim da cumulatividade das contribuições (PIS, Cofins, CPMF).</p> <p>(PROGRAMA DE GOVERNO, 2002:26)</p>	<p>-Políticas preferenciales de tarifas públicas. PLAN POR EL TRABAJO EP-FA PÁGINA 6</p> <p>Reducción gradual de aportes patronales a la seguridad social. En tanto impuesto al trabajo, su reducción propiciará la mayor demanda de empleo y contribuirá a reducir el desempleo. Su implementación debe ser estudiada con empresarios, trabajadores y el propio BPS, de manera de analizar su monto, los eventuales criterios de selectividad por tipo de actividad así como los mecanismos concretos de su instrumentación. PLAN POR EL TRABAJO EP-FA PÁGINA 6</p> <p>El sistema de capacitación de recursos humanos es un elemento clave en nuestra propuesta, pues de ella dependen las mejores posibilidades de los trabajadores y trabajadoras de acceder a un empleo, así como las posibilidades de aumento de la productividad del trabajo. PLAN POR EL TRABAJO EP-FA PÁGINA 9</p>
---	---

6) Fragmentos dos documentos referentes à categoria *Combate ao Desemprego e às Desigualdades Sociais* (versão resumida)

Propostas apresentadas pelo PT	Propostas apresentadas pela FA
<p>Nosso governo vai iniciar, sem atropelos, uma transição para um novo modelo de crescimento sustentável, com responsabilidade fiscal e compromisso social. Trabalhará com a noção de que só a volta do crescimento pode levar o País a contar com um equilíbrio fiscal consistente e duradouro. (PROGRAMA DE GOVERNO) PÁGINA 11</p> <p>A globalização não pode ser entendida como um milagroso atalho para o desenvolvimento. Os exemplos de políticas bem-sucedidas foram marcados pela combinação de práticas internacionais com inovações nacionais. Nosso governo pretende construir estratégias próprias de crescimento do País, articulando investidores, trabalhadores e instituições nacionais com esse objetivo. (PROGRAMA DE GOVERNO) PÁGINA 12</p> <p>A constituição do novo modelo priorizará três aspectos: (a) o crescimento do emprego; (b) a geração e distribuição de renda; (c) a ampliação da infra-estrutura social. (PROGRAMA DE GOVERNO) PÁGINA 30</p> <p>Premissa, <i>para a</i> transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse</p>	<p>Generar un ambiente propicio para la actividad empresarial que beneficie al empresariado pero que también beneficie a la sociedad. EL GOBIERNO PÁGINA 2</p> <p>Es objetivo prioritario del EP-FA poner la economía al servicio del ser humano, dejando atrás aquella concepción economicista que concibe a las personas como meros agentes económicos, con olvido de su dimensión integral y trascendente. GRANDE LINEAS PROGRAMÁTICAS PÁGINA 9</p> <p>Impulsaremos un Plan de Emergencia de Empleo y Salarios que integre medidas tales como:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Programas de empleo transitorio 2- Programas de opción productiva e inclusión social 3- Programas de obra pública 4- Rebaja de aportes patronales a la seguridad social 5- Programa de subsidios a la creación de empleo sustentable, de calidad e ingresos adecuados 6- Programa de recuperación de unidades productivas en dificultades 7- Programa de apoyos tributarios a las microempresas 8- Programas de jubilación anticipada <p>EL GOBIERNO PÁGINA 3</p>

contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação.

**CARTA AO POVO BRASILEIRO
PÁGINA 2**

O novo modelo de desenvolvimento subordinará, pois, a dinâmica econômica aos objetivos e às prioridades macro-sociais que, no atual estágio do país, são fundamentalmente três: a) a inclusão de 53 milhões de brasileiros, sub-cidadãos que sobrevivem em condições de extrema precariedade, sem acesso aos bens e serviços essenciais a uma vida minimamente digna; b) a preservação do direito ao trabalho e à proteção social de milhões de assalariados, pequenos e médios produtores rurais e urbanos, inativos de baixa remuneração e jovens que buscam ingressar no mercado de trabalho (todos ameaçados pelas tendências excludentes do atual modelo econômico); e c) a universalização dos serviços e direitos sociais básicos, com a elevação progressiva da qualidade dos serviços prestados e o crescente envolvimento da população na sua gestão.

**CONCEPÇÃO E DIRETRIZES DO
PROGRAMA DE GOVERNO 7**

O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade.

**CARTA AO POVO BRASILEIRO
PÁGINA 2**

À mundialização do capital e dos mercados devemos opor a solidariedade e o internacionalismo dos povos. É neste contexto que a **defesa do socialismo** democrático começa a tornar-se mais favorável, assim como cresce a perspectiva de apoio a **um programa de esquerda** em escala internacional. Não podemos defender o isolamento nacional; é preciso lutar pelos interesses de toda a humanidade.

**CONCEPÇÃO E DIRETRIZES DO
PROGRAMA DE GOVERNO 14**

O modelo de desenvolvimento comandado pelo governo democrático e popular estará sustentado num novo contrato social, fundado num compromisso estratégico com os direitos humanos, na defesa de uma revolução democrática no país. A alternativa proposta representará uma ruptura com nossa herança

generar acciones que apoye la reinserción e integración social de aquellos desocupados de mayor nivel de exclusión, que al provenir de los hogares de extrema pobreza padecen traumas bio psico sociales sobre los que hay que actuar de manera urgente.

PLAN POR EL TRABAJO EP-FA PÁGINA 1

de dependência externa, de exclusão social, de autoritarismo e de clientelismo e, simultaneamente, com o neoliberalismo mais recente. Isso envolverá, portanto, uma disputa de hegemonia, em que a afirmação de valores radicalmente democráticos estará contraposta, por um lado, à cultura política e às práticas do clientelismo, da conciliação, da privatização do público e, por outro, à cultura de mercantilização que articula valores e determina atitudes individualistas e consumistas, inclusive entre os próprios segmentos excluídos e oprimidos.

CONCEPÇÃO E DIRETRIZES 16

7) Fragmentos dos documentos referentes à categoria *Motivos para a Crise do Modelo* (versão resumida)

Propostas apresentadas pelo PT	Propostas apresentadas pela FA
<p>A exclusão social tem no desemprego a sua principal expressão, afetando milhões de homens e mulheres, lança diariamente muitas pessoas na desesperança, quando não na criminalidade. (PROGRAMA DE GOVERNO) PAGINA 4</p> <p>O desemprego se infiltrou como uma doença na sociedade. A superação desse quadro deixado pelas atuais políticas do governo requer uma atenção especial para os milhões de jovens que anualmente tentam entrar no mercado de trabalho, mas não encontram reais oportunidades de emprego. É preciso evitar que a juventude se torne presa fácil da criminalidade, do tráfico de drogas e do contrabando de armas. (PROGRAMA DE GOVERNO) PAGINA 8</p> <p>Sem crescimento dificilmente estaremos imunes à espiral viciosa do desemprego crescente, do desarranjo fiscal, de déficits externos e da incapacidade de honrar os compromissos internos e internacionais. (PROGRAMA DE GOVERNO) PAGINA 11</p> <p>As privatizações e a fragilização financeira do Estado debilitaram a infra-estrutura econômica e social, comprometendo a competitividade e o potencial de crescimento da economia. Essas modificações estruturais estiveram associadas a uma determinada estratégia de estabilização: o Plano Real baseou-se na articulação entre o aumento acelerado das importações e absorção de recursos financeiros externos. As dívidas interna e externa daí resultantes implicam a manutenção de taxas de juros permanentemente elevadas. (PROGRAMA DE</p>	<p>Desde hace varias décadas se ha desarrollado un modelo de país una visión del mundo y de la vida que ha concentrado recursos y poderes en unos pocos, en perjuicio de los trabajadores, las capas medias, de los sectores más vulnerables de la sociedad y aquellos relacionados con los diversos ámbitos de la producción nacional. Se ha generado un verdadero y auténtico retroceso en el ejercicio pleno de los derechos democráticos desde una visión integral de los mismos, y de las perspectivas de las grandes mayorías. Se ha agotado una forma de concebir al país. GRANDE LINEAS PROGRAMÁTICAS PÁGINA 1</p> <p>El Uruguay viene mostrando desde hace años una acelerada disminución del empleo industrial, que no solo se explica por la influencia de procesos tecnológicos de avanzada, sino fundamentalmente por la desaparición de empresas en ese ámbito productivo resultado de una apertura unilateral, irrestricta y sin condiciones. Incluso esa pérdida de empleo se debe a que muchas de esas empresas se dedicaron posteriormente a actividades importadoras. PLAN POR EL TRABAJO EP-FA PÁGINA 2</p> <p>Un tema central del mercado de trabajo es la existencia de más de 150 mil desocupados, personas que no tienen ningún trabajo. Esta situación es el resultado combinado de una insuficiencia estructural del modelo económico vigente que no crea suficiente empleo (del orden del 10%) y la fase recesiva actual que eleva los problemas debido a la caída del nivel de actividad (1,5 a 2%). La existencia de un desempleo estructural y una franja de desocupados crónicos ha llevado a lo largo de la década a mecanismos de reproducción y subsistencia familiar específicos, complejizando la realidad y</p>

<p>GOVERNO) PAGINA 27</p>	<p>generando mayores desafíos en las soluciones a encarar.</p> <p>PLAN POR EL TRABAJO EP-FA PÁGINA 3</p> <p>El desempleo estructural sin duda tiene mucho que ver con la dinámica del Plan de Estabilización que basó su estrategia en la combinación de una apertura externa irrestricta con una política cambiaria que desprotegió aún más la producción y encareció los costos internos. Ello generó destrucción de producción nacional y por lo tanto de empleos.</p> <p>PLAN POR EL TRABAJO EP-FA PÁGINA 3</p> <p>La política económica llevada a cabo por los últimos gobiernos y ratificada por el actual, ha conducido al país por un camino equivocado. Desde hace ya tiempo, tanto en Argentina como acá el mismo modelo aplicado, no cuenta con base sólida de sustentación. A la fecha, el deterioro productivo es muy fuerte al punto que ya no se debe hablar de recesión sino de crisis, entendiendo por ésta el desmantelamiento del aparato productivo. Y dada la profundidad de la crisis económica, el país vive una situación de emergencia nacional.</p> <p>PLAN EMERGENCIA – EP-FA. PAG 1</p>
----------------------------------	--

8) Fragmentos dos documentos referentes à categoria Saídas para a Crise do Modelo (versão resumida)

Propostas apresentadas pelo PT	Propostas apresentadas pela FA
<p>O Brasil precisa de cerca de US\$ 1 bilhão por semana para fechar suas contas e até que um novo rumo seja estabelecido para a economia teremos de administrar a herança da equivocada política cambial e de abertura desordenada dos anos 90. Para combater essa fragilidade, nosso governo vai montar um sistema combinado de crédito e de políticas industriais e tributárias. O objetivo é viabilizar o incremento das exportações, a substituição competitiva de importações e a melhoria da infra-estrutura. Isso deve ser feito tanto por causa da fragilidade das contas externas como porque o Brasil precisa conquistar uma participação mais significativa no comércio mundial, o que o atual governo menosprezou por um longo período.</p> <p>(PROGRAMA DE GOVERNO) PAGINA 11</p> <p>O Brasil buscará estabelecer relações econômicas, políticas e culturais Com todo o mundo. Uma relação equilibrada com os países que integram o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), a União Européia e o bloco asiático em torno do Japão permitirá contornar constrangimentos internacionais, diminuir a vulnerabilidade externa e criar condições mais</p>	<p>Recuperaremos la tradición de la política exterior Del Uruguay en la defensa y promoción de los derechos de los trabajadores y los sistemas de previsión social.</p> <p>EL GOBIERNO PÁGINA 2</p> <p>Desarrollaremos una firme política internacional de desarrollo sostenible. En ese marco, defenderemos la protección de los recursos naturales del país, especialmente aquellos que tienen valor estratégico y económico.</p> <p>EL GOBIERNO PÁGINA 2</p> <p>El sistema de capacitación de recursos humanos es un elemento clave en nuestra propuesta, pues de ella dependen las mejores posibilidades de los trabajadores y trabajadoras de acceder a un empleo, así como las posibilidades de aumento de la productividad del trabajo.</p> <p>PLAN POR EL TRABAJO EP-FA PÁGINA 9</p>

favoráveis para a inserção ativa do País no mundo. Ao mesmo tempo, nosso governo conduzirá a aproximação com países de importância regional, como África do Sul, Índia, China e Rússia. Trata-se de construir sólidas relações bilaterais e articular esforços a fim de democratizar as relações internacionais e os organismos multilaterais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Banco Mundial.

(PROGRAMA DE GOVERNO) Página 7

A aceleração do processo de Reforma Agrária e um programa de recuperação dos assentamentos já efetuados é indispensável para aumentar o emprego na agricultura e proporcionar segurança alimentar aos trabalhadores e suas Famílias.

(PROGRAMA DE GOVERNO) PAGINA 21

São três os mecanismos principais que se somam na elevação de produtividade engendrada por esse modelo de crescimento: ganhos de escala, progresso técnico e absorção de trabalhadores subempregados pelos setores modernos. A partir desses ganhos de produtividade poderá se estabelecer o seguinte círculo virtuoso: aumento de rendimentos das famílias trabalhadoras, levando à ampliação do consumo popular, que reforça, por sua vez, os investimentos, com aumento de produtividade, fechando-se o ciclo com a elevação do rendimento das famílias trabalhadoras.

(PROGRAMA DE GOVERNO) PAGINA 34

A atuação essencial do nosso governo será a busca incessante da retomada do crescimento econômico como meio privilegiado para a geração de empregos e a distribuição de renda.

(PROGRAMA DE GOVERNO) PAGINA 38

Não há governo petista nos estados e nos municípios que não esteja comprometido com a responsabilidade fiscal e a estabilidade das contas Públicas. O nosso governo não vai romper contratos nem revogar regras estabelecidas. **Compromissos internacionais serão respeitados.** Mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais.

(PROGRAMA DE GOVERNO) PÁGINA 10

Nosso governo vai criar um ambiente de estabilidade, com inflação sob Controle e sólidos fundamentos macroeconômicos, para que a poupança nacional aumente e seja orientada e estimulada, através de taxas de juros civilizadas,

para o investimento produtivo e o crescimento. É somente nesse cenário que a política de metas de inflação pode funcionar.

(PROGRAMA DE GOVERNO) PÁGINA 11

A recuperação do direito ao trabalho é o maior compromisso do nosso Programa de Governo.

MAIS E MELHORES EMPREGOS

PÁGINA 6

O incentivo planejado à agricultura empresarial tem enorme potencial gerador de empregos.

MAIS E MELHORES EMPREGOS

PÁGINA 9

A política de qualificação e requalificação precisa ser integrada com as políticas de educação básica, sem o que seu foco estará sempre deslocado. O sistema "S" (SENAI, SENAC, etc.), hoje gerido exclusivamente pelos empresários e atuando de maneira setorial, deve ser democratizado e incorporado a um programa nacional de qualificação profissional, envolvendo tanto organismos governamentais como não governamentais. O novo sistema público de emprego será constituído por uma rede nacional de agências públicas para atender ao trabalhador, assegurando a obtenção do seguro-desemprego, o acesso às vagas do mercado de trabalho, à qualificação e à carteira de trabalho.

MAIS E MELHORES EMPREGOS

PÁGINA 12

Dois objetivos básicos devem fundamentar as ações governamentais no âmbito das políticas redistributivas de renda. O primeiro objetivo diz respeito aos estímulos institucionais à elevação do nível de remuneração dos ocupados. Isto significa rever os mecanismos que garantem as bases do rendimento dos ocupados: legislação sobre o salário mínimo, participação nos lucros e resultados, salário família, regime de tempo de trabalho e dos preços mínimos definidos aos micro e pequeno produtores rurais. (...) O segundo objetivo se refere às ações institucionais para combater o ingresso antecipado no mercado de trabalho e permitir condições dignas de aposentadoria aos que se mantêm no mercado de trabalho após atingir a idade limite. Em resumo, cabe melhorar qualitativamente a transição do sistema escolar para o sistema produtivo e garantir a transição do trabalho para a inatividade com renda digna.

MAIS E MELHORES EMPREGOS

PÁGINA 13

Merecem destaque, como objetivo do novo governo, três principais ações básicas integradas e articuladas como políticas

redistributivas de enfrentamento das condições gerais de produção e reprodução da exclusão social no Brasil.

A primeira ação básica diz respeito à difusão de um amplo programa de capacitação de médio e longo prazos, voltado tanto para ocupações de natureza assalariada, autônomas e de coletivos de trabalhadores, como para o chamado terceiro setor, tais como atividades comunitárias e de utilidade pública. (...) A segunda ação básica do governo corresponderá à formulação de um consistente estatuto jurídico para conceder vazão às iniciativas de pequenos e micro empreendimentos, especialmente aqueles situados no âmbito da chamada economia solidária.

(...) **A terceira** ação básica se refere à constituição de uma ampla rede de financiamento e de desenvolvimento e transferência de tecnologia, dirigida especificamente ao pequeno e micro empreendimentos. Dentro da estratégia de difundir o microcrédito, no âmbito dos conhecidos “banco do povo”, assume relevância a ação governamental para assegurar financiamento desburocratizado e de baixo custo, especialmente ao segmento social que busca fugir da exclusão. Assume também relevância a constituição de um amplo programa governamental direcionado à incubação tecnológica, especialmente aos micro e pequenos empreendimentos (...).

MAIS E MELHORES EMPREGOS
PÁGINA 13

O povo brasileiro Quer abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional. O caminho da reforma tributária, que desonere a produção.

CARTA AO POVO BRASILEIRO
PÁGINA 2

Premissa, para a transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação.

CARTA AO POVO BRASILEIRO
PÁGINA 2

Superando a nossa vulnerabilidade externa, poderemos reduzir de forma sustentada a taxa de juros. Poderemos recuperar a capacidade de

investimento público tão importante para alavancar o crescimento econômico. Esse é o melhor caminho para que os contratos sejam honrados e o país recupere a liberdade de sua política econômica orientada para o desenvolvimento sustentável.

CARTA AO POVO BRASILEIRO PÁGINA 3

O Brasil só vencerá suas fragilidades se crescer, gerar empregos, exportar e disputar um espaço no mundo como nação soberana. É nessa dimensão que o governo fracassou. A premissa para crescer é diminuir a dependência de capitais externos voltados para a especulação e baixar juros. O caminho é combinar três linhas de ação: um esforço exportador muito mais vigoroso do que o atual; o alargamento do mercado interno; e o investimento em infraestrutura e nos setores de ponta.

COMPROMISSO COM A SOBERANIA PAGINA 3

Nosso compromisso número um será com a geração de empregos, sem descuidar do controle da inflação. (...) Precisamos crescer a uma taxa média de 5% ao ano para gerar, por meio de políticas ativas de emprego e renda, os postos de trabalho necessários. O desafio é enorme, mas assumo o compromisso de perseguir essa meta com todas as minhas forças. Criar empregos será a minha obsessão.

COMPROMISSO COM A SOBERANIA PAGINA 4

Outro compromisso fundamental será o combate à fome e à pobreza, que atingem 53 milhões de brasileiros. É possível, desde que haja vontade política, fazer crescer em 30% ou até 40% a produção de alimentos apenas pelo uso de capacidade ociosa já instalada na indústria alimentícia.

COMPROMISSO COM A SOBERANIA PAGINA 4

Nosso compromisso número um será com a geração de empregos, sem descuidar do controle da inflação. (...) Precisamos crescer a uma taxa média de 5% ao ano para gerar, por meio de políticas ativas de emprego e renda, os postos de trabalho necessários. O desafio é enorme, mas assumo o compromisso de perseguir essa meta com todas as minhas forças. Criar empregos será a minha obsessão. A economia não deve ser um fim em si mesmo. Ela deve ser um instrumento a serviço da vida.

COMPROMISSO COM A SOBERANIA PAGINA 4

Um verdadeiro projeto de nação para o Brasil deve incorporar, simultaneamente, e de modo articulado, um conjunto de atributos: inclusão social – isto é, erigir o social como eixo do desenvolvimento; equacionamento da questão federativa, preservando e valorizando a diversidade das culturas regionais; aprofundamento da democracia, sustentando uma efetiva cidadania política ativa, abrindo-se para a sociedade sem recear os conflitos sociais; amparar-se num Estado democratizado, ágil e desprivatizado, dotado de autonomia para a formulação e a gestão da política econômica nacional e da regulação social dos mercados; enfim, inserir-se da maneira soberana no mundo.

CONCEPÇÃO E DIRETRIZES DO PROGRAMA DE GOVERNO 12

À mundialização do capital e dos mercados devemos opor a solidariedade e o internacionalismo dos povos. É neste contexto que a **defesa do socialismo democrático** começa a tornar-se mais favorável, assim como cresce a perspectiva de apoio a um **programa de esquerda** em escala internacional. Não podemos defender o isolamento nacional; é preciso lutar pelos interesses de toda a humanidade.

CONCEPÇÃO E DIRETRIZES DO PROGRAMA DE GOVERNO 14